

BALANÇO GERAL 2019



BALANÇO GERAL 2019



VOLUME I • PRESTAÇÃO DE CONTAS



Governador do Estado de Alagoas
José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

Secretário de Estado da Fazenda
George André Palermo Santoro

Controladora Geral do Estado
Maria Clara Cavalcante Bugarim

Secretário-Chefe do Gabinete Civil
Fábio Luiz Araújo Lopes de Farias

Procurador Geral do Estado
Francisco Malaquias de Almeida Júnior

Secretário de Estado da Assistência
e Desenvolvimento Social
Silvio Romero Bulhões Azevedo

Secretário de Estado da Comunicação
Ênio Lins de Oliveira

Secretário de Estado da Segurança Pública
**Paulo Domingos de Araújo Lima Júnior –
Cel. PM**

Secretário Executivo do Esporte,
Lazer e Juventude
Charles Hebert Cavalcante Ferreira

Secretária de Estado da Infraestrutura
Maurício Quintella Malta Lessa

Secretário de Estado do Meio Ambiente
e dos Recursos Hídricos
Fernando Soares Pereira

Secretário de Estado do Planejamento,
Gestão e Patrimônio
Fabrcio Marques dos Santos

Secretária de Estado da Saúde
Claudio Alexandre Ayres da Costa

Secretário de Estado de
Ressocialização e Inclusão Social
Marcos Sérgio de Freitas Santos

Vice-Governador do Estado de Alagoas
José Luciano Barbosa da Silva

Secretário de Estado da Agricultura,
Pesca e Aquicultura
João Emanuel Barros Lessa Neto

Secretário de Estado da Ciência da
Tecnologia e da Inovação
Cecília Lima Hermann Rocha

Secretária de Estado da Cultura
Mellina Torres Freitas

Secretário de Estado da Educação
José Luciano Barbosa da Silva

Secretário de Estado do Desenvolvimento
Econômico e Turismo
Rafael de Góes Brito

Secretário de Estado do Transporte e
Desenvolvimento Urbano
Mosart da Silva Amaral

Secretária de Estado da Mulher e
dos Direitos Humanos
Maria José da Silva

Secretário de Estado de Prevenção
à Violência
Evalda Amorim Bittencourt de Araújo

Secretário de Estado do Trabalho
e Emprego
Arthur Jessé Mendonça de Albuquerque



Secretária Especial do Tesouro Estadual
Renata dos Santos

Secretário Especial da Receita Estadual
Luiz Dias de Alencar Neto

Secretário Executivo de Gestão Interna
Fábio Augusto Carvalho Peixoto

Superintendente Especial de Política Fiscal
Monique Souza de Assis

Superintendente Especial do Tesouro
Estadual
Karine Daniele da Silva

Superintendente Especial da
Receita Estadual
Francisco Luiz Suruagy Motta Cavalcanti

Contador Geral do Estado
Ricardo André de Holanda Leite

Chefe de Gabinete
Paloma Tojal Rego Cavalcanti

Equipe Técnica e de Apoio

Adriano Pereira Nunes | Amara Midiã Correia Alves | Anna Cláudia Nascimento de Almeida Montenegro | Antônia Roberta Alves | Antônio Eugênio Tenório Gameleira | Arcenor Gomes Neto | Arthur Vasconcelos de Souza | Cícero José da Cruz Neto | Eliene Carvalho Rolemberg Lima | Euzébio Francisco Santos | Hélio Rodrigues da Silva | Jany Mary Barbosa Pereira | José Alberto Oliveira | José Ivo da Silva Neto | José Carlos Vasconcelos | Josileide Machado da Silva | Lourdes Maria de Moraes Pedrosa de Araújo | Luiz Cláudio Silva de Souza | Maria Teresa Gomes de Souza Mendes | Natália de Olivindo Souza | Nilton Lima | Pedro Eliezer Santiago Guedes | Rosa Maria Lessa Maia | Sílvio Ribeiro Dias | Tânia Maria Ferreira da Silva | Tatyane Kelly Barbosa Silva | Valter Gouveia de Oliveira | Victor Thiago Farias Santos | Vilma Oliveira Aleluia | Wagner Cunha e Torres

Estagiários

Ana Carolina Bertolino do Nascimento | Emanuel Henrique Melo da Silva Rodrigues | Ingrid Rodrigues da Silva | João Henrique Siqueira | Nathália Lavínia Farias de Araújo | Karla Andressa dos Santos | Layla Camilla de Oliveira Lima | José Gabriel Moraes da Silva | Thiago Moraes de Lima Cabral | Caroline Stephanie de Oliveira Farias | Paulo Humberto Cerqueira Celestino Neto | Matheus Fellip Belo Gama | Paula Cristiane dos Santos Andrade | Thallysson Henrique de Melo Oliveira

Capa
José Ivo da Silva Neto

Projeto Gráfico
Thallysson Henrique de Melo Oliveira

Diagramação
Thallysson Henrique de Melo Oliveira e José Ivo da Silva Neto

Escultura da Capa
João das Alagoas

Informações e Contato

ricardoleite@sefaz.al.gov.br
Contadoria Geral do Estado

msassis@sefaz.al.gov.br
Superintendência Especial de
Política Fiscal

ascom@sefaz.al.gov.br
Assessoria de Comunicação

Atendimento Geral - (82) 3315.9000
Fale Conosco - 0800.284.1060
Rua General Hermes, 80 - Centro, CEP: 57020-904, Maceió/AL

Quadro dos Responsáveis pela Contabilidade

Unidade Gestora	Nome do Profissional	Nº CRC
Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas - ADEAL	Lenise de Barros Lopes	7821
Agência de Fomento de Alagoas - S/A - DESENVOLVE	Márcio Teodoro de Lima	4699
Agência de Modernização da Gestão de Processos - AMGESP	Georgina do Nascimento	3795
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas - ARSAL	Jefferson Correia Cirqueira	7780
Alagoas Ativos S.A.	Flávia Mello dos Santos	8214
Alagoas Previdência	Laysa Kelly Cordeiro	7178
Companhia de Adm. de Recursos Humanos e Patrimoniais - CARHP	Teones Gustavo Santos	3174
Controladoria Geral do Estado - CGE	Salésia Campos Lima	5049
Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC	-	-
Corpo de Bombeiros Militar - CBM	Cláudia Maria Lima	6875
Defensoria Pública Geral do Estado - DPE	Renata Lima Mendonça	6505
Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas - DER	Isaac Newton Falcão	1540
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN	Elaine Maria Rodrigues	8992
Diretoria de Teatros do Estado de Alagoas - DITEAL	Maria Cícera Guilhermino	4433
Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas - FAPEAL	Dolores Maria Soares	5737
Fundo da Infância e da Adolescência - FIA	Albenis Ferreira dos Santos	4030
Fundo de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Educação Superior - FUNDECTES	Adriano Vieira da Silva	7989
Fundo de Desenvolvimento de Ações Culturais - FDAC	Clezivaldode Melo	6223
Fundo de Desenvolvimento de Recursos Humanos - FUNDERH	Denise Celina de Araújo	5120
Fundo de Modernização da Defensoria Pública do Estado de Alagoas - FUNDEPAL	Renata LimaMendonça	6505
Fundo de Modernização da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas - FUNPGE	Suely Inácio Andrade	6911
Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário - FUNSEFAZ	Maria Luiza Silva	8026
Fundo de Previdência do Estado de Alagoas	Laysa Kelly Cordeiro	7178
Fundo Financeiro do Estado de Alagoas	Laysa Kelly Cordeiro	7178
Fundo dos Militares de Alagoas	Laysa Kelly Cordeiro	7178
Fundo do Turismo - FUNTURIS	Sarah Lima Medeiros	7024
Fundo Especial da Escola Superior da Magistratura de Alagoas - FUNDESMAL	Lucas Petrônio Souza	7848
Fundo Especial de Desenvolvimento dos Esportes - FUNESP	Djalma Alves Rios Junior	6091
Fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário - FUNJURIS	José Leomir da Silva Santos	7155
Fundo Especial de Segurança Pública - FUNESP	Fabrcia Cavalcante	4840
Fundo Especial do Ministério Público de Alagoas - FEMPEAL	Bruno Daniel de Lima	7796
Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	Adeline de Carvalho Silva	6871
Fundo Estadual de Defesa Civil - FUNDEC	-	-
Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDEFCON	Laís Gama Damasceno	7968
Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e Outras Drogas - FEPAD	Albenis Ferreira dos Santos	4030
Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERH	Adeline de Carvalho Silva	6871
Fundo Estadual de Saúde - FES	Eduardo Gonçalves Neto	7143
Fundo Estadual do Registro do Comércio - FUNERC	Izabele de Almeida Costa	6960
Fundo Penitenciário do Estado de Alagoas - FUNPEAL	João André Ferreira Neves	8877
Gabinete Civil	Maria Lúcia de Lima	2722
Gabinete do Vice-Governador	José Carlos Gomes	3605
Instituto de Assist. à Saúde dos Serv. do Estado de Alagoas - IPASEAL SAÚDE	João Lima Guimarães Neto	5439
Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas - IDERAL	Heleno Machado Júnior	3409
Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural e Sustentável - EMATER	Maurício Apel	6550



Instituto de Metrologia e Qualidade de Alagoas - INMEQ	Francisco Tomaz de Araújo	1827
Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor de Alagoas - PROCON	Laís Gama Damasceno	7968
Instituto de Tecnologia em Informação e Informática - ITEC	Maria de Oliveira	3867
Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas - ITERAL	Jãina MaclanneCosta	8012
Instituto do Meio Ambiente - IMA	Joelma Teles de Souza	8137
Instituto Zumbi dos Palmares - IZP	Laiza da Silva Climaco	8690
Ministério Público do Estado de Alagoas - MPE	Bruno Daniel de Lima	7796
Nota Fiscal Cidadã	Maria Luiza do Nascimento	8026
Perícia Oficial do Estado de Alagoas - POAL	Fabio Luiz Araujo Dias	6343
Polícia Civil do Estado de Alagoas - PCAL	Selma de Souza Lopes	6111
Polícia Militar do Estado de Alagoas - PMAL	Maria Josineide Monteiro	3403
Procuradoria Geral do Estado de Alagoas - PGE	Suely Inácio Andrade	6911
Reserva de Contingência	Denise Celina de Araújo	5120
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI	Maria Celina Pereira	3031
Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES	Adeline de Carvalho Silva	6871
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e da Inovação - SECTI	Adriano Vieira da Silva	7989
Secretaria de Estado da Comunicação - SECOM	José Carlos de Lima	2467
Secretaria de Estado da Cultura - SECULT	Clezivaldo de Melo	6223
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC	José Henrique de Almeida	5436
Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ	Maria Luiza do Nascimento	8026
Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA	José Gonzaga Silva	2563
Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos - SEMUDH	Fabíola do Nascimento	8595
Secretaria de Estado de Prevenção a Violência - SEPREV	Albenis Ferreira dos Santos	4030
Secretaria de Estado da Ressocialização e Inclusão Social - SERIS	João André Ferreira Neves	8877
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU	Eduardo Gonçalves Neto	7143
Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP	Fabírcia Cavalcante	4840
Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano - SETRAND	Marcelo Lopes Vieira	2602
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDETUR	Sarah Lima Medeiros	7024
Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude - SELAJ	Djalma Alves Rios Junior	6091
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH	Adeline de Carvalho Silva	6871
Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPLANDE	Denise Celina de Araújo	5120
Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG	Denise Celina de Araújo	5120
Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego - SETE	Larysse Gabrielle Cursino	7988
Serviços de Engenharia do Estado de Alagoas - SERVEAL	-	-
Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - TCE	Benedito Edson dos Santos	4521
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas - TJ	Renato Barbosa Ferreira	4650
Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL	Rosilene Torres Teodoro	8749
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL	Maelí dos Santos Santana	6640
Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas - ADEAL	Lenise de Barros Lopes	7821
Agência de Fomento de Alagoas - S/A - DESENVOLVE	Márcio Teodoro de Lima	4699
Agência de Modernização da Gestão de Processos - AMGESP	Georgina do Nascimento	3795
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas - ARSAL	Jefferson Correia Cirqueira	7780
Alagoas Ativos S.A.	Flávia Mello dos Santos	8214
Alagoas Previdência	Laysa Kelly Cordeiro	7178
Companhia de Adm. de Recursos Humanos e Patrimoniais - CARHP	Teones Gustavo Santos	3174
Controladoria Geral do Estado - CGE	Salésia Campos Lima	5049
Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC	-	-
Corpo de Bombeiros Militar - CBM	Cláudia Maria Lima	6875
Defensoria Pública Geral do Estado - DPE	Renata Lima Mendonça	6505
Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas - DER	Isaac Newton Falcão	1540
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN	Elaine Maria Rodrigues	8992

MENSAGEM DO GOVERNADOR

Cumpro mais uma vez, com elevada honra, o que determina a Constituição Estadual para apresentar ao Poder Legislativo o Balanço Geral do Estado de Alagoas relativo ao ano de 2019.

Este rito constitucional torna pública, para todos os efeitos, esta prestação de contas do Poder Executivo às instituições e, por extensão, à sociedade alagoana, que é, ao fim e ao cabo, a mandatária e destinatária primeira dos recursos e dos serviços públicos. É ela a dona do mandato, foi ela que me delegou o poder que exerço e é com ela que firmamos, eu e a equipe do Governo, o compromisso sagrado de servir com o melhor das nossas forças.

O Balanço Geral 2019 abre um novo ciclo, o segundo período de governo que o povo de Alagoas, que em outubro de 2018 renovou, pelo voto livre e soberano, o mandato que nos incumbiu, a mim e a Luciano Barbosa, de exercer.

Considero mais apropriado não dividir em dois governos, mas sim em duas etapas de uma única administração, porque elas formam um só corpo, regido por um conjunto de diretrizes e princípios sólidos que o povo aprovou nas urnas.

São já cinco anos de trabalho persistente, paciente, sempre em busca de resultados concretos, palpáveis e auditáveis, que estão ao alcance da vista e do escrutínio dos órgãos de fiscalização e controle e, de resto, de qualquer cidadão e cidadã.

Alagoas está melhor do que era. Afirmo isso com orgulho, mas também empenhando toda a responsabilidade que o cargo de governador me impõe. Enquanto o País e vários Estados historicamente pujantes sofreram, e ainda sofrem, cinco anos seguidos de crise, sufoco e sobressaltos sem trégua, Alagoas atravessa esses tempos com relativas dificuldades, é verdade, mas elas foram previstas e o governo do Estado estava preparado porque se planejou e, lá atrás, já havia tomado medidas prudenciais para se defender do que vinha pela frente.

Procuramos enxergar além do horizonte visível. Por isso Alagoas pode tocar sua vida financeira sem sustos, com razoável previsibilidade, e até surpreende o Brasil como Estado bom pagador. Planejamento e sensibilidade têm sido essenciais para entender os sinais da crise a tempo de enfrentá-la.

Contas públicas arrumadas e finanças equilibradas nos permitiram atravessar 2019 da mesma forma saudável como o fizemos nos quatro anos anteriores, sem atrasar um só dia, em nenhum mês, o pagamento dos salários dos servidores ativos e dos nossos aposentados.

Investimos recursos próprios em obras físicas na capital e no interior, em programas sociais, trazendo novas tecnologias, apostando na inovação. E colocando na frente das prioridades as demandas das áreas sociais, o atendimento das parcelas mais pobres e necessitadas da população.

Cabe ressaltar aqui obras essenciais na área da Saúde Pública, como o Hospital da Mulher outras unidades entregues; investimentos maciços e programas inovadores na Segurança Pública e o prosseguimento notável da expansão e melhoria da malha rodoviária de Alagoas, que hoje nos coloca na posição inédita e invejável de Estado com as melhores rodovias do país, passando à frente de São Paulo – com a vantagem comparativa de que pode-se percorrer todo o Estado pelas melhores estradas sem pagar um centavo de pedágio. É mais um atrativo para empresas que queiram investir em Alagoas.

Se todos esses avanços estimulam e fortalecem a vontade de trabalhar, há que ter o olhar sempre atento ao que ainda não foi feito, porque sempre existe algo que ficou faltando; sempre há o que corrigir, acertar, melhorar.

Para isso é que o gestor e o governante precisam estar permanentemente com olhos e ouvidos atentos à sociedade. De toda a sociedade, nos municípios, nos povoados, nos bairros e comunidades das grandes, médias e menores cidades, nos segmentos empresariais, nos produtores urbanos e rurais, nas igrejas, na juventude, nos que fazem da arte e da cultura o seu viver. A sociedade sabe o que quer, aponta o que é mais necessário; é o melhor termômetro e a bússola mais precisa para nos orientar.

As demandas vêm de todos os lados, e todas são justas; é preciso dar atenção e solução. É isso, o fazer coletivo que une braços, mãos e inteligências, que nos alegra e anima a lutar para que Alagoas tenha o amanhã que merece.

Renan Filho,
Governador do Estado de Alagoas



APRESENTAÇÃO DO BALANÇO

O Balanço Anual do Estado de Alagoas **2019** é composto por dois volumes. O **Volume I** tem a finalidade de demonstrar uma síntese das ações realizadas pela Administração Estadual em formato de Prestação de Contas a sociedade alagoana. Por se tratar de um relatório substancialmente técnico, o objetivo desse volume é traduzir a abordagem financeira, orçamentária e patrimonial em uma linguagem mais acessível aos cidadãos, na esteira dos preceitos constitucionais de aproximar o cidadão à coisa pública. Enquanto o **Volume II** tem por objetivo apresentar os diversos demonstrativos orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais exigidos pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Resultado da combinação do trabalho de diversas áreas da Secretaria de Estado da Fazenda - Sefaz, com destaque para a equipe da Secretaria Especial do Tesouro Estadual, principalmente a Contadoria Geral do Estado, o Balanço Anual complementa as informações prestadas pelo Poder Executivo, disponibilizadas ao cidadão por meio do Portal da Transparência (www.transparencia.al.gov.br). A composição detalhada dos dois volumes que integram o Balanço Anual do Estado de Alagoas segue a descrição a seguir:

Volume I — Prestação de Contas

Apresenta os destaques da Administração Estadual no exercício de 2019 em conjunto com uma série de indicadores econômicos e sociais. No segmento financeiro-patrimonial é possível acompanhar um compilado das ações que afetaram as contas públicas no período, bem como as demonstrações contábeis, notas explicativas e análise contábil.

Volume II — Anexos da Lei nº 4.320/64

Contém os anexos preconizados pela Lei Federal nº 4.320/1964, os quais englobam a Administração Direta e Indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista).



PUBLICAÇÕES DA CONGEAL

Em cumprimento aos preceitos da legislação financeira, a **Contadoria Geral do Estado – CONGEAL** dá publicidade aos seus atos por meio do Diário Oficial do Estado – DOEAL (www.doeal.al.gov.br) e da página da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ na internet (www.sefaz.al.gov.br/financas), onde disponibiliza, periodicamente, as execuções orçamentárias de receita e despesa e demais demonstrativos e relatórios em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Outrossim, pelo definido no regimento interno da Sefaz, também é de sua competência expedir atos normativos que definam procedimentos contábeis visando à adequação dos registros contábeis dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração pública estadual, sempre com o intuito de desempenhar boas práticas contábeis.

Publicidade e Transparência da Gestão Fiscal

Tendo em vista o parágrafo 3º, do Artigo 176, da Constituição Estadual e o Artigo 52, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a CONGEAL publica até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, que é composto por:

Anexo 1 – Balanço Orçamentário

Anexo 2 – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Anexo 3 – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Anexo 4 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Anexo 6 – Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal

Anexo 7 – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Anexo 8 – Demonstrativos das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (SIOPE)

Anexo 9 – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Anexo 10 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Anexo 11 – Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Anexo 12 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (SIOPS)

Anexo 13 – Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Anexo 14 – Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Além disso, com vistas ao cumprimento dos Artigos 54 e 55 da LRF, a CONGEAL também é responsável pela publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, uma publicação quadrimestral cuja finalidade principal, assim como o RREO, é conferir transparência à gestão fiscal do ente público. Integram o RGF os seguintes anexos:

Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito

Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

No quadro a seguir encontra-se o calendário das referidas publicações homologadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), que é o sistema oficial administrado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para registro e publicidade dos relatórios dos entes subnacionais.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)		
<i>RREO - 2019</i>	<i>Data de Homologação</i>	<i>Situação</i>
1º Bimestre	01/04/2019	Homologado
2º Bimestre	30/05/2019	Homologado
3º Bimestre	30/07/2019	Homologado
4º Bimestre	27/09/2019	Homologado
5º Bimestre	29/11/2019	Homologado
6º Bimestre	31/01/2020	Homologado
Relatório de Gestão Fiscal (RGF)		
<i>RGF - 2018</i>	<i>Data de Homologação</i>	<i>Situação</i>
1º Quadrimestre	30/05/2019	Homologado
2º Quadrimestre	27/09/2019	Homologado
3º Quadrimestre	18/02/2020	Retificado

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI)

Além dos relatórios fiscais a CONGEAL elabora anualmente as demonstrações contábeis constantes no balanço geral, as quais são também enviadas pelo SICONFI sob o título de Declaração das Contas Anuais (DCA) até o dia 31 de maio do exercício seguinte, conforme Art. 51, §1º, inciso II da LRF.



SUMÁRIO

1. PANORAMA SOCIOECONÔMICO	2
2. PRINCIPAIS RESULTADOS FISCAIS	14
2.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	15
2.2 RESULTADO PRIMÁRIO	17
2.3 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	21
2.4 DESPESA COM PESSOAL	23
2.5 DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	24
2.6 LIMITES CONSTITUCIONAIS	26
3. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	33
3.1 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O ANO DE 2019	34
3.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA	36
3.2.1 VISÃO GERAL	36
3.2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	39
3.2.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	49
4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	63
4.1 BALANÇO PATRIMONIAL	66
4.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	70
4.3 BALANÇO FINANCEIRO	73
4.4 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	75
4.5 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	78
4.6 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	81
5. NOTAS EXPLICATIVAS	82
6. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	106



1



**PANORAMA
SOCIOECONÔMICO**



1.1. ASPECTOS SOCIAIS

Com uma área territorial de 27.843,29 km² segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Estado de Alagoas está subdividido em 102 municípios e tem como sua capital o município de Maceió.

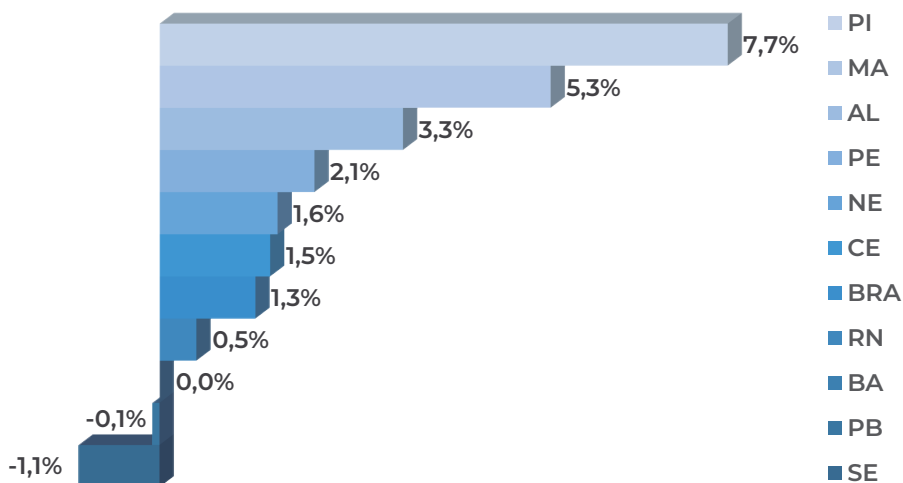
Sua população estimada para 2019 ainda de acordo com o IBGE é de 3.337.357 habitantes sendo que destes 74% residem em áreas urbanas e 26% em localidades rurais. Desmembrando por gênero tem-se uma população de 51,5% formado por mulheres e 48,5% por homens.

A expectativa de vida do alagoano é de 72,3 anos (IBGE, 2019).

1.2. PRODUTO INTERNO BRUTO

O estado de Alagoas obteve em 2017 um crescimento de 3,3% ante o PIB de 2016, alcançando um valor de R\$ 52,84 bilhões no ano. O resultado de Alagoas foi superior ao PIB do Brasil e Nordeste, que apresentaram variação positiva de 1,3% e 1,6%, respectivamente. O resultado representa uma recuperação da economia estadual frente ao ano de 2016, quando este indicador apresentou declínio em torno de 1,4%.

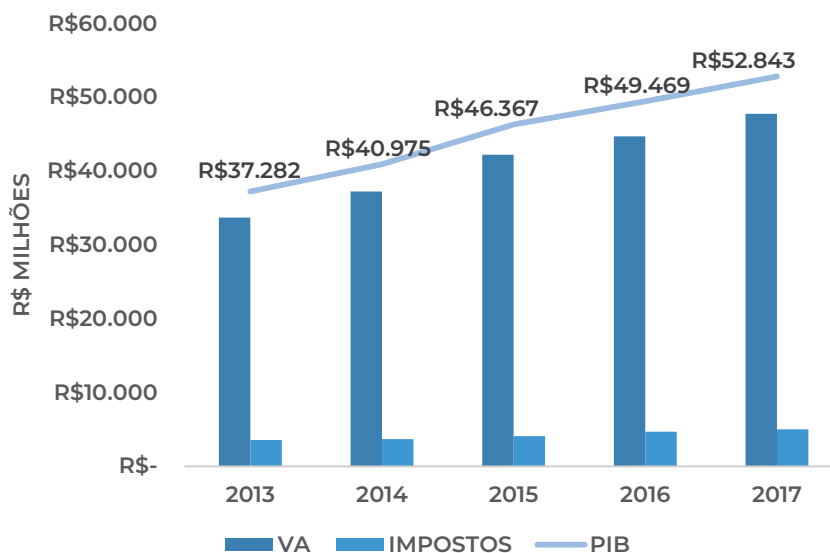
Gráfico 1 - Taxa de variação do PIB entre 2016 e 2017 por UF



Notadamente o setor de agropecuária foi responsável pelo resultado de 2017, que representou o terceiro melhor do Nordeste. Impulsionado pela agricultura, o setor agropecuário teve um crescimento de 24,7%, com destaque para os cultivos de mandioca e abacaxi. A indústria, contudo, recuou 6,3% e os serviços cresceram moderadamente 0,9%.

Ainda segundo dados do IBGE, o PIB per capita também cresceu em Alagoas, de R\$ 14.723,70 em 2016 para R\$ 15.653,51 em 2017.

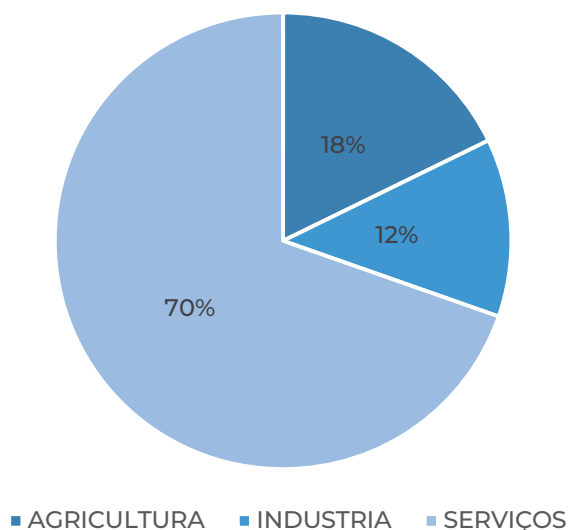
Gráfico 2 - Evolução do PIB de Alagoas a Preços Correntes (2013-2017)



Fonte: Seplag-AL

Realizando uma decomposição do PIB por setor tem-se que do Valor Adicionado (VA) a distribuição ocorre da seguinte forma:

Gráfico 3 - Decomposição do Valor Adicionado do PIB de Alagoas - 2017



Fonte: Seplag-AL

PANORAMA SOCIOECONÔMICO

Do valor de R\$ 47.798 milhões o setor de serviço é aquele que mais destacou-se com cerca de 70% (R\$ 33.287 milhões) deste valor, seguindo por Agricultura e Indústria com 18% (R\$ 8.493 milhões) e 12% (R\$ 6.018 milhões), respectivamente.

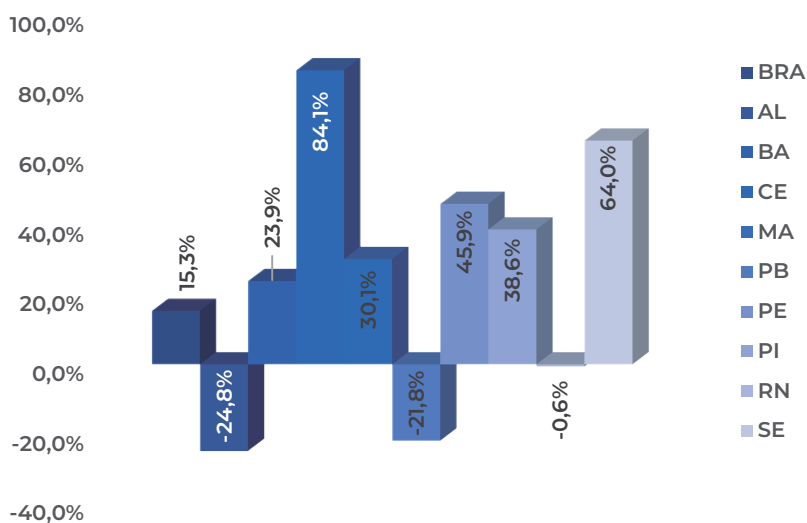
1.3. SEGURANÇA PÚBLICA

Um dos principais compromissos de qualquer gestor com a sociedade é o de proporcionar melhoria da qualidade de vida, o que necessariamente perpassa por bons índices de Segurança Pública a partir da elaboração de políticas públicas consistentes e duradouras.

O estado de Alagoas sempre esteve historicamente em destaque nos índices relacionados a Segurança, porém nos últimos anos o estado tem mudado sua trajetória, alcançando resultados significativos no combate a violência.

Tal fato fica evidenciado quando se compara a variação percentual entre os anos de 2011 e 2017 da Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 4 - Variação da Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes entre 2011 e 2017

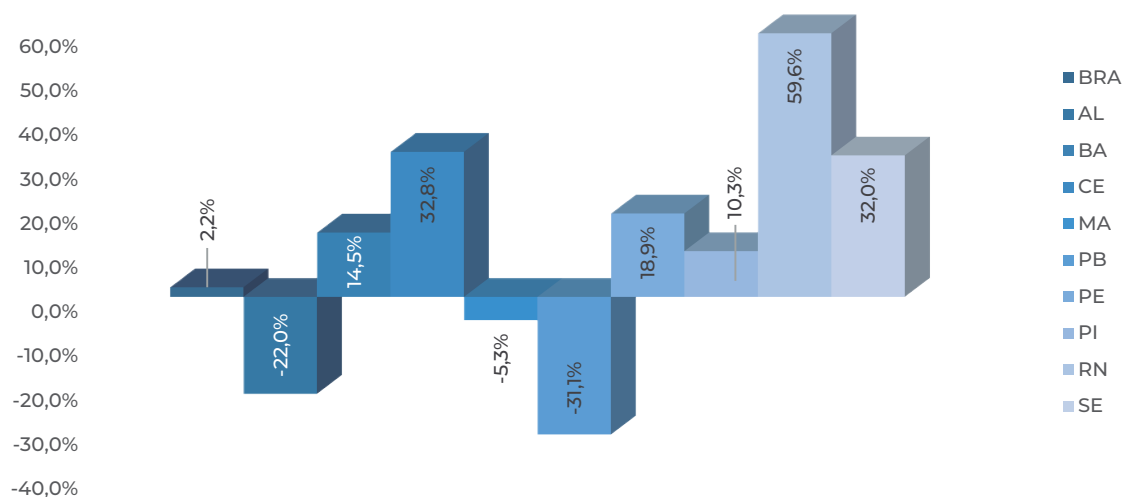


Fonte: Atlas da Violência (2019)

Considerando a região Nordeste, Alagoas possui o melhor resultado dentre os nove estados além do índice geral do Brasil. Entre 2011 e 2017 Alagoas conseguiu reduzir seu índice de homicídios por 100 mil habitantes em 24,8%. Vale destacar que, além de Alagoas, apenas a Paraíba e o Rio Grande do Norte apresentaram variações negativas, de -21,8% e -0,6% respectivamente, ou seja, uma melhora nesses números. Por outro lado, há o estado do Ceará com a maior variação, atingindo 84,1% seguido por Sergipe com 64%. A média brasileira foi de 15,3%, o que demonstra que Alagoas contribuiu para que este índice não atingisse patamar superior.

Importante ressaltar que além da melhora a nível geral, o índice de homicídio contra mulheres também apresentou forte redução, fato relevante tendo em vista tratar-se de um tipo de violência muito ocorrido no país e altamente combatido atualmente.

Gráfico 5 - Variação da Taxa de Homicídio de Mulheres por 100 mil habitantes entre 2013 e 2017

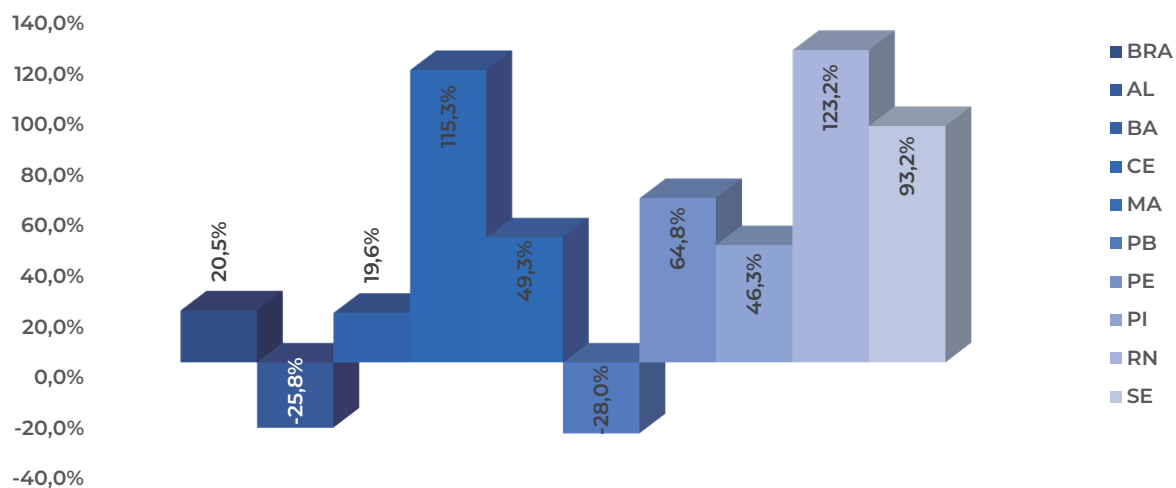


Fonte: Atlas da Violência (2019)

De acordo com gráfico, Alagoas conseguiu reduzir sua taxa em 22% considerando o período de 2013 a 2017, sendo este o segundo melhor resultado da região Nordeste, atrás apenas da Paraíba que apresentou uma redução de 31,1%. Além destes, o Maranhão também apresentou melhoria no seu índice, com variação negativa de 5,3%. O Rio Grande do Norte foi o estado que apresentou maior crescimento deste tipo de homicídio no período, o qual foi de 59,6%, seguido por Ceará e Sergipe com 32,8% e 32% respectivamente. O Brasil apresentou média crescente de 2,2% no mesmo período.

Por último, mas não menos importante, analisa-se a taxa de homicídios cometidos pelo uso de arma de fogo, no período de 2011 a 2017.

Gráfico 6 - Variação da Taxa de Homicídio cometidos por arma de fogo entre 2011 e 2017



Fonte: Atlas da Violência (2019)

Novamente, Alagoas (-25,8%) possui um dos melhores resultados para a região Nordeste, atrás da Paraíba (-28%). Destaca-se pelo lado negativo o aumento significativo do uso de armas de fogo no Ceará, o tipo de homicídio mais que dobrou no período em questão, apresentando crescimento de 115,3%. Para o Brasil, há variação positiva no índice, crescendo 20,5% no período.

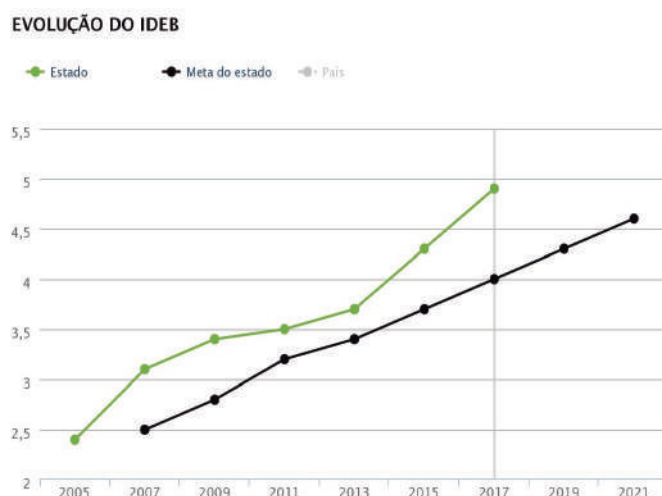
1.4. EDUCAÇÃO

De acordo com dados da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, a Rede Estadual de Ensino de Alagoas possui 317 escolas nos 102 municípios alagoanos. Atualmente, a rede possui alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio. Considerando o número de matrículas em toda a rede de educação básica do estado, esta alcançou em 2018, 870.579 matrículas, segundo os últimos dados do Anuário da Educação Básica 2019.

No que tange a educação infantil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD Contínua) divulgada pelo IBGE, a evolução de Alagoas na escolarização infantil obteve o maior incremento do país na faixa de crianças entre 0 e 3 anos de idade no período entre 2017 e 2018, crescendo de 23,6% para 30,1%.

Os últimos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou SEAB) ao longo do tempo, revela que Alagoas ultrapassou as metas estipuladas para a educação pública e educação estadual como indica os gráficos a seguir. No ano de 2017 o índice foi de 4,9 para as séries iniciais do Ensino Fundamental, o maior da série histórica observada.

Gráfico 7 - Evolução do IDEB de Alagoas (2005-2017)

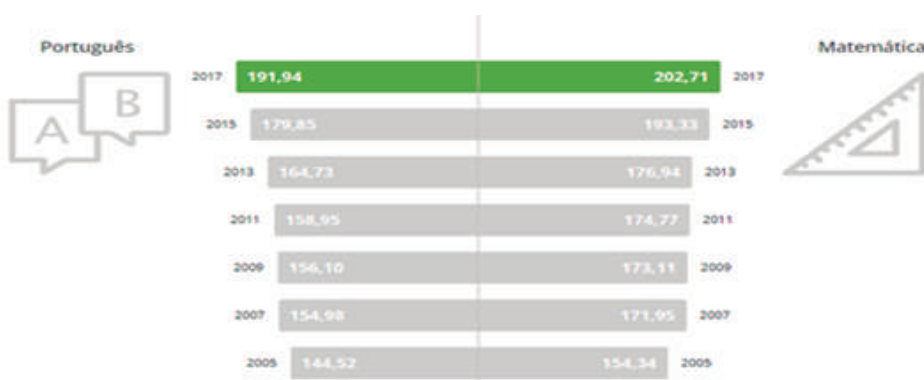


Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2017)

Destaca-se ainda, que em um comparativo entre IDEB 2015 e IDEB 2017, Alagoas melhorou sua posição entre os estados brasileiros. No segmento dos alunos das Séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, o estado que ocupava a última posição, saltou para a 19ª e 20ª, respectivamente. No que tange o grupo do segmento da 3ª Série do Ensino Médio, em 2015 estava na penúltima posição e alcançou a 20ª colocação em 2017.

O estado tem apresentado ainda evolução nas notas da Prova Brasil para 9º anos e notadamente para 5º anos considerando as disciplinas de Português e Matemática, como pode ser observado na figura a seguir.

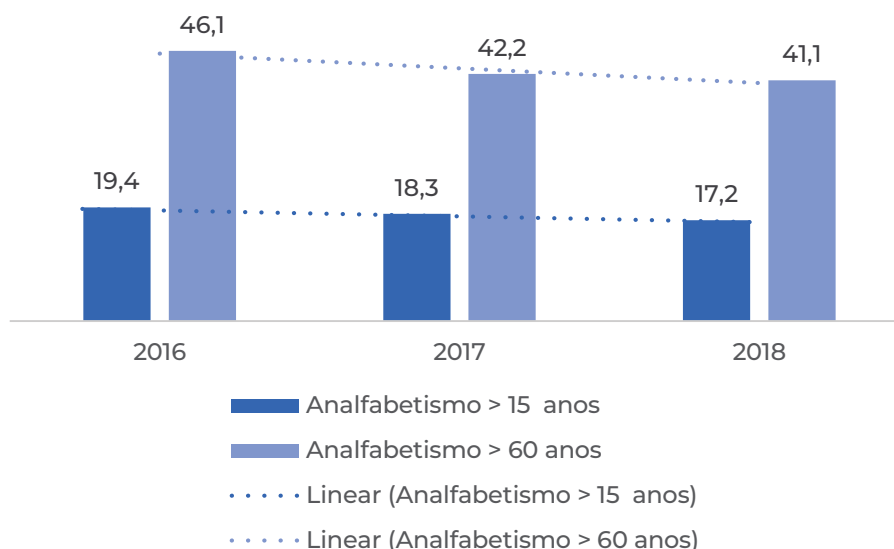
Figura 1 - Evolução das notas na Prova Brasil - 5º ano



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2017)

A queda do analfabetismo é também um resultado importante das ações executadas na área da educação. Nesse contexto, é possível observar uma redução na taxa de analfabetismo em Alagoas de aproximadamente 11% no comparativo 2016-2018.

Gráfico 8 - Taxa de Analfabetismo em Alagoas 2016-2018



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria

Apesar do estado de Alagoas apresentar resultados de aprendizagem ainda inferiores às médias nacionais, como indica o Anuário da Educação Básica 2019, é possível observar uma melhora significativa de diversos indicadores e apontar diversas ações e Programas do Governo Estadual que tem como foco a melhoria da educação de Alagoas. Alguns programas de destaque são o Criança Alfabetizada, que visa alfabetizar 80 mil crianças da rede pública e o Vem que dá Tempo, novo programa do Escola 10 que tem como objetivo incentivar os jovens e adultos concluírem o Ensino Médio. Alagoas também já conta com 62 escolas em tempo integral, resultado de uma política voltada à melhoria da qualidade educacional no estado.

1.5. SAÚDE

Desde 2015 o Estado de Alagoas tem buscado ampliar a oferta de procedimentos e recursos físicos na área de saúde, aumentando nessa medida, a cobertura de serviços de saúde pública a população desse estado. A exemplo disso, destaca-se a ampliação de maternidades, implantação de novos serviços de atendimento no Hospital Geral do Estado, a implantação de atendimento especializado e entregas de estruturas hospitalares.

Dentre as infraestruturas da área da saúde destaca-se o Hospital da Mulher entregue em 2019, o Hospital Metropolitano que tem previsão de conclusão para o ano de 2020, o Hospital Regional de Delmiro Gouveia com previsão de entrega para 2021, além das duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), edificadas na capital em 2019, a reforma e ampliação do Hospital Ib Gatto, em Rio Largo, dentre outros.

Dentre os indicadores relacionados a área da saúde, destaca-se que o Estado de Alagoas apresentou relevante queda na Taxa de Mortalidade Infantil, um recuo de 6,36% no ano de 2017 em comparação ao ano de 2016, como apontam os últimos dados do IBGE.

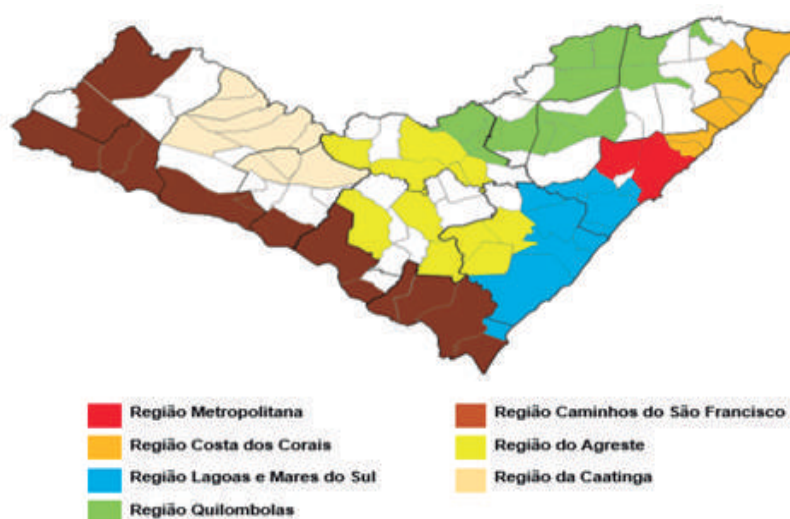
No que tange a esperança de vida ao nascer, indicador que está relacionado à melhoria de vida da população, incluindo aspectos relacionados à saúde, tem-se pelos dados do IBGE que Alagoas passou de uma esperança de vida de 72 anos em 2017 para 72,3 anos em 2018.

Dada a execução do planejamento governamental ligado às ações de saúde e tendo em vista o andamento dos programas e obras de infraestrutura já mencionadas anteriormente, espera-se a melhoria dos indicadores relacionados à saúde da população alagoana nos próximos anos.

1.6. TURISMO

O Estado de Alagoas possui 102 municípios, sendo eles divididos em sete regiões turísticas: Lagoas e Mares do Sul, Caminhos do São Francisco, Costa dos Corais, Metropolitana, Quilombos, Agreste e Caatinga. As belezas naturais, gastronomia nacional e internacional, artesanato genuíno e a rica história fazem com que o estado de Alagoas tenha destaque no cenário turístico nacional.

Figura 2 - Mapa do Turismo de Alagoas



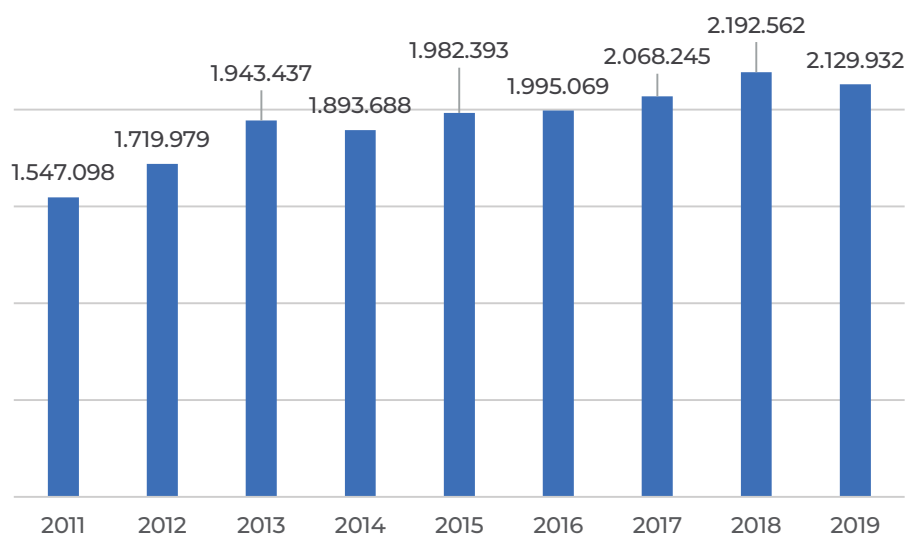
Fonte: Sefaz (2019)

Ao todo 50 municípios alagoanos fazem parte do Mapa do Turismo do Brasil 2019-2021 e no ano de 2019 as cidades de Maragogi, Japaratinga, Arapiraca e Palmeira dos Índios subiram para as categorias, A, B, B e C, respectivamente, segundo dados do Ministério do Turismo. Revela-se nessa medida, o crescimento do turismo e resultados das ações realizadas desde 2015 pelo Estado para ampliar o potencial turístico de Alagoas e os benefícios esperados da atividade turística, a exemplo de aumento no número de empregos, aumento de renda e desenvolvimento da região.

PANORAMA SOCIOECONÔMICO

O crescimento acumulado no fluxo de passageiros do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares no período 2015-2018 esteve em torno de 15%. Apesar de quase 95% dos turistas que visitam Alagoas serem turistas nacionais, o turismo internacional tem ganhado destaque, tendo apresentado no período analisado um crescimento acumulado de aproximadamente 300%.

Gráfico 9 - Movimento de passageiros - Embarque e desembarque (2011-2019)

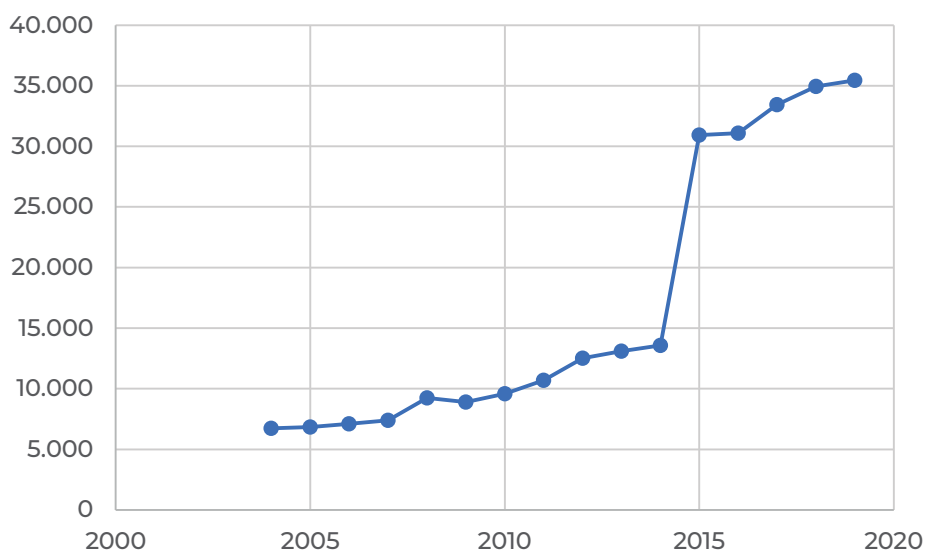


Fonte: Infraero e ANAC (2019). Elaboração própria

O ano de 2019 contou com a ampliação do número de voos nacionais e internacionais que tinham Alagoas como destino, a exemplo das parcerias e concessão de benefícios realizados pelo Estado de Alagoas as companhias aéreas Latam, Azul e Gol, assim como parcerias com empresas ligadas ao turismo, como a CVC.

Um reflexo do crescimento do turismo estadual e que o destino Alagoas tem ganhado espaço no cenário nacional é também a expansão da rede hoteleira, que conta com a entrega de infraestruturas notadamente na capital Maceió e região litorânea.

O gráfico abaixo apresenta a trajetória de crescimento no número de leitos hoteleiros em Alagoas. Destaca-se nessa medida, que analisando o ano de 2019, esse já teve um aumento de aproximadamente 1,5% no total de leitos em comparação ao ano de 2018. A taxa média mensal de ocupação hoteleira até o mês de setembro de 2019 foi de cerca de 73,36%.

Gráfico 10 - Oferta hoteleira de Alagoas - nº de leitos - 2004-2019*

Fonte: Sedetur/AL e ABIH.

*Até o mês de setembro/2019.

Dando continuidade às ações governamentais visando o desenvolvimento do potencial turístico do estado, destaca-se a atenção que vem sendo dada a infraestrutura turística a partir da ampliação da malha rodoviária estadual, a exemplo da duplicação da AL - 101 Norte, duplicação Maceió-Arapiraca e execução prevista para o ano de 2020 de diversos projetos ligados a operações de crédito voltadas à ampliação da infraestrutura urbana e turística de Alagoas. Conta-se ainda com a continuidade dos investimentos em áreas como segurança que tem implicação direta sobre o turismo estadual.

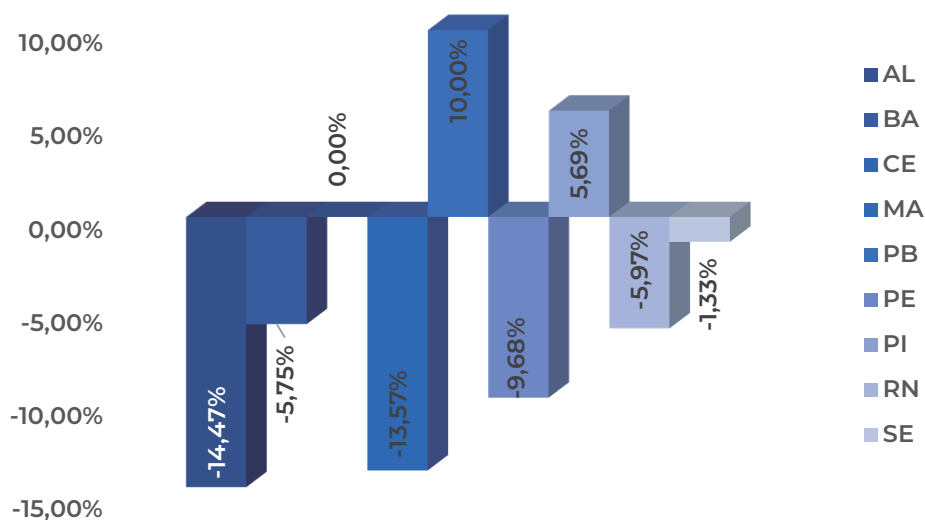
1.7. MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho em outras palavras refere-se a oferta e demanda de atividades remuneradas, tanto no que diz respeito ao setor público quanto privado. Desta forma, sendo um setor de fundamental importância já que a partir dele as famílias auferem um salário, conseqüentemente demandam produtos e serviços que acaba por incentivar os proprietários de bens de capital a aumentarem sua produção a partir de novas contratações, gerindo desta forma o fluxo da economia.

A seguir observa-se a variação dos índices de desocupados da região Nordeste, considerando o 4º trimestre de 2019 em relação ao 4º trimestre de 2018.

PANORAMA SOCIOECONÔMICO

Gráfico 11 - Variação percentual da taxa de desocupados entre o 4º trimestre de 2019 em relação ao 4º trimestre de 2018



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Neste caso, que o estado de Alagoas foi aquele que conseguiu o melhor resultado, uma vez que reduziu seu índice em 14,4%, seguido por Maranhão com redução de 13,7%, Pernambuco com 9,7%, Rio Grande do Norte com 5,9%, Bahia reduziu 5,7% e Sergipe conseguiu uma pequena redução de 1,3%. Por outro lado, estados como Paraíba e Piauí apresentaram aumento da taxa de desocupados, de 10% e 5,7% respectivamente. Já o Ceará obteve mesma taxa quando comparado o período em questão.

2



**PRINCIPAIS
RESULTADOS FISCAIS**



PRINCIPAIS RESULTADOS FISCAIS

A avaliação do desempenho bem como o acompanhamento da evolução das finanças públicas durante um determinado período, auxiliam na tomada de decisões estratégica por parte do gestor público. Essa análise baseia-se em indicadores que segundo a literatura econômica são definidos como Resultados Fiscais.

Tal acompanhamento possibilita identificar as oscilações tanto das receitas quanto das despesas, corrigindo-as quando necessário, com intuito de evitar desequilíbrios orçamentários que por sua vez impactam na prestação de serviços públicos. Os principais resultados fiscais¹ são:

- (i) Resultado Orçamentário
- (ii) Resultado Primário
- (iii) Receita Corrente Líquida – RCL
- (iv) Despesa Total com Pessoal
- (v) Dívida Consolidada Líquida – DCL

Desta forma, serão apresentados a seguir os indicadores fiscais para o exercício de 2019, bem como os gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), uma vez que se faz necessário uma atuação responsável para que os Limites Constitucionais de 25% para Educação² e 12% para Saúde³ sejam cumpridos.

2.1. Resultado Orçamentário

A diferença obtida entre as Receitas Orçamentárias Realizadas e as Despesas Orçamentárias em um determinado exercício é chamada de Resultado Orçamentário. Se o resultado for positivo significa que ocorreu Superávit, caso contrário, tem-se um Déficit Orçamentário.

A ocorrência de um Déficit pode significar a utilização de poupança corrente que tenha sido acumulada em exercícios anteriores, explicando, de certa forma, a realização de despesas acima das receitas. Em outras palavras, o alcance de superávits financeiros por alguns anos consecutivos faz com que o ente possua uma poupança financeira que pode ser utilizada em um exercício o qual as receitas não alcancem os níveis esperados. Dessa maneira, caso o ente deseje ter continuidade nos níveis de investimentos, por exemplo, e houver frustração de receita no exercício, este pode optar por financiar seus investimentos com superávits obtidos em outros exercícios financeiros. Esse fato implicará em um déficit na visão estritamente orçamentária.

¹ Os indicadores de Resultado Primário (LRF, art. 53, inciso III), Receita Corrente Líquida – RCL (LRF, art. 53, inciso I) são divulgados bimestralmente por meio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO. Os indicadores de Despesa com Pessoal (LRF, art. 55, inciso I, alínea a) e Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, alínea b) são divulgados quadrimestralmente por meio dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF. Esses relatórios encontram-se disponíveis na página da Sefaz-AL: www.sefaz.al.gov.br/financas.

² Art 212 da Constituição Federal de 1988.

³ Art 198, § 2º, inciso II da Constituição Federal de 1988.

O Estado de Alagoas no exercício de 2019 obteve um Resultado Orçamentário superavitário no montante de R\$ 458,5 milhões, ante um déficit de R\$ 158,2 milhões em 2018. Enquanto a Receita Corrente variou positivamente em 7,5% em relação a 2018, a Despesa Corrente cresceu 4,6%. Isso leva a uma variação das Receitas Totais e Despesas Totais de 9,2% e 1,8% respectivamente.

Ao desmembrar o Resultado Orçamentário Total em Corrente e de Capital, observa-se que enquanto o Resultado Orçamentário Corrente apresenta superávit de R\$ 1.258,2 milhões, um crescimento de 28,8% (+R\$ 281,6 milhões) em relação a 2018, o Resultado Orçamentário de Capital foi deficitário no valor de R\$ 799,8 milhões, embora bem menor que o alcançado em 2018 de R\$ 1.134,9 milhões.

O comportamento do Resultado Corrente decorreu principalmente do crescimento das receitas correntes em proporção superior ao crescimento das despesas correntes. Isto em consequência do aumento da arrecadação tributária, bem como da boa performance das transferências de recursos do Fundo de Participação Estadual – FPE e da receita extraordinária advinda da repartição do leilão excedente da cessão onerosa do pré-sal. Tais dados serão melhor discriminados no capítulo 3.

Tabela 1 - Resultado Orçamentário do Estado de Alagoas (2018-2019) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2018	2019	Δ % 2019/2018
Receita Total	8.439,60	9.213,50	9,20%
<i>Corrente</i>	8.287,10	8.905,90	7,50%
<i>De Capital</i>	152,5	307,6	101,70%
Despesa Total	8.597,80	8.755,00	1,80%
<i>Corrente</i>	7.310,50	7.647,70	4,60%
<i>De Capital</i>	1.287,30	1.107,30	-14,00%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO TOTAL	-158,2	458,5	389,70%
<i>Resultado Orçamentário Corrente</i>	976,6	1.258,20	28,80%
<i>Resultado Orçamentário de Capital</i>	-1.134,90	-799,8	29,50%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

PRINCIPAIS RESULTADOS FISCAIS

O Resultado de Capital deficitário representa a ocorrência da Despesa de Capital acima da realização das receitas de mesma natureza, tal comportamento só foi possível pela trajetória de superávits iniciada em 2015. Isto permitiu que o Estado acumulasse uma poupança corrente substancial entre os exercícios de 2015-2018, muito importante para regularizar o déficit estrutural de cerca de R\$ 800 milhões identificado no início de 2015 e ainda possibilitando a realização de investimentos. Nesse sentido, considerando o investimento em % da Receita Total destaca-se que Alagoas, juntamente com Ceará, foi o estado que mais investiu no ano de 2019, mesmo num dos piores períodos da economia brasileira.

Sendo assim, a análise do Resultado Orçamentário segregado em Corrente e de Capital demonstra que a maior parte das despesas de capital, tanto em 2018 como em 2019, foram financiadas por receitas correntes. E no caso específico de 2019 também por poupança acumulada em outros exercícios financeiros.

— 2.2. Resultado Primário

O Resultado Primário é obtido pela diferença entre as Receitas Primárias e as Despesas Primárias, isto é, é a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras. Assim quando temos:

$$\begin{aligned} \text{Receitas Primárias} > \text{Despesas Primárias} &= \text{Superávit Primário} \\ \text{Receitas Primárias} < \text{Despesas Primárias} &= \text{Déficit Primário} \end{aligned}$$

Em suma, o resultado representa o esforço realizado pelo Estado para o controle da trajetória do endividamento.

No exercício de 2018 a metodologia para a apuração do Resultado Primário no Brasil foi modificada, conforme apresentado no Manual de Demonstrativos Fiscais 8ª edição (MDF) aprovado pela Portaria nº 495 de Junho de 2017 e alterado pela Portaria nº 766 de Setembro de 2017, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A antiga metodologia apurava o resultado pela diferença entre Receitas e Despesas incluindo as Intra-Orçamentárias, tanto para as Despesas Empenhadas quanto para as Liquidadas. Também não eram considerados os Restos a Pagar Processados (RPP) e os Restos a Pagar Não Processados (RPNP), de modo que ela não refletia a real disponibilidade de caixa, que permite verificar as variações da dívida pública. Já na nova metodologia o Resultado Primário pode ser apurado de duas formas “Acima da Linha” e “Abaixo da Linha” e consideradas as despesas pagas como um todo, incluindo as decorrentes dos RPP e RPNP.

O resultado “Acima da Linha” apura o resultado fiscal pela diferença entre fluxos, permitindo o melhor acompanhamento da execução orçamentária pelo controle das receitas e Despesas, ou seja, a apuração desse resultado possibilita uma avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo Estado.

Enquanto isso, o resultado “Abaixo da Linha” é apurado a partir da diferença entre Resultado Nominal Ajustado e a diferença entre Juros e Encargos Ativos e Passivos.

Esse resultado parte dos saldos de dívida pública para obter as necessidades de financiamento, permitindo nessa medida, destacar as fontes de financiamento do setor público. Destarte, o resultado primário abaixo da linha corresponde à variação da dívida fiscal líquida, excluídos os encargos financeiros líquidos.

Dos resultados, tem-se que Superávits Primários indicam aumento de disponibilidades de caixa, as quais são deduzidas da Dívida Consolidada - DC para fins do cálculo da Dívida Consolidada Líquida – DCL. Em outra medida, déficits primários têm como consequência à diminuição das disponibilidades de caixa em um período de apuração e a consequente diminuição do montante a ser deduzido da DC para fins de cálculo da DCL.

A apuração dos resultados com base na nova metodologia possibilita uma avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da federação, sendo esta aplicada aos dados de 2019.

Destarte, o resultado primário Acima da Linha alcançado em 2019 pelo Estado de Alagoas alcançou o montante de R\$ 1.000,9 milhões, o que apresenta um crescimento de cerca de 60% (+R\$ 375,9 milhões) em comparação ao ano de 2018 como pode ser analisado na tabela a seguir.

Tabela 2 - Resultado Primário de Alagoas (2018-2019) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2018	2019	Δ % 2019/2018
Receitas Totais	8.439,60	9.213,50	9,20%
(-) Receitas Financeiras	241,6	313,2	29,60%
Receita Primária Total (a)	8.198,00	8.900,30	8,60%
Despesas Totais	8.213,60	8.501,70	3,50%
(-) Despesas Financeiras	640,5	602,2	-6,00%
Despesa Primária Total (b)	7.573,10	7.899,40	4,30%
Resultado Primário (a-b)	624,9	1.000,90	60,20%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

No que tange ao Resultado Primário “Abaixo da Linha”, tem-se ainda que os ajustes considerados se encontram nas variações dos restos a pagar processados que são deduzidos das disponibilidades de caixa, o que gera impacto no valor da dívida líquida já no momento da sua inscrição. Assim, para harmonizar o resultado nominal do período com a variação da DCL, é necessário expurgar do resultado o valor das variações no saldo de restos a pagar processados ocorridas durante o período de apuração. Outro importante ajuste diz respeito ao reconhecimento de passivos que compõem a dívida consoli-

PRINCIPAIS RESULTADOS FISCAIS

dada, sem que haja reflexo orçamentário desses fatos. Como já mencionado, como a metodologia “Abaixo da Linha” apenas compara os estoques da DCL em momentos distintos, ela será capaz de detectar tais variações no estoque da dívida consolidada.

Tabela 3 - Resultado Primário - Abaixo da Linha 2019 - R\$ Milhões

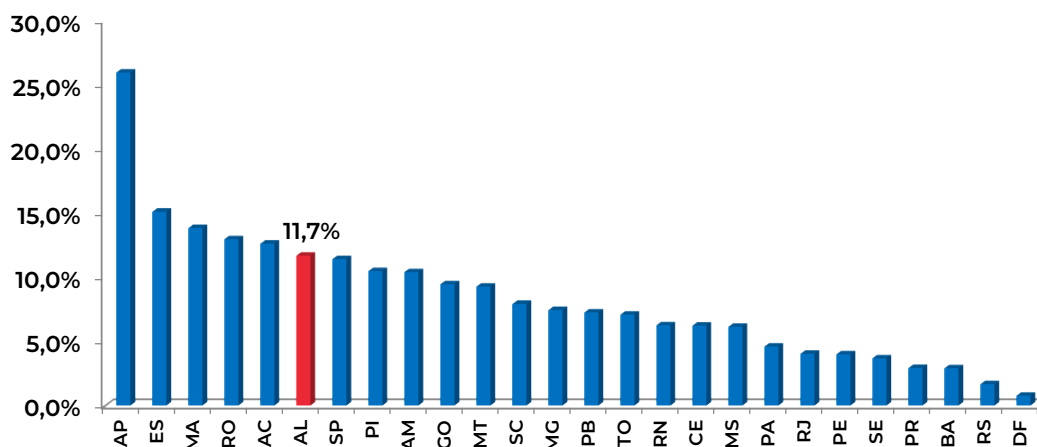
DISCRIMINAÇÃO	2019
Resultado Primário - Acima da Linha (a)	1.000,90
Juros e Encargos Ativos (b)	471,1
Juros e Encargos Passivos (c)	962,7
Resultado Nominal - Acima da Linha (d) = (a) + ((b)-(c))	509,2
Dívida Consolidada Líquida - 2018 (e)	6.816,30
Dívida Consolidada Líquida - 2019 (f)	6.477,00
Resultado Nominal - Abaixo da Linha (g) = (e)-(f)	339,3
Variação Saldo RPP (h)	338,7
Outros Ajustes (i)	508,6
Resultado Nominal Ajustado - Abaixo da Linha (j) = (g) - (h) + (i)	509,2
Resultado Primário - Abaixo da Linha (k) = (j) - ((b)-(c))	1.000,90

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

O resultado apresentado revela o esforço fiscal realizado pelo ente federativo, estando entre os 10 estados que mais acumularam resultados primários em função da Receita Corrente Líquida - RCL. Mesmo diante do cenário de recessão enfrentado pela economia brasileira, fator que influenciou o Resultado Primário de todos os entes federativos, o Estado de Alagoas manteve sua política fiscal de ajuste e teve como reflexo o 6º melhor resultado primário em termos relativos, quando utilizamos a relação Resultado Primário / Receita Corrente Líquida – RCL dos estados.

Gráfico 1 - % Resultado Primário/RCL 2019



Fonte: Anexo VI, RREO 6º BIM, 2019. Elaboração própria.

*RR relatório não publicado até o momento da extração

Para fins comparativos, levando em consideração apenas os nove entes da região Nordeste, o Estado de Alagoas apresenta resultados significativos, o que reforça a trajetória de manutenção do esforço fiscal do Estado refletindo no alcance da 2º posição no último ano do período analisado.

Como pode ser observado no gráfico a seguir, o Estado de Alagoas apresenta uma série de superávits primários desde 2015, indicando o aumento da disponibilidade de caixa as quais são deduzidas da Dívida Consolidada - DC para fins do cálculo da Dívida Consolidada Líquida – DCL.

Gráfico 2 - Evolução do Resultado Primário (Acima da Linha) - Alagoas 2015 a 2019



Fonte: Anexo VI, RREO 6º BIM, 2015 a 2019. Elaboração própria.

2.3. Receita Corrente Líquida

O indicador de Receita Corrente Líquida – RCL reflete o montante de recursos que o estado teria disponível para arcar com suas obrigações. Este é considerado um fator importante na análise da situação fiscal de um ente federativo, atuando como um parâmetro usado na elaboração do cálculo dos limites da Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

A RCL é composta pelo somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes. Desse montante são subtraídos valores de transferências constitucionais, dedução de receita para formação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) dentre outros.

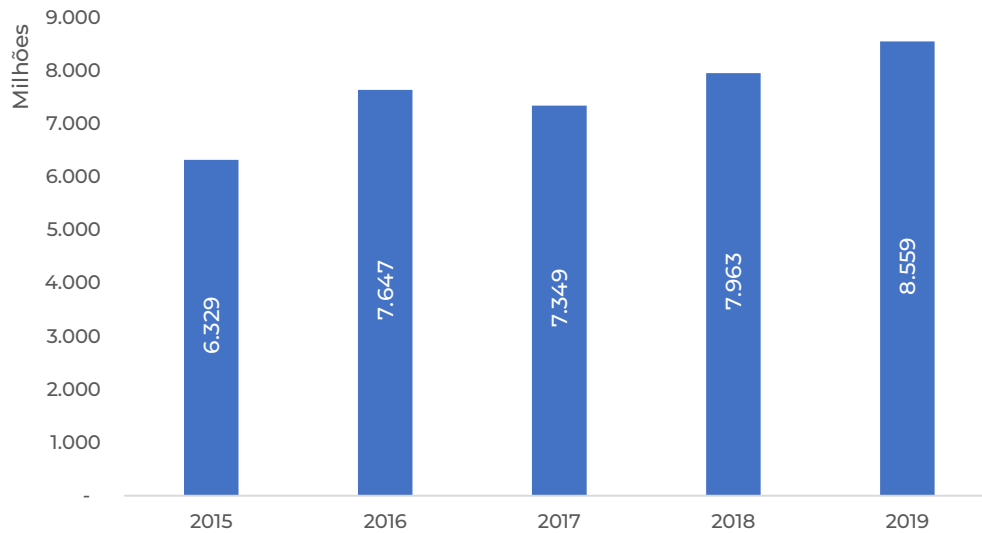
O Estado de Alagoas em 2019 alcançou um montante de RCL de R\$ 8.559 milhões, resultado 7,5% superior ao obtido em 2018. Observa-se ainda, que apesar do aumento das deduções de 6,8% (+R\$ 196 milhões) o aumento das Receitas Correntes possibilitou o incremento de 596 milhões em relação ao ano anterior.

Tabela 4 - Receita Corrente Líquida (2018-2019) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2018	2019	Δ % 2019/2018
Receita Corrente	10.844,60	11.636,60	7,30%
(-) Deduções	2.881,60	3.077,60	6,80%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	7.963,00	8.559,00	7,50%

Fonte: SIAFE/AL

Considerando o avanço de Alagoas no indicador ao decorrer dos anos, verifica-se sua tendência crescente, como pode ser observado no gráfico a seguir. O único período de queda foi entre os anos de 2016 e 2017, comportamento sazonal devido a entrada extraordinária de recursos em decorrência da repatriação dos FPE que aconteceu em 2016.

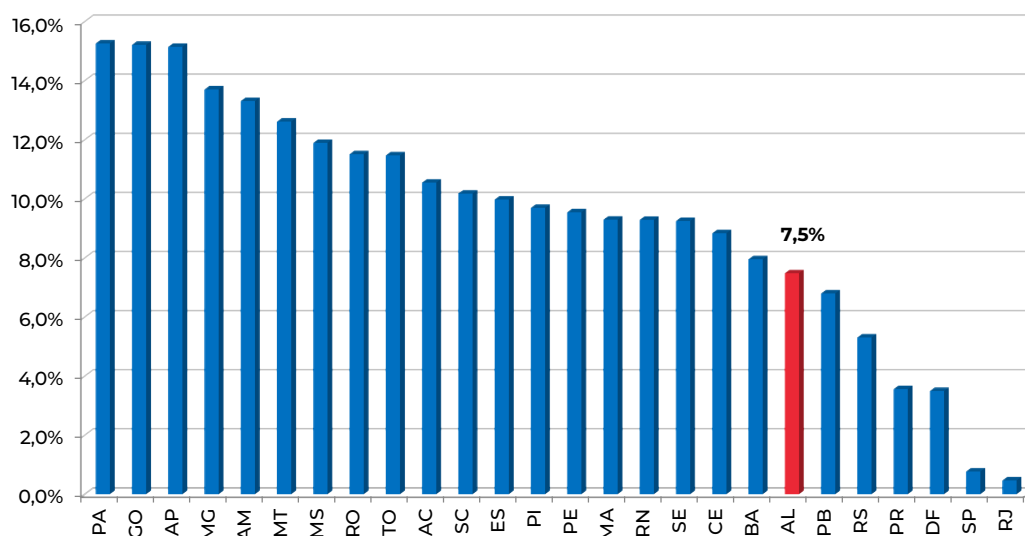
Gráfico 3 - Receita Corrente Líquida de Alagoas de 2015 a 2019 - R\$ Milhões

Fonte: Anexo III, RREO 6º BIM – 2015 a 2019. Elaboração própria.

No período 2018-2019, o avanço foi de 7,4%. Esse resultado é reflexo do incremento das transferências de recursos do FPE e da eficiência do sistema tributário alagoano, no qual a receita tributária total cresceu 6,6% no período 2018-2019, bem como será melhor tratado posteriormente, sempre almejando uma tributação neutra, progressiva e simples⁴.

⁴ São considerados princípios relevantes para a construção de um sistema tributário eficiente, cujo objetivo é não gerar malefícios aos contribuintes.

Gráfico 4 - Receita Corrente Líquida (RCL) - Variação % 2018-2019 por UF



Fonte: Anexo III, RREO 6º BIM 2018 e 2019. Elaboração própria.

2.4. Despesa com Pessoal

A análise do Índice de Despesa com Pessoal é de relevante importância para avaliação fiscal, visto que caso o ente ultrapasse os limites dispostos pela LRF, estará sujeito às penalidades dispostas no Art. 23 da referida lei, a exemplo de ações administrativas com vistas à redução do índice aos limites dispostos no prazo de dois quadrimestres. A não redução implicaria em situações como o não recebimento de transferências voluntárias e a não contratação de operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Considerando o percentual da Despesa Total com Pessoal – DTP em relação a RCL, observa-se que em 2019 o índice foi de 44,71%, abaixo do atingido em 2018 (48,69%), também abaixo do limite prudencial da LRF (46,55%) e conseqüentemente abaixo do limite máximo de 49% previsto na referida lei.

Tabela 5 - Índice de Pessoal do Poder Executivo do Estado de Alagoas (2018-2019) - R\$ Milhões

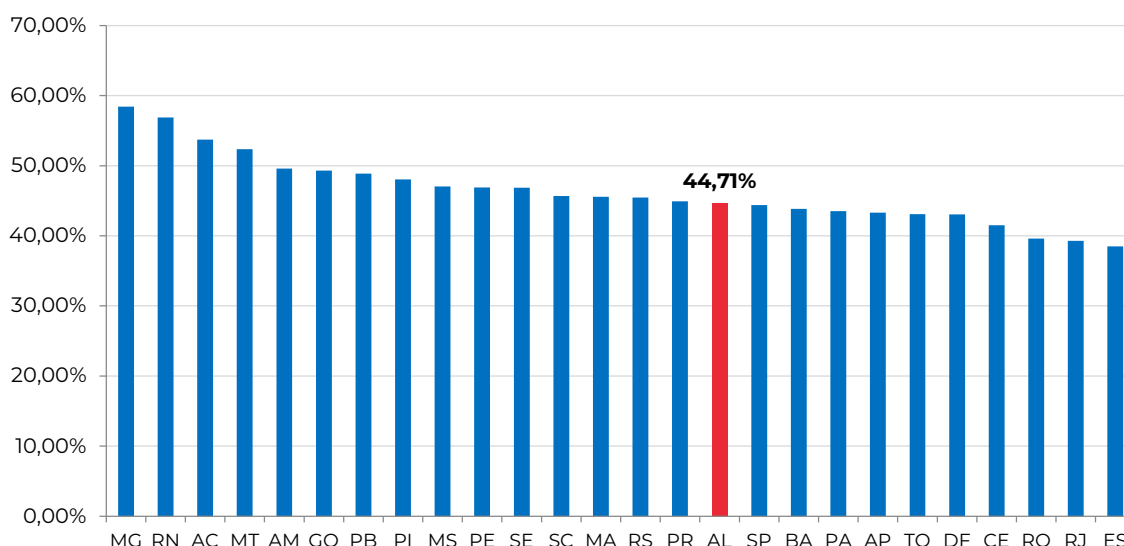
Especificação	2018	2019	Variação (%)
Despesa Líquida com Pessoal - Poder Executivo	3.876,44	3.826,57	-1,30%
Receita Corrente Líquida - RCL - Ajustada	7.961,78	8.559,01	7,50%
Executivo/RCL	48,69%	44,71%	-8,20%

Fonte: SIAFE/AL

O índice de pessoal tem como base de cálculo a RCL, o que permite destacar que as variações desse resultado não são influenciadas apenas pelo aumento da despesa de pessoal, mas também pelo aumento ou redução da RCL. Em 2019 observou-se uma diminuição de 1,3% das despesas que compõem o índice do Poder Executivo, além de um aumento da RCL de 7,5% com relação a 2018, o que influenciou na diminuição do índice de pessoal. Tal redução também decorre das ações da Gestão Estadual no sentido de adequar o seu índice dentro dos limites dispostos na LRF.

Analisando os resultados em formato de ranking, Alagoas apresenta-se atualmente no décimo primeiro lugar considerando os vinte sete entes federativos no que diz respeito à relação DTP/RCL. Tal resultado representa um grande avanço quando considerado a evolução desse indicador dentro do período de 2014-2019, em que inicialmente o Estado ultrapassava o limite estabelecido. Uma das medidas utilizadas para redução desse indicador foi a redução das despesas no que diz respeito à folha de pagamento dos servidores e o incremento da receita estadual.

Gráfico 5 - Despesa com Pessoal/RCL 2019 por UF (Poder Executivo)



Fonte: Anexo I, RGF 3º QUA, 2019. Elaboração própria.
*RR relatório não publicado até o momento da extração

2.5. Dívida Consolidada Líquida

No exercício de 2019, a Dívida Consolidada Líquida – DCL totalizou R\$6.477,0 milhões, correspondendo ao percentual de 75,7% da RCL, percentual menor do que o apresentado no exercício de 2018, atendendo ao limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40 de 2001 que é de um endividamento máximo de 200%.

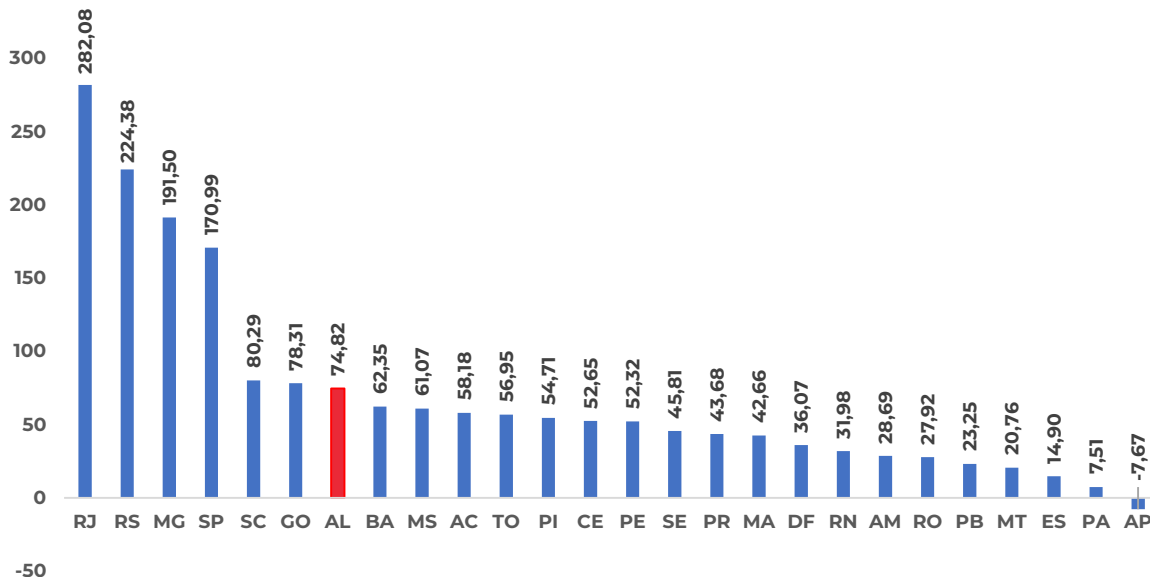
Tabela 6 - Dívida Consolidada Líquida (2018-2019)

Discriminação	2018	2019	Δ % 2019/2018
Receita Corrente Líquida - RCL	7.963,00	8.559,00	7,50%
Dívida Consolidada Líquida - DCL	6.816,30	6.477,00	-5,00%
% DCL / RCL	85,60%	75,70%	-11,60%

Fonte: Anexo do RREO 3º Quadrimestre 2019

Com esse resultado, o estado de Alagoas manteve uma relação Dívida Consolidada Líquida – DCL / Receita Corrente Líquida – RCL abaixo de 100% resultado alcançado pela primeira vez no ano de 2017. Esse resultado permitiu que o Estado de Alagoas alcançasse posições mais baixas de endividamento, conforme pode se verificar no gráfico a seguir.

Gráfico 6 - DCL/RCL % - 2019



Fonte: Anexo II RGF 3º QUA, 2019. Elaboração própria.

As medidas adotadas pelo Estado de Alagoas no que tange a gestão da Dívida Pública têm reflexos não apenas no estoque do endividamento do Estado, mas principalmente no pagamento do serviço da dívida, ou seja, no fluxo de caixa do Estado.

Alguns dos principais fatores para essa redução foram a alteração no pagamento de juros e adoção de um novo índice de correção do contrato com recálculo do estoque por meio de aditivo decorrente da Lei Complementar – LC nº 148/2014; e, com a promulgação da Lei Complementar – LC nº 156/2016, a renegociação da Dívida Lei nº 9.496/97 e demais dívidas existentes com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Destaca-se ainda que a Sefaz-AL junto à sua área de Tesouro e de Política Fiscal tem desenvolvido diversas ações no sentido de buscar alternativas que resultem na melhoria do perfil do endividamento do Estado, notadamente a partir de um monitoramento ativo e constante da gestão da dívida estadual.

— 2.6. Limites Constitucionais

A legislação orçamentária brasileira, no âmbito do Governo Central e dos Governos Estaduais, dispõe sobre algumas áreas em que é obrigatória a aplicação de um mínimo de recursos ao longo do exercício. Essas obrigações são conhecidas como vinculações orçamentárias, as principais são aquelas que se referem ao art. 212 da Constituição Federal – CF/88 que determina o mínimo de aplicação em Educação (25%) e ao §3º do art. 198, regulamento pela Lei Complementar – LC nº 141/2012, que estabelece o mínimo a ser aplicado em Saúde (12%), em todos os entes da federação.

Os demonstrativos referentes a essas vinculações são o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE e Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS para educação e saúde, respectivamente.

Destarte, considerando a relevância desses indicadores que se concentram em áreas prioritárias de Governo, as subseções a seguir serão destinadas a análise da aplicação de recursos pelo Estado no exercício de 2019 em acordo com os limites constitucionais mencionados.

Ressalta-se nessa medida, que os resultados apresentados nesta seção não se referem aos gastos totais em educação e saúde, mas apenas as despesas que se enquadram dentre as definidas pela legislação.

— 2.6.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

No exercício de 2019, o Estado de Alagoas aplicou em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE o equivalente a 25,2% das Receitas Líquidas de Impostos, que representou uma aplicação de R\$2.092,0 milhões. Tem-se, assim, que o mínimo constitucional de 25% foi cumprido em 2019, assim como em 2018, conforme ilustrado na tabela abaixo:

PRINCIPAIS RESULTADOS FISCAIS

Tabela 7 - Comparativo de Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (2018-2019) - R\$ Milhões

Discriminação	2018	2019	Δ % 2019/2018
Despesa em MDE	1.274,80	1.326,30	4,00%
(-) Deduções	-711,7	-765,7	7,60%
<i>Resultado Líquido Transf. ao Fundeb</i>	-863,7	-933,4	8,10%
<i>Custeadas com Complementação Fundeb</i>	148,5	160,5	8,00%
<i>Cancelamentos RP</i>	0	5	132973,10%
<i>Receita Aplicação Financeira</i>	3,5	2,2	-35,60%
Total Aplicação MDE (a)	1.986,50	2.092,00	5,30%
Receita Líquida de Impostos (b)	7.674,40	8.293,10	8,10%
% Aplicação MDE 2018 (a) / (b)	25,90%	25,20%	-2,50%

Fonte: Anexo do RREO 6º Bimestre 2018

No que tange a aplicação em MDE por grupo de despesa, observa-se um aumento de 4% (+R\$ 51,5 milhões) ante o exercício de 2018 e que 86% do valor total de despesa empenhada é relativo a Pessoal e Encargos Sociais. Já os Investimentos em MDE tiveram um aumento de 14,5% (+R\$ 4,1 milhões).

Tabela 8 - Aplicação em MDE por Grupo de Despesa (2018-2019) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2019/2018
	2018	% PART.	2019	% PART.	
Pessoal e Encargos Sociais	1.083,20	85,00%	1.140,00	86,00%	5,20%
Outras Despesas Correntes	163,3	12,80%	153,9	11,60%	-5,70%
Investimentos	28,3	2,20%	32,4	2,40%	14,50%
APLICAÇÃO EM MDE POR GRUPO DE DESPESA	1.274,80	100,00%	1.326,30	100,00%	4,00%

Fonte: SIAFE/AL

Para fins de apuração da despesa realizada com MDE é relevante destacar que além das despesas realizadas diretamente pelo Estado, deve-se considerar a diferença entre o valor transferido e o valor recebido do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Há perda líquida para o ente nos casos em que o montante repassado é inferior ao montante recebido do Fundeb. Esse montante deve compor o valor de aplicação em MDE, uma vez que se trata de uma contribuição do estado para financiamento da educação do país, ou

seja, é uma aplicação indireta em educação⁵.

Tabela 9 - Repasses x Retorno FUNDEB (2018-2019)

Fundeb	2018		2019		Δ % 2019/2018
	Valor	%	Valor	%	
Repasses ao Fundeb	1.389,70	100,00%	1.497,70	100,00%	7,80%
Retorno do Fundeb	526	37,80%	564,3	37,70%	7,30%
Resultado Líquido	-863,7	62,20%	-933,4	62,30%	8,10%
Complementação da União	148,5	-	160,5	-	8,00%

Fonte: SIAFE/AL

A tabela anterior revela um crescimento tanto nos repasses quanto no retorno do Fundeb no ano de 2019, quando comparado a 2018. A complementação da União, contudo, foi maior em 2019, apresentando um acréscimo no valor de R\$ 11,9 milhões.

No que tange às despesas consideradas na remuneração do Magistério no valor de R\$ 590,9 milhões em 2019, 81,3% são relativas ao Fundeb, superando os valores do exercício anterior e cumprindo o mínimo constitucional.

Tabela 10 - Aplicação de Recursos do Fundeb na Remuneração do Magistério

Discriminação	2018		2019	
	Valor	% Fundeb	Valor	% Fundeb
Receitas Recebidas do Fundeb	678	-	727	-
<i>Retorno do Fundeb</i>	526	-	564,3	-
<i>Complementação Fundeb</i>	148,5	-	160,5	-
<i>Remuneração Aplicações Financeiras</i>	3,5	-	2,2	-
Mínimo Constitucional a ser Aplicado (art. 60, ADCT, CF/88)	406,8	60,00%	436,2	60,00%
Despesas Consideradas na Remuneração do Magistério	548,3	80,90%	590,9	81,30%

Fonte: SIAFE/AL

⁵ Para apuração do MDE, faz-se necessário também verificar as despesas inscritas em Restos a Pagar em exercícios anteriores e que por ventura tenham sido canceladas ao longo do exercício corrente. Essa necessidade se explica pelo fato de que o valor aplicado em Educação deve ser preservado mesmo que por algum motivo aquela obrigação registrada não tenha se concretizado.

PRINCIPAIS RESULTADOS FISCAIS

Por fim, a análise da aplicação em MDE demonstra que 57,9% dos recursos são destinados à Secretaria de Estado de Educação – Seduc, conforme ilustrado na tabela abaixo:

Tabela 11 - Aplicação em MDE por Unidade Gestora (2018-2019)

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2019/2018
	2018	% PART.	2019	% PART.	
AMGESP - Agência de Modernização da Gestão de Processos	1,7	0,10%	1	0,10%	-43,40%
SEDUC - Secretaria de Estado da Educação	730	57,30%	768,6	57,90%	5,30%
UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas	35,7	2,80%	35,5	2,70%	-0,60%
UNCISAL - Universidade Estadual de Ciências da Saúde do Estado de Alagoas	45,3	3,60%	46,5	3,50%	2,70%
FAPEAL - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas	0,1	0,00%	0	0,00%	-66,40%
SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio	-	0,00%	0,1	0,00%	-
EGE - Encargos Gerais do Estado/Alagoas Previdência	462,1	36,20%	474,7	35,80%	2,70%
APLICAÇÃO EM MDE POR UNIDADE GESTORA	1.274,80	100,00%	1.326,30	100,00%	4,00%

Fonte: SIAFE/AL

2.6.2. Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

No que tange às Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), tem-se que o estado de Alagoas aplicou, em 2019, valor superior ao mínimo constitucional de 12%, atingindo o percentual de 12,1% (R\$ 1.001,9 milhões). A despesa no ano em referência foi 7,4% superior à do exercício anterior em termos absolutos (+R\$ 68,8 milhões).

Tabela 12 - Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (2018-2019) - R\$ Milhões

Discriminação	2018	2019	Δ % 2019/2018
Despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde (a)	933,2	1.001,90	7,40%
Total das Receitas para Aplicação do Índice (b)	7.674,40	8.293,10	8,10%
% Aplicação ASPS (a) / (b)	12,20%	12,10%	-0,60%

Fonte: Anexo do RREO 6º Bimestre 2019

Na análise sobre a ótica de Aplicação dos Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS por subfunção verifica-se que, no exercício de 2019 as despesas incorridas foram em grande parte destinadas à Assistência Hospitalar e Ambulatorial (57,3%) e a Administração Geral da Saúde Pública do Estado (38,4%). Essa última inclui despesas com pessoal e encargos sociais.

Tabela 13 - Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde por Subfunção

SUBFUNÇÃO	2019	%
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	0	0,00%
ADMINISTRAÇÃO GERAL	385,1	38,40%
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0,1	0,00%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,6	0,10%
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	0	0,00%
ATENÇÃO BÁSICA	9,5	0,90%
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	574,6	57,30%
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	27,8	2,80%
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	4,1	0,40%
DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	0	0,00%
Aplicação em ASPS	1.001,90	100,00%

Fonte: SIAFE/AL

No que tange a Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde por Grupo de Despesas, tem-se que 62,4% foram despesas com Custeio da Saúde Pública (Outras Despesas Correntes), 36,3% com Pessoal e Encargos Sociais e Investimentos 1,2%.

Tabela 14 - Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde por Grupo de Despesa

GRUPO DE DESPESA	2019	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	363,8	36,30%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	625,6	62,40%
INVESTIMENTOS	12,5	1,20%
Aplicação em ASPS	1.001,90	100,00%

Fonte: SIAFE/AL

Ressalta-se que as despesas em Aplicação dos Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS calculadas para fins do Mínimo Constitucional são aquelas com vinculação de receita de impostos. Contudo, as despesas de Saúde são financiadas tanto com recursos de impostos (Recursos Ordinários) como por recursos advindos de Transferência do SUS, Convênios e com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP. Entretanto, esse último, apesar de ser um imposto estadual, não é considerado para o cálculo dos 12% do Mínimo Constitucional.

Pela tabela a seguir observa-se que 75% (R\$ 1.001,9 milhões) da Aplicação em Saúde foi financiada por Recursos Ordinários e 18% (R\$ 240,2 milhões) por recursos do SUS.

Tabela 15 - Aplicação em Saúde por Fonte de Recursos

FONTE DE RECURSOS	2019	%
0100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.001,90	75,00%
0110 - CONVÊNIOS	6,9	0,50%
0116 - FECOEP	87,5	6,50%
0120 - SUS	240,2	18,00%
Aplicação em Saúde	1.336,50	100,00%

Fonte: SIAFE/AL

Ao analisar os valores de Aplicação em Saúde é possível verificar que o maior percentual, 64,5% (R\$ 862,2 milhões), corresponde a Outras Despesas Correntes. Todavia, destaca-se que mais de 110 milhões foram destinados a Despesas com Investimentos. Tal comportamento reflete o esforço que o Estado tem realizado na expansão do número de leitos por meio de construção e entrega de equipamentos hospitalares. Os casos emblemáticos são: a construção do Hospital da Mulher, que foi entregue no ano de 2019; construção do Hospital Metropolitano, que tem previsão de entrega para o ano de 2020; e, construção dos Hospitais Regionais (Sertão, Zona da Mata e da Região Norte).

Tabela 16 - Aplicação em Saúde por Grupo de Despesas

GRUPO DE DESPESAS	2019	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	363,8	27,20%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	862,2	64,50%
INVESTIMENTOS	110,6	8,30%
Aplicação em Saúde	1.336,50	100,00%

Fonte: SIAFE/AL

Desta forma, no último exercício o Estado cumpriu o estipulado na Constituição Federal, determinado pela regulamentação como mínimo de aplicação nas áreas de educação e saúde.

3



**ASPECTOS
ORÇAMENTÁRIOS
E FINANCEIROS**



ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Esta seção dedica-se à avaliação entre o que foi planejado pela Lei Orçamentária Anual do Estado e o que foi realizado no ano de 2019. Como se sabe, o Orçamento Público é uma importante ferramenta para o Planejamento Governamental e conta com três peças fundamentais para direcionar as ações e programas do governo de médio e curto prazo:

- i) o Plano Plurianual – PPA – Lei Estadual nº 8.798/2016 e suas revisões que se preocupa com um plano de médio prazo, estabelecendo as diretrizes, os objetivos e as metas prioritárias do Estado no prazo de 4 (quatro) anos;
- ii) a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – Lei Estadual nº 8.038/2018 com as metas e prioridades para o exercício do ano seguinte, responsável pelas diretrizes a serem seguidas na elaboração do orçamento anual, dispõe sobre as alterações na legislação e indica as diretrizes das agências financeiras de fomento;
- iii) a Lei Orçamentária Anual – LOA – Lei Estadual nº 8.091/2019 que planeja as ações do Governo no curto prazo, em conformidade com as prioridades contidas no PPA, apresentando a estimativa das receitas que serão arrecadadas e fixando as despesas planejadas a serem executadas nesse período. Desta forma, a subseção a seguir pondera sobre a LOA do Estado de Alagoas para o exercício de 2019 e a execução orçamentária e financeira das receitas e despesas desse ano.

3.1. A Lei Orçamentária Anual – LOA 2019 (Lei Estadual nº 8.091/2019)

De acordo com a previsão da LOA para o ano de 2019, o Estado estimou um orçamento líquido em R\$9.802 milhões. Da previsão inicial de Receita Bruta, 92,9% seriam compostos por receita corrente (R\$ 11.478 milhões) e 7,1% por receita de capital (R\$ 876 milhões). Pelo lado da aplicação de recursos, o valor previsto para despesas correntes foi de R\$ 8.180 milhões, correspondendo a 83,4% do total, enquanto as despesas de capital seriam de R\$ 1.582 milhões, correspondendo a 16,1%. Dentro das despesas correntes o custo com Pessoal e Encargos Sociais seria responsável por 69,2% do total. Enquanto que no total das despesas de capital o maior peso na previsão foi com investimentos, representando 80,9% do todo.

A tabela abaixo demonstra a estimativa da receita e a fixação da despesa constante da LOA 2019:

Tabela 17 - Orçamento Anual do Estado de Alagoas (LOA 2019) – R\$ Milhões

RECEITA		DESPESA	
Receitas Correntes (a)	11.478	Despesas Correntes (a)	8.180
Receita Tributária	4.993	Pessoal e Encargos Sociais	5.664
Receita de Contribuições	980	Juros e Encargos da Dívida	392
Receita Patrimonial	176	Outras Despesas Correntes	2.125
Receita Agropecuária	0		
Receita de Serviços	232		
Transferências Correntes	5.030		
Outras Receitas Correntes	67		
Receita de Capital (b)	876	Despesas de Capital (b)	1.582
Operações de Crédito	300	Investimentos	1.280
Alienação de Bens	10	Inversões Financeiras	3
Amortização de Empréstimos	1	Amortização da Dívida	299
Transferências de Capital	565		
Outras Receitas de Capital	-		
Deduções (c)	2.552	Reserva de Contingência (c)	40
Formação do FUNDEB	1.630		
Transferências a Municípios	922		
TOTAL DA RECEITA = (a) + (b) - (c)	9.802	TOTAL DA DESPESA = (a) + (b) + (c)	9.802

Fonte: Lei Estadual nº 8.091/2019 (LOA 2019)

No tocante a distribuição do orçamento por Poder, tem-se que 88,8% (R\$ 8.702 milhões) seria destinado ao Poder Executivo e 11,2% (R\$ 1.100 milhões) para os demais Poderes, com maior peso para os Poderes do Judiciário, Legislativo e Ministério Público com 5,6%, 2,3% e 1,7%, respectivamente.

Tabela 18 - Orçamento do Estado por Poder – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	Orçamento 2019	%
Poder Executivo	8.702	88,8%
Poder Legislativo - Assembleia Legislativa	227	2,3%
Poder Legislativo - Tribunal de Contas	103	1,1%
Poder Judiciário	548	5,6%
Ministério Público	168	1,7%
Defensoria Pública	54	0,6%
TOTAL DESPESA	9.802	100,0%

Fonte: Lei Estadual nº 8.091/2019 (LOA 2019)

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O orçamento de investimentos das empresas foi fixado pela LOA em seu art. 5º com uma despesa em R\$ 67,3 milhões, destacada dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Essa distribuição se dá conforme tabela a seguir:

Tabela 19 - Orçamento de Investimento Empresas Estatais - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
DESENVOLVE	-
ALGÁS	11,9
CEPAL	2,0
LIFAL	0,1
ALAGOAS ATIVOS	1,7
CASAL	51,7
TOTAL	67,3

Fonte: Lei Estadual nº 8.091/2019 (LOA 2019)

Inicialmente, no art., 7º da LOA, o Poder Executivo ficava autorizado até o limite de 15% do total das despesas fixadas a abrir créditos suplementares com os fins de transposição, remanejamento ou transferência. Posteriormente, por meio da Lei nº 8.140/2019, esse percentual foi ampliado para 20%.

3.2. Execução Orçamentária

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a execução orçamentário-financeira ocorre simultaneamente, refere-se ao processo de programação e realização da despesa considerando a disponibilidade financeira da administração e o cumprimento das exigências legais. Entende-se que a execução orçamentária pode ser definida como a utilização das dotações consignadas no orçamento anual enquanto a execução financeira representa a utilização dos recursos financeiros, visando a atender a realização das ações orçamentárias atribuídas a cada unidade da administração pública.

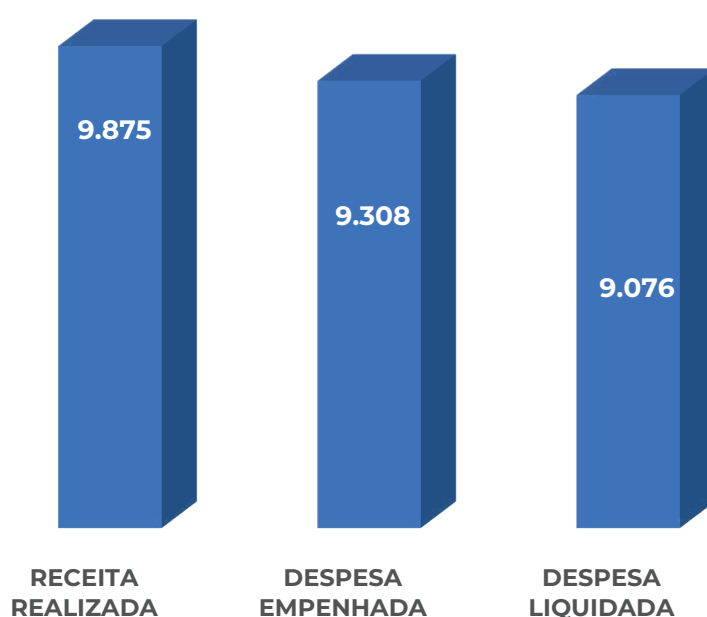
A presente seção discute a execução orçamentária e financeira do Estado de Alagoas no decorrer do exercício de 2019 e está dividida em três tópicos:

- i) Visão geral quanto à execução orçamentário e financeira de 2019;
- ii) Execução da receita, realizando uma análise comparativa com os números de 2018; e,
- iii) Execução da despesa, também referenciada aos resultados do ano anterior.

3.2.1. Execução Orçamentária – Visão Geral

No exercício de 2019 a receita realizada alcançou um montante de R\$ 9.875 milhões, ao passo que a despesa empenhada representou 94,3% desta receita, ou seja, R\$ 9.308 milhões. Necessário frisar que a despesa liquidada equivale a 97,51% da despesa empenhada, o que significa dizer que restou o empenho de aproximadamente R\$ 232 milhões, que em sua maioria tornam-se inscrição de restos a pagar não processados no ano seguinte. O gráfico a seguir demonstra a receita realizada, bem como a despesa empenhada e liquidada em 2019.

Gráfico 7 - Execução Orçamentária Financeira 2019 – R\$ Milhões



Fonte: SIAFE/AL. Elaboração própria

Um indicador relacionado ao orçamento é a assertividade entre a previsão e realização da receita ou despesa. Pelo lado da Receita, comparando realização com a previsão atualizada, o percentual de assertividade foi de 100,6%. Apenas as Receitas de Capital realizadas ficaram abaixo do que foi previsto, com participação de 71,8% (R\$ 308 milhões). Esse resultado indica principalmente frustração de receita por meio de Alienação de Bens (8,3%).

Corroborando para esse resultado, a conta de Operações de Crédito também não chegou a se realizar completamente no ano, tendo em vista que desembolsos previstos de novas operações estão previstos para o primeiro semestre de 2020. Entretanto, a realização de receita corrente superou o previsto em cerca de 3,0% (+R\$ 362 Milhões) resultado de uma maior participação das receitas Tributárias e Transferências Correntes.

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Tabela 20 - Receita Estadual (Previsão x Realização) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	% REALIZADO (c) / (b)
Receitas Correntes (a)	11.478	11.936	12.298	103,0%
Receita Tributária	4.993	5.350	5.465	102,2%
Receita de Contribuições	980	980	925	94,4%
Receita Patrimonial	176	181	187	103,5%
Receita Agropecuária	0	-	-	-
Receita de Serviços	232	236	230	97,5%
Transferências Correntes	5.030	5.122	5.415	105,7%
Outras Receitas Correntes	67	68	77	113,4%
Receita de Capital (b)	876	429	308	71,8%
Operações de Crédito	300	257	180	70,1%
Alienação de Bens	10	10	1	8,3%
Amortização de Empréstimos	1	1	1	97,6%
Transferências de Capital	565	160	126	78,4%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Deduções (c)	2.552	2.552	2.731	107,0%
Formação do FUNDEB	1.630	1.630	1.498	91,9%
Transferências a Municípios	922	922	1.233	133,7%
TOTAL DA RECEITA = (a) + (b) - (c)	9.802	9.813	9.875	100,6%

Fonte: SIAFE/AL

As Despesas Correntes, isto é, aquelas que têm como finalidade a manutenção da máquina pública, atingiram percentual de 92,0% entre as despesas empenhadas e dotação atualizada, montante em valores brutos R\$ 709 milhões menor que o previsto. Adicionalmente, as Despesas de Capital também reduziram, alcançando percentual de 59,4% do valor previsto atualizado. Grande parte essas despesas foram financiadas pelo superávit nas receitas correntes, ao passo que esse comportamento indica que houve contingenciamento das despesas no momento da execução, atrelado principalmente à frustração das receitas de capital.

Tabela 21 - Despesa Estadual (Previsão x Realização) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESA EMPENHADA (b)	DESPESA LIQUIDADADA (c)	%Emp./ Atualizado (b)/(a)	%Liq/ Atualizado (c)/(a)
Despesas Correntes	8.180	8.866	8.157	8.066	92,0%	91,0%
Pessoal e Encargos Sociais	5.664	6.096	5.660	5.659	92,8%	92,8%
Juros e Encargos da Dívida	392	366	365	365	100,0%	100,0%
Outras Despesas Correntes	2.125	2.404	2.132	2.041	88,7%	84,9%
Despesas de Capital	1.582	1.939	1.151	1.010	59,4%	52,1%
Investimentos	1.280	1.652	866	724	52,4%	43,8%
Inversões Financeiras	3	6	5	5	92,2%	92,2%
Amortização da Dívida	299	280	280	280	99,8%	99,8%
Reserva de Contingência	40	0	-	-	0,0%	0,0%
TOTAL DA DESPESA	9.802	10.805	9.308	9.076	86,1%	84,0%

Fonte: SIAFE/AL

Conforme mencionado anteriormente, o Poder Executivo recebeu um limite autorizado de 20% para a realização de alterações no orçamento de acordo com o art. 7º da Lei 8.091/2019 (alterada pela Lei 8.140/2019), do qual o Estado utilizou 19,58% (1.920 milhões), atendendo assim o estabelecido pela legislação como pode ser verificado na tabela abaixo:

Tabela 22 - Limite de Créditos Adicionais – R\$ Milhões

Discriminação	Valor
Orçamento Inicial - Lei nº 8.091, de 23 de janeiro de 2019	9.802
Limite - 20% - art. 7º da Lei nº 8.091, de 23 de janeiro de 2019	1.960
Créditos Adicionais	1.920
% Realização de Créditos	19,58%

Fonte: SEPLAG

3.2.2. Execução Orçamentária da Receita

O equilíbrio orçamentário é fator primordial a ser considerado na elaboração de qualquer orçamento, sendo necessário que a capacidade de arrecadação do Estado seja capaz de honrar os compromissos assumidos pela gestão. Desta forma, a expectativa do valor a ser arrecadado é de extrema importância para que as despesas de um exercício financeiro sejam fixadas.

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Conforme mencionado anteriormente, a arrecadação total do estado de Alagoas no ano de 2019 atingiu o montante de R\$ 9.875 milhões, superando a previsão atualizada em 0,6%, demonstrando assim um alto grau de assertividade por parte do Estado. Isso se confirma mesmo ao comparar o realizado com a previsão inicial, a qual foi elaborada em meados de 2018.

Ao desconsiderar os valores referentes as deduções, tanto para Formação do FUNDEB quanto as Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, a Receita Corrente corresponde à 90,2% do total da receita realizada, enquanto que a Receita de Capital e a Receita Intra-Orçamentária representam 3,11% e 6,70%, respectivamente.

Tabela 23 - Execução da Receita – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	% REALIZADO (c) / (b)
Receita Corrente	10.839	11.296	11.637	103,0%
(-) <i>Deduções - Formação Fundeb</i>	1.630	1.630	1.498	91,9%
(-) <i>Deduções - Transf aos Municípios</i>	922	922	1.233	133,7%
Receita de Capital	876	429	308	71,8%
Receita Intra-Orçamentária	638	640	662	103,4%
<i>Corrente</i>	638	640	662	103,4%
<i>de Capital</i>	-	-	-	-
TOTAL DA RECEITA	9.802	9.813	9.875	100,6%

Fonte: SIAFE/AL

Ainda é possível observar que as transferências aos municípios ultrapassaram a previsão atualizada em 33,7% (R\$ 311 milhões) devido ao aumento das receitas correntes, que são vinculadas. Na análise das Receitas Tributárias e das Receitas de Transferências Correntes será possível verificar detalhamento que justifica tal aumento.

Tabela 24 - Comparativo Arrecadação Estadual – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	RECEITA REALIZADA 2018	RECEITA REALIZADA 2019	Δ % 2019/2018
Receita Corrente	10.845	11.637	7,3%
<i>(-) Deduções - Formação Fundeb</i>	1.390	1.498	7,8%
<i>(-) Deduções - Transferências aos Municípios</i>	1.168	1.233	5,6%
Receita de Capital	152	308	101,7%
Receita Intra-Orçamentária	1.645	662	-59,8%
<i>Corrente</i>	1.645	662	-59,8%
<i>de Capital</i>	-	-	-
TOTAL DA RECEITA	10.084	9.875	-2,1%
TOTAL DA RECEITA (exceto Intra-Orçamentária)	8.440	9.213	9,2%

Fonte: SIAFE/AL

O total arrecadado em 2019 apresentou uma retração de 2,1% (-R\$ 209 milhões) comparado ao exercício de 2018 devido sobretudo a redução de 59,8% da Receita Intra-Orçamentária, uma vez que as demais contas apresentaram crescimento de 7,3% no que diz respeito a Receita Corrente e de 101,7% para a Receita de Capital. Essa redução da Receita Intra-Orçamentária deve-se ao fato de que a partir de 2019 não foram registrados no orçamento os valores referentes aos aportes financeiros para cobertura do déficit financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS¹, isto ocorreu em convergência às orientações do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.

De acordo com o MCASP 8ª edição vigente a partir do exercício de 2019, em sua subseção 4.3.5.3 - Aporte para Cobertura de Déficit Financeiro – Plano Financeiro e Plano Previdenciário:

“A figura do aporte para cobertura de déficit financeiro provém da previsão do § 1º do art. 2º da Lei nº 9.717/1998², o qual determina a responsabilidade dos entes pela cobertura dos mesmos, conforme mencionado em subitem anterior deste capítulo.

¹ Despesas orçamentárias com aportes periódicos destinados à cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme plano de amortização estabelecido em lei do respectivo ente Federativo, exceto as decorrentes de alíquota de contribuição suplementar

² Art. 2º [...] § 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários. (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Todavia, ressalte-se que para cobertura de déficit financeiro não há execução orçamentária pela transferência de recursos do ente ao RPPS. Isso se deve ao fato de que, como o RPPS é o responsável primário pelo atendimento das despesas previdenciárias em comento e integra o OFSS³ do seu ente, este sendo o responsável último por tais despesas, não há necessidade de se determinar que o ente realize o registro das despesas orçamentárias a serem honradas por desequilíbrio financeiro, tendo em vista que o próprio RPPS já terá providenciado a contabilização desse gasto, assim, ocorre apenas uma descentralização financeira. Caso o ente contabilizasse o referido gasto, haveria uma duplicidade de registros orçamentários.”

Sendo assim, a fim de facilitar a análise e demais comparações entre anos 2019 e 2018, não serão consideradas as Receitas e Despesas Intra-Orçamentárias, apenas as Exceto Intra-Orçamentárias.

Nas subseções seguintes será realizada uma breve apresentação quanto à realização das receitas por rubrica.

3.2.2.1. Receita Corrente

No que diz respeito à Receita Corrente, após as deduções, o valor total arrecadado em 2019 foi de R\$ 8.906 milhões, valor este 7,5% (+R\$ 618,7 milhões) maior que o realizado em 2018. Em relação a sua composição, tem-se que cerca de 91,6% estão concentrados nos grupos de Transferências Correntes (51,5%) e Receita Tributária (40,1%). Em seguida aparece a Receita de Contribuições (3,4%), Receita de Serviços (2,1%), Receita Patrimonial (2,0%) e Outras Receitas Correntes (0,9%)

³ Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Tabela 25 - Receita Corrente (2018-2019)* – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2018	% PART/RC 2018	2019	% PART/RC 2019	Δ % 2019/2018
Receita Tributária	3.336	40,3%	3.570	40,1%	7,0%
Receita de Contribuições	279	3,4%	303	3,4%	8,6%
Receita Patrimonial	159	1,9%	182	2,0%	13,9%
Receita Agropecuária	-	0,0%	-	0,0%	-
Receita de Serviços	184	2,2%	191	2,1%	3,4%
Transferências Correntes	4.259	51,4%	4.585	51,5%	7,7%
Outras Receitas Correntes	70	0,8%	76	0,9%	9,1%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE	8.287	100,0%	8.906	100,0%	7,5%

*Exceto Intra-
Orçamentária / Líquida
de deduções

Fonte: SIAFE/AL

Comparando o exercício de 2019 com o de 2018, observa-se que do incremento total de R\$ 619 milhões, as Transferências Correntes respondem por R\$ 326,5 milhões ao passo que obteve crescimento em relação ao ano anterior de 7,7%. No mesmo sentido, a Receita Tributária cresceu em relação ao mesmo período o percentual de 7,0% (+R\$ 233,3 milhões).

Além dessas, no mesmo período a Receita Patrimonial obteve crescimento de 13,9% (+R\$ 22,2 milhões), enquanto as Outras Receitas Correntes variaram positivamente 9,1% (R\$ 6,4 milhões), a Receita de Contribuições aumentou 8,6% (R\$ 24,1 milhões) e, por fim, a subcategoria da Receita de Serviços apresentou incremento de 3,4% (+R\$ 6,3 milhões).

A Receita Corrente possui grande importância, pois ela é fonte da manutenção das atividades governamentais. Além disso, devido às suas características, a maior parte das rubricas que compõem esse grupo de receita apresenta um comportamento regular. Diante disso, as subcategorias econômicas que compõe a Receita Corrente serão objeto de análise a seguir.

(i) Receita Tributária Líquida

A Receita Tributária Líquida é aquela advinda dos Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, a qual apresentou crescimento de 7,0% (+R\$ 233,3 milhões) em relação ao exercício anterior, como já mencionado anteriormente. Os impostos tiveram um incremento de 6,7%, efeito decorrente principalmente do incremento da receita de ICMS que em 2019 cresceu mais de 216,4 milhões com relação a 2018, o que corresponde há 64,4% da variação das receitas de impostos. Já as taxas tiveram um aumento de 6,9% (+R\$ 5,1 milhões) em 2018, devido ao crescimento das Taxas pelas Prestações de Serviços (+R\$ 5,3 milhões).

Tabela 26 - Execução da Receita Tributária (2018-2019) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2018	2019	Δ % 2019/2018
Impostos	5.050,4	5.386,4	6,7%
<i>IR</i>	459,9	499,2	8,5%
<i>IPVA</i>	306,2	339,1	10,7%
<i>ITCD</i>	16,3	24,1	47,4%
<i>ICMS</i>	4.002,0	4.218,4	5,4%
<i>FECOEP</i>	265,9	305,6	15,0%
Taxas	73,8	78,9	6,9%
<i>Exercício do Poder de Polícia</i>	38,9	38,7	-0,6%
<i>Prestação de Serviços</i>	34,8	40,2	15,3%
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	379,7%
(-) Dedução Formação Fundeb	634,2	671,5	5,9%
(-) Dedução Transf aos Municípios	1.153,6	1.224,1	6,1%
RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA	3.336,3	3.569,6	7,0%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

A receita de todos os tipos de impostos apresentou em 2019 crescimento quando comparados com 2018. ICMS obteve elevação de 5,4% (+R\$ 216,4 milhões), FECOEP teve incremento de 15,0% (+R\$ 39,8 milhões), IR foi 8,5% maior (+ R\$ 39,3 milhões), IPVA foi superior ao arrecadado em 2018 em 10,7% (+R\$ 32,9 milhões) e o ITCD incrementou cerca de 47,4% (+R\$ 7,8 milhões). Importante ressaltar que o ICMS corresponde a 78,3% do total de impostos, demonstrando a importância neste tipo de arrecadação.

Nesse sentido, destaca-se a boa performance da arrecadação de ICMS, bem como dos demais impostos, foi impulsionada sobretudo pela melhoria no âmbito interno da Receita Estadual, com a otimização de processos e sistemas informatizados. Isto é, não ocorreram ajustes em alíquotas tributárias ao longo do exercício de 2019.

(ii) Receita de Contribuições

As contribuições realizadas por servidores estaduais para a Previdência Social nada mais são do que as Receitas de Contribuições. No Exercício de 2019 o montante arrecadado foi de R\$ 302,7 milhões, valor este 8,6% (+R\$ 24,1 milhões) que o realizado em 2018. Tal aumento foi possível devido ao crescimento das contribuições de servidores civis ativos que obteve um incremento de 16,7% (+R\$ 26,3 milhões). Por outro lado, as Contribuições de Servidores Inativos Civil e Contribuições Servidor – Precatórios Lei 6410/2003 apresentaram retração de 26,1% (-R\$ 9,4 milhões) e 47,2% (-R\$ 5,1 milhões), respectivamente.

Importante ressaltar que as Contribuições de Servidores ativos Cíveis e Militares representam juntas aproximadamente 81,2% do total da Receita de Contribuições.

Tabela 27 - Execução da Receita de Contribuições (2018-2019) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2018	2019	Δ % 2019/2018
Contrib. Previdenciárias do Regime Próprio	278,7	302,7	8,6%
<i>Contribuição de Servidor Ativo Civil</i>	157,7	183,9	16,7%
<i>Contribuição de Servidor Ativo Militar</i>	59,1	62,0	4,9%
<i>Contribuição de Servidor Inativo Civil</i>	36,2	26,7	-26,1%
<i>Contribuição de Servidor Inativo Militar</i>	14,6	15,2	4,5%
<i>Contribuição do Pensionista Civil</i>	0,3	2,9	861,0%
<i>Contribuição Servidor - Precatórios Lei 6410/2003</i>	10,9	5,7	-47,2%
<i>Outras Contribuições Previdenciárias</i>	-	6,2	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	278,7	302,7	8,6%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

(iii) Receita Patrimonial

A Receita Patrimonial refere-se às receitas financeiras, ou seja, as entradas decorrentes de investimentos e outros rendimentos do ativo permanente estadual.

Tabela 28 - Execução Receita Patrimonial (2018-2019) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2018	2019	Δ % 2019/2018
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10,9	7,4	-32,4%
Valores Mobiliários	110,3	135,0	22,3%
<i>Remuneração Depósitos Bancários</i>	106,8	132,0	23,6%
<i>Demais Valores Mobiliários</i>	3,6	3,0	-16,2%
Exploração de Recursos Naturais	1,7	0,7	-56,5%
Cessão de Direitos	15,0	18,0	20,1%
Demais Receitas Patrimoniais	21,5	20,5	-4,8%
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	159,4	181,6	13,9%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O total de Receita Patrimonial foi R\$ 181,6 milhões em 2019, montante de 13,9% maior que o arrecadado em 2018. Observa-se que tal resultado decorreu do crescimento de 22,3% (+R\$ 24,6 milhões) dos Valores Mobiliários impulsionados pelo crescimento de R\$ 25,2 milhões da Remuneração Depósitos Bancários. A Cessão de Direitos também teve participação neste crescimento, embora pequena quando comparado em termos absolutos. Tal resultado não foi ainda melhor devido à queda da Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado de 32,4% (-R\$ 3,5 milhões) além da retração da Exploração de Recursos Naturais e das Demais Receitas Patrimoniais.

— (iv) Receita de Serviços

A Receita de Serviços é aquela propriamente decorrente de prestação de serviços de natureza pública como de trânsito, transporte, ambiental etc. Em 2019 foram arrecadados R\$ 190,5 milhões em Receitas de Serviços, montante 3,4% (+R\$ 6,3 milhões) superior ao de 2018. Serviços e Atividade Referentes à Saúde tiveram crescimento de 13,5% (+R\$ 3,1 milhões) e Serviços Administrativos e Comerciais Gerais apresentaram aumento de 2,0% (+R\$ 3,3 milhões) no mesmo período. Por outro lado, o grupo de Serviços Administrativos e Comerciais corresponde à 86,0% do total deste tipo de receita, que é sobretudo decorrente de serviços prestados pelo Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Alagoas (DETRAN) na sua atividade de administrar e fiscalizar o trânsito de veículos assim como a formação de seus condutores.

Tabela 29 - Execução da Receita de Serviços (2018-2019) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2018	2019	Δ % 2019/2018
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	160,6	163,9	2,0%
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	23,3	26,4	13,5%
Outros Serviços	0,35	0,24	-32,6%
RECEITA DE SERVIÇOS	184,3	190,5	3,4%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

— (v) Transferências Correntes

As Transferências Correntes compõem base de arrecadação fundamental importância para o Estado de Alagoas, uma vez que em 2019 representou 46,4% do total líquido das Receitas Estaduais. Em relação ao seu desempenho neste último exercício, o que detém um montante de R\$ 4.585,2 milhões, valor 7,7% (+R\$ 326,3 milhões) superior que o realizado em 2018, destaca-se o comportamento do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal, que sozinho representa aproximadamente 90,1% das Transferências Correntes Líquidas, que por sua vez apresentou um incremento de 9,9% (+R\$ 373,2 milhões) comparativamente a 2018.

Tabela 30 - Execução Transferências Correntes (2018-2019) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2018	2019	Δ % 2019/2018
Transf. da União e de suas Entidades	5.007,6	5.412,1	8,1%
<i>FPE</i>	3.756,2	4.129,3	9,9%
<i>Fundeb</i>	526,0	564,3	7,3%
<i>SUS</i>	264,1	230,3	-12,8%
<i>Complementação Fundeb</i>	148,5	160,5	8,0%
<i>Convênios</i>	210,0	82,7	-60,6%
<i>CIDE</i>	19,1	11,4	-40,3%
<i>Royalties</i>	-	-	-
<i>FNDE</i>	15,9	17,9	12,4%
<i>LC 87/96</i>	12,0	-	-100,0%
<i>Demais Transferências</i>	55,7	215,8	287,2%
Transf. dos Estados e de suas Entidades	-	-	-
Transf. dos Municípios e de suas Entidades	11,2	0,0	-99,9%
Transf. das Instituições Privadas	3,3	2,6	-20,0%
Transf. Outras Instituições Públicas	-	-	-
(-) Dedução Formação Fundeb	755,5	826,2	9,4%
(-) Dedução Transf aos Municípios	7,9	3,3	-57,6%
TRANSF. CORRENTES LÍQUIDAS	4.258,6	4.585,2	7,7%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

As Transferências da União e de suas Entidades avançou 8,1% (+R\$ 404,5 milhões) quando comparado com o exercício de 2018, muito embora tal resultado seja decorrente do crescimento do FPE, faz-se necessário citar o incremento obtido no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – Fundeb que foi de 7,3% (+R\$ 38,3 milhões).

Por outro lado, o Sistema Único de Saúde, devido ao Teto de Gastos por parte do Governo Federal apresenta redução de 12,8% (-R\$ 33,9 milhões). A conta de Convênios também apresentou retração, em cerca de 60,6% (-R\$ 127,3 milhões), devido ao aumento dos recursos de convênio de capital, classificados em outro grupo de receitas.

Ademais, outro destaque necessário trata-se da entrada de recursos extraordinários no montante de R\$ 191,2 milhões em Demais Transferências, o que explica a variação positiva em 287,2% entre os anos de 2018 e 2019 nessa rubrica. Tal receita foi decorrente da redistribuição aos entes subnacionais dos recursos advindos do megaleilão dos volumes excedentes da Cessão Onerosa do petróleo, ocorrido 6 de novembro de 2019.⁴

⁴ A Cessão Onerosa é um regime jurídico regido por um contrato assinado entre a Petrobras e a União em 2010, no qual a União cedeu a Petrobras o direito de produzir, com 100% de participação, um volume de até 5 bilhões de barris de óleo equivalente em seis blocos no pré-sal da Bacia de Santos. Ver mais em: <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-cessao-onerosa.htm>

(vi) Outras Receitas Correntes

A realização de outras receitas correntes totalizou R\$ 76,2 milhões no exercício de 2019, apresentando crescimento de 9,1% se comparado com o exercício de 2018, que foi de R\$ 68,8 milhões. Este resultado ocorreu pelo crescimento de 5,1% (+R\$ 0,9 milhões) das Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais em 127,2% (+R\$ 5,6 milhões) da receita de Indenizações, Restituições e Ressarcimentos. A conta de maior peso neste grupo de receitas é a de Demais Receitas Correntes, que responde por 63,3% do total em 2019.

Tabela 31 - Execução de Outras Receitas Correntes (2018-2019) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2018	2019	Δ % 2019/2018
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	16,9	17,7	5,1%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	4,4	10,0	127,2%
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	0,2	-
Demais Receitas Correntes	48,6	48,3	-0,6%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	69,8	76,2	9,1%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

3.2.2.2. Receita de Capital

Em que pese, em 2019 a arrecadação com Receita de Capital teve um incremento considerável, qual seja de 101,7% (+R\$ 155,1 milhões), em relação a 2018. Isso se deve ao forte crescimento das Transferências de Capital que passou de R\$ 15,9 milhões em 2018 para R\$ 125,5 milhões em 2019.

Enquanto que as receitas de Operações de Crédito também cresceram cerca de 34,2% (+R\$ 45,9 milhões) comparativamente a 2018. Por sua vez, a Alienação de Bens apresentou redução de 49,4% (-R\$ 0,8 milhões), embora que em termos absolutos não deteve consequências significativas no resultado total.

Tabela 32 - Receita de Capital (2018-2019) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	2018	2019	Δ % 2019/2018
Operações de Crédito	134,1	180,0	34,2%
Alienação de Bens	1,7	0,9	-49,4%
Amortização de Empréstimos	0,7	1,2	66,2%
Transferências de Capital	15,9	125,5	688,0%
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DA RECEITA DE CAPITAL	152,5	307,6	101,7%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

3.2.3. Execução Orçamentária da Despesa

Uma gestão eficiente da despesa é de fundamental importância para qualquer organização, notadamente no que diz respeito a Administração Pública, uma vez que esta impactará diretamente em seu funcionamento. Desta forma, realiza-se aqui um acompanhamento do comportamento destes gastos em 2019 bem como sua evolução em relação ao exercício de 2018.

Tabela 33 - Receita de Capital (2018-2019) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESA EMPENHADA (c)	% REALIZADO (c) / (b)
Despesa Corrente	7.639,0	8.308,0	7.647,7	92,1%
Despesa de Capital	1.501,9	1.890,0	1.107,3	58,6%
Despesa Intra- Orçamentária	621,6	606,3	552,8	91,2%
<i>Corrente</i>	541,4	557,7	508,9	91,2%
<i>De Capital</i>	80,2	48,6	43,9	90,5%
Reserva de Contingência	40,0	0,2	-	-
TOTAL DA DESPESA	9.802,4	10.804,5	9.307,8	86,1%

Fonte: SIAFE/AL

Fonte: SIAFE/AL

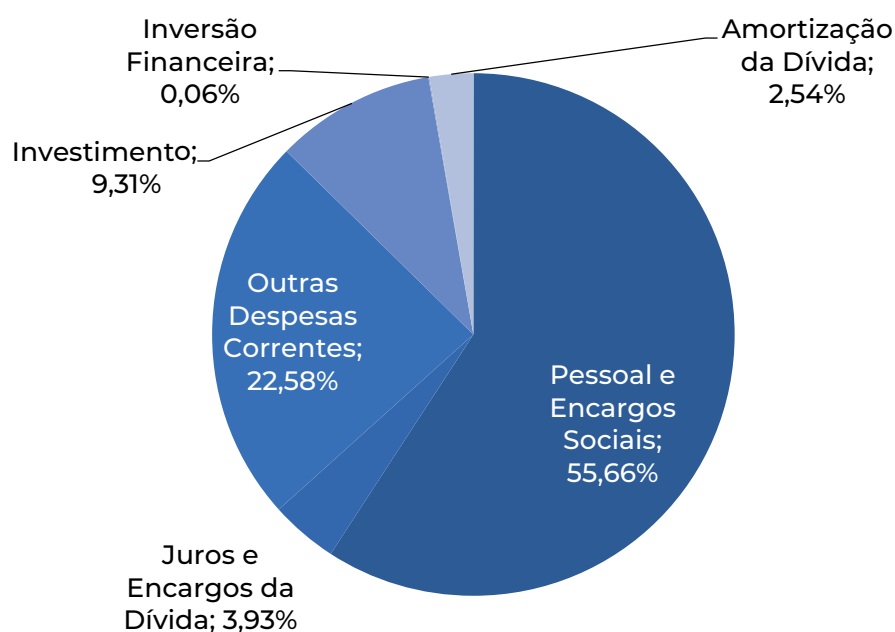
Em 2019 a Dotação Atualizada foi de R\$ 10.804,5 milhões tendo ao final do exercício uma Despesa Empenhada de R\$ 9.307,8 milhões, o que significa dizer que o nível de previsibilidade dos gastos foi de 86,1%. Em sua composição observa-se que 82,2% refere-se a Despesa de Capital, com um montante de R\$ 7.647,7 milhões seguido por 11,9% de Despesa de Capital e 5,9% de Despesas Intra-Orçamentária.

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Em relação ao total da Dotação Inicial, a despesa empenhada foi inferior em 5,05% (-R\$494,5) do total previsto, com a Despesa de Capital e Despesa Intra-Orçamentária, atingindo respectivamente 73,73% e 88,94%, ficando abaixo do que havia sido planejado inicialmente.

Detalhando a Despesa Total, 55,7% se refere ao Gasto com Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 5.180,8 milhões) e 22,6% para Outras Despesas Correntes. Observa-se ainda, 9,31% de Investimentos (R\$ 866,1 milhões) e 2,54% de Amortização da Dívida. Junto estes grupos representam 90,1% do total empenhado em 2019.

Gráfico 8 - Participação na Execução da Despesa – R\$ Milhões



Fonte: SIAFE/AL. Elaboração própria

Confrontando tais valores com o observado em 2018, tem-se que o total da despesa apresentou uma redução de 10,5% (-R\$ 1.090,6 milhões) impulsionado sobretudo pela redução da Despesa Intra-Orçamentária, que apresentou queda de 69,3%. Conforme já apresentado na Seção da Execução Orçamentária da Receita, tal comportamento foi em decorrência de convergência acerca da contabilização do Aporte para Cobertura do Déficit Financeiro dos Fundos de Previdência, prevista pelo MCASP 8ª ed.

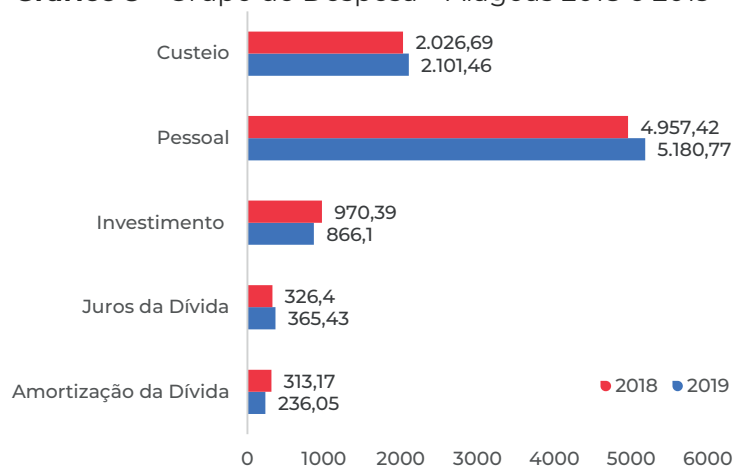
Sendo assim, ao desconsiderar as Despesas Intra-Orçamentárias, percebe-se que comparativamente a 2018 o total da despesa na realizada apresentou incremento de 1,8% (+R\$ 157,2 milhões).

Tabela 34 - Comparativo da Execução da Despesa por Categoria de Grupo (2018-2019)
- R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2018	DESPESA EMPENHADA 2019	Δ % 2019/2018
Despesa Corrente	7.310,5	7.647,7	4,6%
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	4.957,4	5.180,8	4,5%
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	326,4	365,4	12,0%
<i>Outras Despesas Correntes</i>	2.026,7	2.101,5	3,7%
Despesa de Capital	1.287,3	1.107,3	-14,0%
<i>Investimento</i>	970,4	866,1	-10,7%
<i>Inversão Financeira</i>	3,8	5,2	38,0%
<i>Amortização da Dívida</i>	313,2	236,0	-24,6%
Despesa Intra-Orçamentária	1.800,6	552,8	-69,3%
<i>Corrente</i>	1.794,6	508,9	-71,6%
<i>De Capital</i>	6,0	43,9	627,4%
TOTAL DA DESPESA	10.398,5	9.307,8	-10,5%
TOTAL DA DESPESA (exceto intra-orçamentária)	8.597,8	8.755,0	1,8%

Fonte: SIAFE/AL

De acordo com a LRF, a despesa total com pessoal, que possui maior representatividade nos grupos de despesa, é composta pelo somatório dos gastos dos entes da Federação com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder. Além dessas despesas, os valores dos contratos de terceirização no que se referem à substituição de servidores e empregados públicos são também computados para apuração do limite da despesa total com pessoal.

Gráfico 9 - Grupo de Despesa – Alagoas 2018 e 2019

Fonte: Anexo 1 RREO 6º BIM, 2018 e 2019, Empenhada Exceto Intra-Orçamentária
Elaboração Própria

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Desmembrando a Despesa por Função, percebe-se que 60,7% dos gastos estão concentrados na Previdência Social (R\$ 1.564,5 milhões), Saúde (R\$ 1.318,1 milhões), Educação (R\$ 1.306,8 milhões) e Segurança Pública (R\$ 1.123,1 milhões).

Na execução da Despesa por Função os maiores incrementos verificados foram em Desporto e Lazer (+R\$ 7,6 milhões; 76,4%), Educação (+511,9 milhões; 64,4%); Comércio e Serviços (+R\$ 6,5 milhões; 40,1%), Essencial à Justiça (+R\$ 56,5 milhões; 35,9%) e Cultura (+R\$ 4,7 milhões; 29,2%).

Tabela 35 - Comparativo da Execução da Despesa por Função (2018-2019) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2018	DESPESA EMPENHADA 2019	Δ % 2019/2018
01 - Legislativa	249,5	303,0	21,4%
02 - Judiciária	576,1	643,6	11,7%
03 - Essencial à Justiça	157,6	214,1	35,9%
04 - Administração	451,0	447,4	-0,8%
06 - Segurança Pública	1.168,7	1.123,1	-3,9%
08 - Assistência Social	65,5	16,2	-75,2%
09 - Previdência Social	1.951,8	1.564,5	-19,8%
10 - Saúde	1.280,3	1.318,1	2,9%
11 - Trabalho	5,0	5,7	14,7%
12 - Educação	794,8	1.306,8	64,4%
13 - Cultura	15,9	20,6	29,2%
14 - Direitos da Cidadania	227,2	254,2	11,9%
15 - Urbanismo	32,4	18,1	-44,3%
16 - Habitação	3,3	2,7	-18,7%
17 - Saneamento	53,1	8,6	-83,8%
18 - Gestão Ambiental	209,9	111,0	-47,1%
19 - Ciência e Tecnologia	53,8	63,5	18,0%
20 - Agricultura	112,1	87,5	-22,0%
21 - Organização Agrária	2,5	1,5	-40,9%
22 - Indústria	6,7	6,0	-11,7%
23 - Comércio e Serviços	16,3	22,8	40,1%
24 - Comunicações	7,1	6,6	-7,1%
25 - Energia	-	0,0	-
26 - Transporte	429,1	524,3	22,2%
27 - Desporto e Lazer	9,9	17,5	76,4%
28 - Encargos Especiais	718,2	667,8	-7,0%
TOTAL DA DESPESA	8.597,8	8.755,0	1,8%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

Na execução das despesas por Poderes, o Poder Executivo responde por 87,22% (R\$ 7.635,8 milhões) e os Demais Poderes e Órgãos por 12,78% (R\$ 1.119,2 milhões) restantes. Em relação a 2018 o Poder Executivo aumentou suas despesas em cerca de 0,2% (+ R\$ 18,8 milhões) enquanto os Demais Poderes aumentaram em 14,1% (+R\$ 138,4 milhões).

Tabela 36 - Execução da Despesa por Poder (2018-2019) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2018	DESPESA EMPENHADA 2019	Δ % 2019/2018
Demais Poderes e Órgãos	980,8	1.119,2	14,1%
Assembleia Legislativa	176,7	224,9	27,2%
Tribunal de Contas	72,8	79,0	8,5%
Tribunal de Justiça	539,5	595,6	10,4%
Ministério Público	151,1	165,2	9,3%
Defensoria Pública	40,6	54,5	34,2%
Poder Executivo	7.617,0	7.635,8	0,2%
TOTAL DA DESPESA	8.597,8	8.755,0	1,8%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

No que tange aos Demais Poderes, a análise dos dados demonstra que todos os poderes apresentaram incremento, destaque para Defensoria Pública e Assembleia Legislativa que apresentaram incremento respectivamente de 34,2% (+R\$ 13,9 milhões) e 27,2% (+R\$ 48,2 milhões).

A análise da despesa pela ótica da fonte de financiamento evidencia que os recursos provenientes do Tesouro Estadual (0100), que são Recursos Ordinários, foram responsáveis por 69,88% do total. Em comparação com o ano de 2018, dentre as fontes que financiam as despesas do estado, as que merecem destaque são o Fundo Estadual de Defesa Civil que aumentou em 9089,1%, as transferências obrigatórias da União (+R\$ 9,5 milhões), os recursos ordinários (+R\$ 1.567,0 milhões), o FEP (+R\$ 4,1 milhões) e Fundeb que aumentou 5,2% (+R\$ 32,7 milhões). As demais fontes apresentaram redução, conforme demonstrado na Tabela a seguir.

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Tabela 37 - Execução da Despesa por Fonte de Recursos (2018-2019) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2018	DESPESA EMPENHADA 2019	Δ % 2019/2018
0100 Recursos Ordinários	4.550,7	6.117,8	34,4%
0103 CIDE	15,6	8,7	-44,1%
0106 FEP	15,4	19,5	26,4%
0107 Salário Educação - Estadual	20,0	17,8	-10,8%
0108 Salário Educação - Federal	0,2	-	-100,0%
0109 Royalties	18,9	12,5	-34,0%
0110 Convênios	390,5	254,8	-34,7%
0112 Taxa de Prevenção à Incêndio	3,0	1,7	-41,3%
0113 Fundeb	624,8	657,6	5,2%
0114 Recursos Hídricos	4,0	2,0	-50,6%
0115 Fundo Proteção e Combate à Incêndio	1,1	0,4	-63,4%
0116 FECOEP	216,7	138,4	-36,1%
0117 FEFAL	-	10,3	-
0120 SUS	264,1	240,2	-9,0%
0121 Serviços Hospitalares - CBM	-	0,0	-
0122 Fundo Estadual de Defesa Civil	0,0	0,0	9089,1%
0123 Transf. Obrigatórias da União	6,5	16,0	147,8%
0148 Operações de Crédito Externas	15,1	3,1	-79,7%
0151 Operações de Crédito Internas	267,5	155,1	-42,0%
0152 Proinvest	4,4	-	-100,0%
0158 Depósitos Judiciais	1,0	-	-100,0%
0202 Recursos Próprios - Previdência	1.934,7	838,2	-56,7%
0291 Recursos da Adm. Indireta	243,7	260,8	7,0%
TOTAL DA DESPESA	8.597,8	8.755,0	1,8%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

As próximas subseções serão destinadas ao detalhamento das Despesas Correntes e das Despesas de Capital, inclusive comparando o montante executado em 2019 com o do exercício anterior.

3.2.3.1. Despesas Correntes

As Despesas Correntes no exercício de 2019 alcançaram o montante de R\$ 7.647,7 milhões, divididos em 67,7% com despesas com Pessoal e Encargos (R\$ 5.180,8 milhões), 27,5% com Outras Despesas Correntes (R\$ 2.101,5 milhões) e 4,8% com Juros e Encargos da Dívida (R\$ 365,4 milhões). Em 2018 essa composição era diferente, com 67,8%, 27,7% e 4,5%, respectivamente. Em termos gerais as despesas correntes tiveram um acréscimo de cerca de 4,6% (+R\$ 337,1 milhões) em relação ao ano anterior.

Tabela 38 - Execução das Despesas Correntes (2018-2019) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2019/2018
	2018	% PART.	2019	% PART.	
Pessoal e Encargos Sociais	4.957,4	67,8%	5.180,8	67,7%	4,5%
Juros e Encargos da Dívida	326,4	4,5%	365,4	4,8%	12,0%
Outras Despesas Correntes	2.026,7	27,7%	2.101,5	27,5%	3,7%
Despesas Correntes	7.310,5	100,0%	7.647,7	100,0%	4,6%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

Os Juros e Encargos da Dívida foi o grupo de despesa que apresentou maior crescimento relativo, atingindo um percentual de 12,0% (+R\$ 39,0 milhões) seguido pelas Despesas com Pessoal que tiveram o maior crescimento em valor, com 4,5% (+223,3 milhões).

(i) Pessoal e Encargos Sociais

Pessoal e Encargos Sociais é o grupo da despesa corrente com maior peso, com 67,70% atingindo um montante de R\$ 5.180,8 milhões, conforme já mencionados anteriormente. Deste grupo, tem-se o Pessoal Ativo (53,60%) e Pessoal Inativo e Pensionistas (39,90%), juntos somando 93,50% do total desse grupo, equivalente a R\$ 4.844,24 milhões. Os percentuais restantes correspondem a Contratação por Tempo Determinado (2,73%), Demais Despesas de Pessoal (2,22%), Obrigações Patronais (0,95%) e Indenizações e Sentenças Judiciais (0,58%).

Tabela 39 - Execução da Despesa com Pessoal e Encargos Sociais (2018-2019) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2018	DESPESA EMPENHADA 2019	Δ % 2019/2018
Pessoal Ativo	2.670,2	2.777,0	4,0%
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.026,1	2.067,3	2,0%
Contratação por Tempo Determinado	125,2	141,7	13,1%
Obrigações Patronais	44,6	49,4	10,9%
Indenizações e Sentenças Judiciais	12,1	30,2	149,9%
Demais Despesas de Pessoal	79,2	115,2	45,4%
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.957,4	5.180,8	4,5%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

No comparativo entre os exercícios de 2019 e 2018, a despesa total com pessoal e encargos sociais aumentou em 4,5% (+R\$ 223,3 milhões). O maior incremento em volume financeiro foi com o Pessoal Ativo, R\$ 106,8 milhões, seguido de Pessoal Inativo e Pensionista, R\$ 41,1 milhões.

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

A maior variação da despesa com Servidores Ativos em relação ao exercício de 2018 quando comparada a variação da despesa com Inativos e Pensionistas, mostra uma mudança na trajetória das despesas com pessoal.

Com relação ao aumento de 223,3 milhões nesse Grupo de Despesa, principalmente no Pessoal Ativo, o incremento foi decorrente em sua maioria pela conclusão da convocação do concurso para provimentos de vagas para Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas, ocorrido em 2018.

Apesar da despesa com Inativos e Pensionistas ser inferior à despesa com os Servidores Ativos em termos nominais, o crescimento positivo da primeira impulsiona os gastos com Pessoal à medida que é necessário recompor o quadro de servidores, além da responsabilidade estadual de arcar com o déficit previdenciário, tendo em vista a insuficiência de recursos advindos de contribuições dos servidores e patronal para cobrir a despesa com Inativos.

Com relação ao aumento de 149,9% das despesas com indenizações e sentenças, esse comportamento reflete as despesas com as demissões decorrentes dos processos de extinção das empresas estatais CARHP e SERVEAL ocorridos em 2019.

— (ii) Juros e Encargos da Dívida

O Serviço da Dívida refere-se ao pagamento dos Juros e Encargos e Amortização da Dívida do qual o estado é devedor. Entretanto, a despesa com Juros e Encargos da Dívida é classificada na categoria de despesa corrente.

Tabela 40 - Execução do Serviço da Dívida (2018-2019) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2019/2018
	2018	% PART.	2019	% PART.	
Juros e Encargos da Dívida	326,4	51,0%	365,4	60,8%	12,0%
Amortização da Dívida	313,2	49,0%	236,0	39,2%	-24,6%
TOTAL DO SERVIÇO DA DÍVIDA	639,6	100,0%	601,5	100,0%	-6,0%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

Em comparação ao exercício de 2018 a Despesa com Juros e Encargos da Dívida de Alagoas apresentou incremento de 12,0% (+39,0 milhões). Esse comportamento foi decorrente do término da redução extraordinária de parcelas mensais de dívida concedidos pela a LC nº 156/2016 que afetaram os pagamentos mensais da principal dívida estadual, decorrente da Lei nº 9.496/97, até meados do ano de 2018. Além disso, tendo em vista o término do período de carência do Programa Conecta Alagoas, operação realizada junto ao Banco do Brasil, o Estado de Alagoas começou a pagar em 2019 juros decorrentes desse empréstimo.

Necessário destacar também que a alta do dólar no segundo semestre de 2019 afetou o montante de juros das dívidas externas, ainda que em menor escala que a participação das dívidas internas.

— (iii) Outras Despesas Correntes

O grupo referente a Outras Despesas Correntes apresentou um acréscimo em 2018 de 3,7% (+74,8 milhões). Os elementos de despesa que mais apresentaram crescimento foram os de Demais Despesas de Custeio com 27,8% (+R\$ 84,8 milhões), Material de Consumo (12,1%; +R\$ 16,1 milhões) e Contribuições (12,1%; +R\$ 26,7 milhões). As Demais Despesas de Custeio representam 62,52% (R\$ 1.313,89) do total de despesa corrente e representam o agregado de cerca de 18 elementos de Despesas tais como: passagens e despesas com locomoção, diárias, serviços de consultoria, outros serviços de terceiros, serviços de tecnologia, entre outros.

Tabela 41 - Execução de Outras Despesas Correntes (2018-2019) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2018	DESPESA EMPENHADA 2019	Δ % 2019/2018
Custeio	2.026,7	2.101,5	3,7%
<i>Serviços de Terceiros - Pessoa Física e Jurídica</i>	988,7	1.008,6	2,0%
<i>Material de Consumo</i>	133,3	149,3	12,1%
<i>Contribuições</i>	221,3	248,1	12,1%
<i>Indenizações e Restituições</i>	60,2	46,4	-23,0%
<i>Obrigações Tributárias e Contributivas</i>	88,8	88,3	-0,5%
<i>Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita</i>	134,6	75,8	-43,7%
<i>Locação de Mão de Obra</i>	94,4	94,8	0,4%
<i>Demais Despesas de Custeio</i>	305,3	390,2	27,8%
TOTAL DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.026,7	2.101,5	3,7%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

Na discriminação de Serviços de Terceiros, que é o principal tipo de despesa dentro de outras despesas correntes, por Área de Governo observa-se que 89,10% do valor concentra-se nas funções: Saúde (44,3%), Direitos da Cidadania (10,8%), Educação (10,7%), Segurança Pública (9,4%), Administração (8,4%) e Judiciária (5,6%).

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Tabela 42 - Serviços por Área de Governo (2018-2019) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2019/2018
	2018	% PART.	2019	% PART.	
01 - Legislativa	15,3	1,6%	17,7	1,8%	15,2%
02 - Judiciária	42,8	4,3%	56,1	5,6%	31,0%
03 - Essencial à Justiça	9,2	0,9%	10,7	1,1%	16,6%
04 - Administração	79,0	8,0%	84,5	8,4%	6,9%
06 - Segurança Pública	105,1	10,6%	95,0	9,4%	-9,5%
08 - Assistência Social	5,3	0,5%	4,7	0,5%	-11,8%
09 - Previdência Social	7,3	0,7%	7,5	0,7%	2,5%
10 - Saúde	434,6	44,0%	446,5	44,3%	2,7%
11 - Trabalho	0,8	0,1%	1,4	0,1%	85,5%
12 - Educação	130,9	13,2%	107,5	10,7%	-17,8%
13 - Cultura	7,6	0,8%	8,3	0,8%	8,5%
14 - Direitos da Cidadania	104,7	10,6%	109,0	10,8%	4,1%
15 - Urbanismo	-	0,0%	3,1	0,3%	-
18 - Gestão Ambiental	10,3	1,0%	11,4	1,1%	9,8%
19 - Ciência e Tecnologia	8,3	0,8%	4,5	0,4%	-46,2%
20 - Agricultura	8,5	0,9%	8,6	0,8%	1,3%
21 - Organização Agrária	0,4	0,0%	0,6	0,1%	52,3%
22 - Indústria	2,5	0,3%	2,3	0,2%	-10,6%
23 - Comércio e Serviços	4,8	0,5%	11,5	1,1%	140,1%
24 - Comunicações	1,2	0,1%	1,3	0,1%	1,7%
26 - Transporte	6,3	0,6%	8,7	0,9%	38,8%
27 - Desporto e Lazer	3,8	0,4%	7,8	0,8%	107,0%
SERVIÇOS DE TERCEIROS POR ÁREA DE GOVERNO	988,7	100,0%	1.008,6	100,0%	2,0%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

Na comparação com 2018 os destaques são para Comércio e Serviços com incremento de 140,1% (+R\$ 6,7 milhões) e Desporto e Lazer, que sofreu um acréscimo de 107,0% (+R\$ 4 milhões). Em relação às contas com redução, estão: Ciência e Tecnologia (-R\$ 3,8 milhões) e Educação (-R\$ 23,3 milhões).

No que tange a execução da despesa com Material de Consumo, destaca-se a despesa com Combustíveis que representou 24,1% (+R\$ 36,0 milhões) do total. Já em uma comparação com o exercício anterior, Material para Manutenção de Veículos apresentou um aumento de 38,5% (+R\$ 0,8 milhões), enquanto Material Educativo e Esportivo apresentou uma redução de 32,7%.

Tabela 43 - Execução da Despesa com Material de Consumo (2018-2019) - R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA 2018	DESPESA EMPENHADA 2019	Δ % 2019/2018
Combustíveis	33,1	36,0	8,5%
Gêneros Alimentícios	23,2	23,7	2,2%
Material Educativo e Esportivo	0,1	0,1	-32,7%
Material Hospitalar	20,0	22,5	12,3%
Material Laboratorial	4,7	4,5	-3,2%
Material para Manutenção de Veículos	2,2	3,0	38,5%
Medicamentos	25,9	32,0	23,4%
Demais Materiais	23,9	27,5	14,8%
TOTAL DA DESPESA COM MATERIAL DE CONSUMO	133,3	149,3	12,1%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

3.2.3.2. Despesa de Capital

Ao analisar a Despesa de Capital observa-se que houve uma queda de 14,0% com relação ao exercício de 2018, resultado ocasionado pela redução na Amortização da Dívida e no nível de Investimentos realizados no estado. Esse último passou de um patamar de R\$ 970,4 milhões em 2018 para R\$ 866,1 milhões em 2019, diminuição de 10,7% (- R\$ 104,30 milhões).

Tabela 44 - Despesas de Capital (2018-2019) – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2019/2018
	2018	% PART.	2019	% PART.	
Amortização da Dívida	313,2	24,3%	236,0	21,3%	-24,6%
Investimentos	970,4	75,4%	866,1	78,2%	-10,7%
Inversões Financeiras	3,8	0,3%	5,2	0,5%	38,0%
TOTAL DESPESA DE CAPITAL	1.287,3	100,0%	1.107,3	100,0%	-14,0%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

i) Investimentos

A consolidação dos resultados fiscais do Estado de Alagoas, dado através do ajuste das contas internas atinge diretamente a capacidade de investimento. Nesse tocante, dentre os gastos realizados com investimentos no ano de 2019, observa-se que 75,6% é referente a Obras e Instalações, atingindo um montante de R\$ 655 milhões. Esse componente, contudo, apresenta uma redução relativa ao ano de 2018 de R\$ 119,2 milhões (-15,4%).

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS
Tabela 45 - Composição dos Investimentos do Estado (2018-2019)

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2019/2018
	2018	% PART.	2019	% PART.	
Indenizações e Restituições	49,2	5,1%	40,0	4,6%	-18,6%
Contribuições	28,0	2,9%	15,9	1,8%	-43,2%
Auxílios	0,3	0,0%	5,7	0,7%	1818,1%
Serviços de Consultoria	3,6	0,4%	0,0	0,0%	-99,9%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3,0	0,3%	11,4	1,3%	282,3%
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	6,4	0,7%	2,4	0,3%	-62,4%
Obras e Instalações	774,2	79,8%	655,0	75,6%	-15,4%
Equipamentos e Material Permanente	88,5	9,1%	95,2	11,0%	7,6%
Aquisição de Imóveis	11,6	1,2%	20,6	2,4%	78,2%
Despesas de Exercícios Anteriores	5,6	0,6%	15,9	1,8%	185,0%
Sentenças Judiciais	-	0,0%	3,9	0,5%	-
Demais Investimentos	0,1	0,0%	0,0	0,0%	-84,8%
INVESTIMENTOS DO ESTADO	970,4	100,0%	866,1	100,0%	-10,7%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

No que tange a execução dos investimentos por Secretaria, a análise dos dados indica que a Secretaria de Transportes e Desenvolvimento Urbano responde por mais da metade (57,7%) do total de investimentos, sofrendo um acréscimo de 23,5% (+R\$ 95 milhões) no ano de 2019 em comparação com o exercício de 2018.

Tabela 46 - Investimentos por Secretaria (2018-2019) – R\$ Milhões

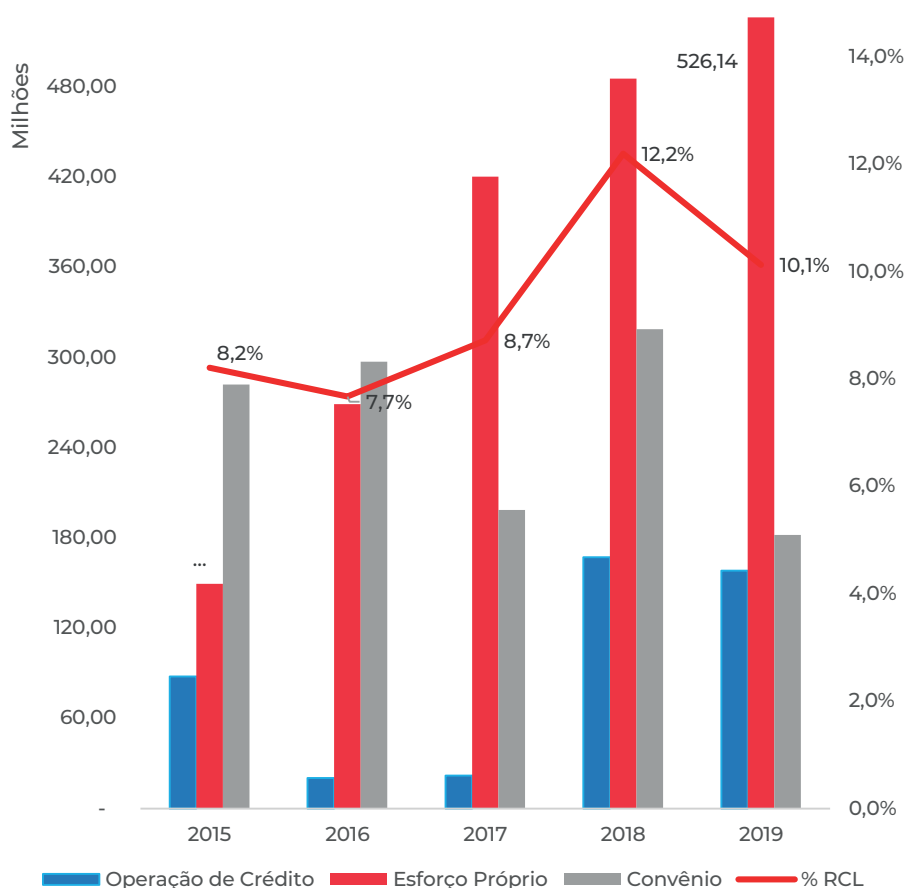
	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2019/2018
	2018	% PART.	2019	% PART.	
Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano	404,9	41,7%	499,9	57,7%	23,5%
Secretaria de Estado da Infraestrutura	265,2	27,3%	101,2	11,7%	-61,9%
Secretaria de Estado da Segurança Pública	56,1	5,8%	19,3	2,2%	-65,6%
Secretaria de Estado da Educação	29,8	3,1%	33,6	3,9%	12,8%
Demais Secretarias	214,4	22,1%	212,1	24,5%	-1,1%
INVESTIMENTOS POR SECRETARIA	970,4	100,0%	866,1	100,0%	-10,7%

Exceto Intra-Orçamentária

Fonte: SIAFE/AL

A evolução dos resultados para o investimento no período de 2015-2019 aponta a sua retomada com um crescimento de 67% quando comparados os resultados de 2015 e 2019.

Gráfico 10 - Despesas com Investimentos 2015 a 2019 – Alagoas

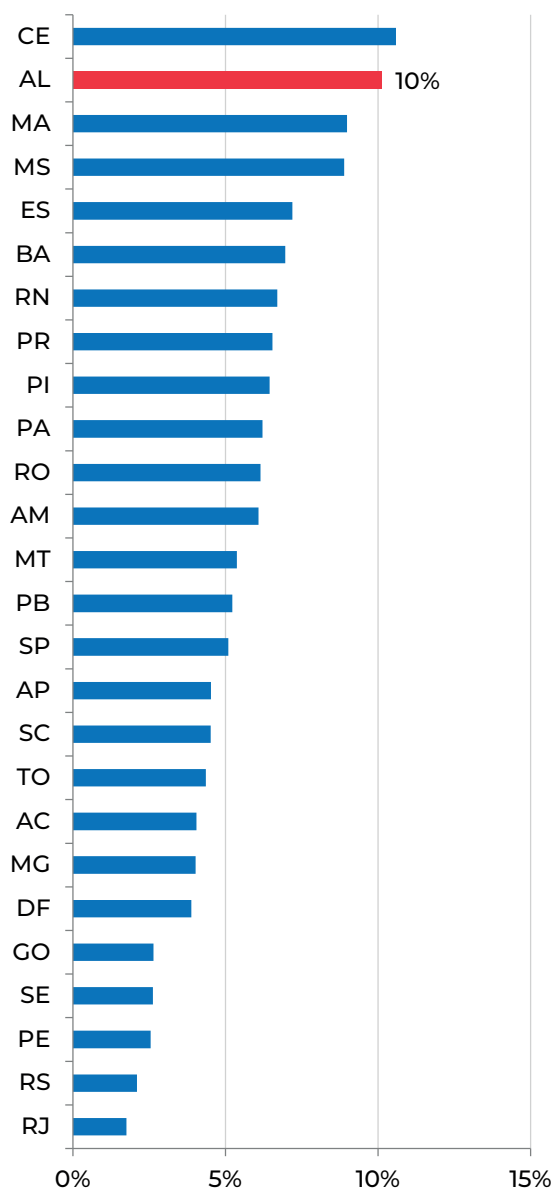


Fonte: Anexo I, RREO 6º QUA, 2015 a 2019. Elaboração própria

Para dados anuais, entre os exercícios de 2017 e 2018 o nível de investimento no Estado aumentou em 48,4%, a maior taxa do período em análise. Do total de Investimentos aproximadamente 50% são voltados para infraestrutura, segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil do Estado (SIAFE/AL), no resultado anual em 2018, do total investido o estado por meio de recursos próprios, operações de crédito e outros empenhou aproximadamente R\$ 500 milhões para investimentos voltados ao crescimento e desenvolvimento de Alagoas.

No exercício de 2019, o investimento totalizou R\$ 866,1 milhões, na separação por fonte o esforço próprio representou 61% do total dessas despesas. Esse resultado demonstra o aumento do esforço estadual em realizar investimentos públicos com recursos próprios, reduzindo a dependência das operações de crédito e convênios, ainda ambas apontem crescimento ao longo dos anos.

Gráfico 11 - % Investimento/RCL 2019



Fonte: RREO Anexo 1. Elaboração própria

Quando comparado aos resultados das demais entidades federativas, Alagoas aparece em segundo lugar na relação do indicador de Investimento sobre RCL. Os esforços relacionados ao desenvolvimento de uma região ou estado, sempre estiveram atrelados a maiores e mais eficientes investimentos. Dado o montante da RCL entre os cinco primeiros colocados nesse ranking, o peso do percentual relacionado ao investimento do Estado de Alagoas destaca-se dos demais devido às especificidades do estado em relação à produtividade, crescimento e a constante melhoria de seus indicadores ao longo dos anos.

4



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nesta seção são expressas as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Governo do Estado de Alagoas no exercício de 2019. As tabelas aqui apresentadas têm como base os dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil do Estado (SIAFE/AL) e possuem valores em milhares de reais (R\$ mil), conforme título. De acordo com a NBC TSP 11 as seguintes demonstrações contábeis e suas definições são seguidas pela DCASP: O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público e está estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Nesse tocante, o ativo pode ser considerado um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade. Já o Passivo é uma obrigação presente, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade, sendo estes capazes de gerar benefícios econômicos. Patrimônio Líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Segundo a IPSAS 1, o Balanço Patrimonial deve apresentar ativos e passivos segregados em circulantes e não circulantes, como grupos de contas separados, considerando os valores a serem realizados ou liquidados (pagos).

- a) **Circulante** – Até 12 meses após a data-base das demonstrações contábeis.
- b) **Não Circulante** – Mais do que 12 meses após a data-base das demonstrações contábeis.

O Balanço Orçamentário permite comparar os valores de receitas e despesas orçadas com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento, demonstrando assim, o resultado orçamentário. Essa demonstração contábil permite analisar, assim, a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, possibilitando assim, a apuração do resultado financeiro do exercício.

A Demonstração das Variações Patrimoniais permite consultar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial do exercício. As variações do patrimônio podem ser qualitativas ou quantitativas. As variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. O confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas permite apurar o resultado patrimonial do período.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite consultar as entradas e saídas de caixa, acompanhando os fluxos operacional, de investimento e de financiamento estadual aos usuários. Tal demonstração possibilita ainda a projeção de cenários de fluxos futuros de caixa e análises sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do financiamento dos serviços públicos. A Demonstração dos Fluxos de Caixa

deve ser elaborada pelo método direto ou indireto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes. Sobre os fluxos de caixa:

1. O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.
2. O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.
3. O fluxo de caixa dos financiamentos inclui recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido permitir consultar a evolução do patrimônio líquido da entidade e evidencia a movimentação que havia em cada componente do Patrimônio Líquido com a divulgação, em separado, dos efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido deve ser elaborada apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporam no processo de consolidação das contas.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanco Patrimonial (BP)

Anexo 14 | Lei Federal nº 4.320/64
31 de dezembro de 2019 e de 2018
Balanco Patrimonial (Consolidado Geral)

Balanco Patrimonial - Ativo (R\$ mil)			
ATIVO	NE	2019	2018
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	2.506.118	2.128.697
Créditos a Curto Prazo	8	856.038	766.369
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0	0
Estoques	9	247.184	246.250
VPD Pagas Antecipadamente	10	2.165	466
Total do Ativo Circulante		3.611.504	3.141.783
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		659.273	711.254
Créditos a Longo Prazo	11	575.585	627.566
Investimentos Temporários a Longo Prazo	12	83.688	83.688
Estoques		-	-
VPD Pagas Antecipadamente		-	-
Investimentos	13	102.006	97.260
Imobilizado	14	5.283.530	4.603.552
Intangível	15	74.023	72.121
Diferido		-	-
Total do Ativo Não Circulante		6.118.832	5.484.187
TOTAL DO ATIVO		9.730.336	8.625.969

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Continuação

Balço Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2019	2018
Passivo Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	16	297.229	442.292
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	17	353.499	362.511
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	18	236.045	171.374
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	19	46.205	42.401
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	20	500.671	356.856
Total do Passivo Circulante		1.433.649	1.375.434
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	21	106.649	110.649
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	22	9.421.760	9.206.242
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	23	103.289	103.289
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	24	1.053	1.044
Provisões a Longo Prazo	25	413.219	315.127
Demais Obrigações a Longo Prazo	26	64.889	64.889
Resultado Diferido		-	-
Total do Passivo Não Circulante		10.110.859	9.801.241
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social		(2.257.151)	(2.257.151)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-
Reservas de Capital		16.929	16.929
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		(48.157)	(48.157)
Resultados Acumulados		474.207	(262.326)
(-) Ações/Cotas em Tesouraria		-	-
Total do Patrimônio Líquido		(1.814.173)	(2.550.706)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.730.336	8.625.969

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2019 e de 2018

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (R\$ mil)			
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	NE	2019	2018
Ativo (I)			
Ativo Financeiro		3.038.689	2.502.331
Ativo Permanente		6.691.647	6.123.644
Total do Ativo		9.730.336	8.625.975
Passivo (II)			
Passivo Financeiro	27	1.062.358	1.017.590
Passivo Permanente		10.709.758	10.279.146
Total do Passivo		11.772.116	11.296.736
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		(2.041.780)	(2.670.761)

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

31 de dezembro de 2019 e de 2018

Quadro das Contas de Compensação

Quadro das Contas de Compensação (R\$ mil)			
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	NE	2019	2018
Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		5.340.482	5.048.850
Direitos Contratuais		-	-
Outros Atos Potenciais Ativos		-	-
Total dos Atos Potenciais Ativos		5.340.482	5.048.850
Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contragarantias Concedidas		250.742	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		209.349	103.604
Obrigações Contratuais	28	3.186.356	2.752.481
Outros Atos Potenciais Passivos		247.012	247.012
Total dos Atos Potenciais Passivos		3.893.459	3.103.097

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

31 de dezembro de **2019** e de **2018**
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (R\$ mil)		
FONTES DE RECURSOS	2019	2018
Ordinária	829.337	488.968
Recursos Ordinários	829.337	488.968
Vinculada	1.146.994	995.773
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	296	107
Cota-Parte do Salário Educação - Estadual	4.214	4.081
Cota-Parte do Salário Educação - Federal	26.956	26.143
Convênios	365.660	373.708
FUNDEB	57.900	50.953
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	129.862	121.918
Recursos Previdenciários	562.106	418.863
Total das Fontes de Recursos	1.976.331	1.484.741

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Orçamentário (BO)

Anexo 12 | Lei Federal nº 4.320/64
De Janeiro a Dezembro de 2019
Balanço Orçamentário (Consolidado Geral)

Receitas Orçamentárias (R\$ mil)					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	SALDO (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)		8.287.509	8.744.168	8.905.880	161.712
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.233.363	3.590.774	3.569.627	(21.146)
Contribuições		372.522	372.522	302.746	(69.776)
Receita Patrimonial		169.435	174.657	181.587	6.930
Receita Agropecuária		374	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receita de Serviços		203.743	205.992	190.548	(15.444)
Transferências Correntes		4.243.872	4.335.865	4.585.157	249.292
Outras Receitas Correntes		64.200	64.358	76.214	11.856
Receitas de Capital (II)		876.423	428.541	307.581	(120.960)
Operações de Crédito		300.000	256.800	180.000	(76.800)
Alienação de Bens		10.351	10.351	859	(9.492)
Amortizações de Empréstimos		800	1.229	1.199	(30)
Transferências de Capital		565.272	160.162	125.524	(34.639)
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Receitas Intraorçamentárias (III)		638.458	640.140	661.608	21.468
Receitas Intraorçamentárias Correntes		638.458	640.140	661.608	21.468
Receitas Intraorçamentárias de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)		9.802.390	9.812.849	9.875.069	62.220
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)		9.802.390	9.812.849	9.875.069	62.220
Déficit (VII)	29	-	-	-	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)		9.802.390	9.812.849	9.875.069	62.220
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		-	282.683	282.683	-
Superávit Financeiro		-	282.683	282.683	-
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Continuação

Despesas Orçamentárias (R\$ mil)							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (IX)		7.638.953	8.307.982	7.647.658	7.557.082	7.160.268	660.324
Pessoal e Encargos Sociais		5.137.050	5.574.044	5.180.766	5.180.691	4.824.450	393.277
Juros e Encargos da Dívida		391.593	365.568	365.431	365.431	365.431	138
Outras Despesas Correntes		2.110.310	2.368.370	2.101.461	2.010.960	1.970.387	266.909
Despesas de Capital (X)		1.501.861	1.890.017	1.107.350	965.604	877.337	782.667
Investimentos		1.279.825	1.647.845	866.103	724.364	636.096	781.742
Inversões Financeiras		2.733	5.642	5.202	5.202	5.202	440
Amortização da Dívida		219.304	236.531	236.046	236.038	236.038	485
Despesas Intraorçamentárias (XI)		621.556	606.310	552.822	552.821	478.330	53.488
Despesas Intraorçamentárias Correntes		541.375	557.730	508.876	508.876	468.330	48.853
Despesas Intraorçamentárias de Capital		80.181	48.580	43.945	43.945	10.000	4.635
Reserva de Contingência (XII)		40.000	214	-	-	-	214
Reserva do RPPS (XIII)		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIV) = (IX + X + XI + XII + XIII)		9.802.370	10.804.524	9.307.830	9.075.508	8.515.935	1.496.694
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XV)		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XVI) = (XIV + XV)		9.802.370	10.804.524	9.307.830	9.075.508	8.515.935	1.496.694
Superávit (XVII)	29	-	-	567.239	-	-	-
TOTAL (XVIII) = (XVI + XVII)		9.802.370	10.804.524	9.875.069	9.075.508	8.515.935	1.496.694

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De janeiro a dezembro de 2019

Execução de Restos a Pagar Não Processados

Execução de Restos a Pagar Não Processados (R\$ mil)						
Inscritos						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes	-	68.543	46.061	45.008	22.381	1.153
Pessoal e Encargos Sociais	-	49	-	-	49	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	68.494	46.061	45.008	22.332	1.153
Despesas de Capital	-	61.101	33.416	32.803	27.685	613
Investimentos	-	61.101	33.416	32.803	27.685	613
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	129.644	79.478	77.812	50.066	1.767

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

De janeiro a dezembro de 2019

Execução de Restos a Pagar Processados

Execução de Restos a Pagar Processados (R\$ mil)					
Inscritos					
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
Despesas Correntes	19.940	506.699	493.850	1.223	31.565
Pessoal e Encargos Sociais	5.336	468.463	454.775	77	18.947
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	14.603	38.236	39.075	1.146	12.618
Despesas de Capital	1.379	73.707	73.071	419	1.596
Investimentos	1.379	73.132	72.496	419	1.596
Inversões Financeiras	-	575	575	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	21.318	580.406	566.921	1.642	33.161

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

— Balanço Financeiro (BF)

Anexo 13 | Lei Federal nº 4.320/64
De Janeiro a Dezembro de 2019 e de 2018
Balanço Financeiro (Consolidado Geral)

Ingressos (R\$ mil)			
	NE	2019	2018
Receita Orçamentária (I)		9.874.820	10.557.344
Ordinária		7.621.273	7.378.106
Vinculada		2.253.546	3.179.238
Recursos Vinculados à Educação		18.789	16.878
Recursos Vinculados à Saúde		237.762	282.331
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	30	1.033.428	1.939.943
Recursos Vinculados à Seguridade Social		-	-
Outras Destinações de Recursos		963.567	940.086
FUNDEB		726.978	682.787
Convênios		228.022	242.939
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE		8.568	14.360
Transferências Financeiras Recebidas (II)		11.963.464	10.550.333
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		10.371.393	10.512.522
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	30	1.592.071	37.811
Recebimentos Extraorçamentários (III)		6.164.499	6.652.374
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		232.322	129.644
Inscrição de Restos a Pagar Processados		559.573	580.406
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		5.372.461	5.942.325
Outros Recebimentos Extraorçamentários		143	-
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	31	2.029.357	2.143.421
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.029.357	2.143.421
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		30.032.140	29.903.473

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Continuação

Desembolsos (R\$ mil)			
	NE	2019	2018
Despesa Orçamentária (VI)		9.307.830	10.398.455
Ordinária		7.223.039	7.080.874
Vinculada		2.084.791	3.317.582
Recursos Vinculados à Educação		17.843	20.219
Recursos Vinculados à Saúde		240.227	264.125
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	30	838.214	1.934.663
Recursos Vinculados à Seguridade Social		-	-
Outras Destinações de Recursos		988.506	1.098.574
FUNDEB		724.285	690.084
Convênios		255.520	392.922
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE		8.701	15.568
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		12.086.906	11.024.997
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		10.371.393	10.512.522
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	30	1.715.512	512.476
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		6.217.935	6.450.663
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		77.813	20.391
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		566.920	154.298
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		5.573.202	6.275.973
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	31	2.419.469	2.029.357
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.419.469	2.029.357
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		30.032.140	29.903.473

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

— Demonstração das **Variações Patrimoniais (DVP)**

Anexo 15 | Lei Federal nº 4.320/64
De Janeiro a Dezembro de **2019** e de **2018**
DVP – Sintético

Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ mil)			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	NE	2019	2018
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		5.405.268	5.112.125
Contribuições		738.094	793.094
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		288.827	228.662
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	32	1.143.120	2.315.245
Transferências e Delegações Recebidas		17.800.267	17.794.182
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		4.860	2.386
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	33	50.459.943	4.241.314
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		75.840.379	30.487.009
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Pessoal e Encargos		3.516.106	3.455.030
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.179.021	2.056.794
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.422.017	1.452.707
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	34	962.711	1.584.387
Transferências e Delegações Concedidas		15.342.033	15.618.121
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	32	759.254	1.931.438
Tributárias		87.999	89.067
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	33	50.526.596	4.295.951
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		74.795.739	30.483.494
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	35	1.044.640	3.515

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De Janeiro a Dezembro de 2019 e de 2018

DVP – Analítico

Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ mil)			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2019	2018
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		5.405.268	5.112.125
Impostos		5.326.142	5.038.099
Taxas		79.126	74.026
Contribuições de Melhoria		0	0
Contribuições		738.094	793.094
Contribuições Sociais		738.094	793.094
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		288.827	228.662
Vendas de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		288.827	228.662
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.143.120	2.315.245
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora	32	672.027	2.007.163
Variações Monetárias e Cambiais		339.098	201.313
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		131.996	106.769
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		17.800.267	17.794.182
Transferências Intragovernamentais		12.233.615	12.724.835
Transferências Intergovernamentais		5.565.558	4.392.009
Transferências das Instituições Privadas		1.069	2.264
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	674.516
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		25	557
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		4.860	2.386
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		50	34
Desincorporação de Passivos		4.810	2.352
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		50.459.943	4.241.314
VPA a Classificar		271	(3.351)
Resultado Positivo de Participações		7.170	3.580
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	33	50.376.497	4.121.585
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		76.004	119.500
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		75.840.379	30.487.009

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Continuação

Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ mil)				
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2019	2018	
Pessoal e Encargos		3.516.106	3.455.030	
Remuneração a Pessoal		2.980.182	2.946.820	
Encargos Patronais		472.684	458.077	
Benefícios a Pessoal		63.241	50.133	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.179.021	2.056.794	
Aposentadorias e Reformas		1.746.850	1.639.048	
Pensões		392.098	393.800	
Benefícios de Prestação Continuada		-	-	
Benefícios Eventuais		-	-	
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		40.073	23.945	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.422.017	1.452.707	
Uso de Material de Consumo		227.328	269.515	
Serviços		1.178.669	1.161.530	
Depreciação, Amortização e Exaustão		16.020	21.662	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		962.711	1.584.387	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		365.431	326.385	
Juros e Encargos de Mora		-	10	
Variações Monetárias e Cambiais	34	597.278	1.257.971	
Descontos Financeiros Concedidos		3	20	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		-	-	
Transferências e Delegações Concedidas		15.342.033	15.618.121	
Transferências Intragovernamentais		12.233.615	12.735.950	
Transferências Intergovernamentais		3.038.774	2.793.275	
Transferências a Instituições Privadas		69.645	88.896	
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-	
Transferências a Consórcios Públicos		-	-	
Transferências ao Exterior		-	-	
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-	
Outras Transferências e Delegações Concedidas		-	-	
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		759.254	1.931.438	
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	32	581.634	1.926.201	
Perdas com Alienação		81	303	
Perdas Involuntárias		52	307	
Incorporação de Passivos		119	3.382	
Desincorporação de Ativos		177.369	1.246	
Tributárias		87.999	89.067	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.216	652	
Contribuições		86.784	88.415	
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		-	-	
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-	
Custo dos Produtos Vendidos		-	-	
Custo dos Serviços Prestados		-	-	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		50.526.596	4.295.951	
Premiações		3.223	2.872	
Resultado Negativo de Participações		3.847	9.371	
Incentivos		14.583	24.347	
Subvenções Econômicas		-	-	
Participações e Contribuições	33	50.474.589	4.194.965	
Constituição de Provisões		-	-	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		30.355	64.395	
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		74.795.739	30.483.494	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	35	1.044.640	3.515	

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

— Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Anexo 18 | Lei Federal nº 4.320/64
De Janeiro a Dezembro de 2019 e de 2018

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa (R\$ mil)			
FLUXOS DE CAIXA	NE	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		31.553.018	26.897.529
Receitas Derivadas e Originárias		5.376.616	6.146.261
Transferências Correntes Recebidas	36	16.154.086	14.808.943
Outros Ingressos Operacionais	37	10.022.316	5.942.325
Desembolsos		30.477.277	25.957.861
Pessoal e Demais Despesas	36	5.717.446	6.268.224
Juros e Encargos da Dívida		365.431	326.395
Transferências Concedidas	36	14.171.486	13.087.268
Outros Desembolsos Operacionais	37	10.222.915	6.275.973
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)		1.075.741	939.668
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		2.058	2.418
Alienação de Bens		860	1.697
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		1.199	721
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
Desembolsos		747.172	893.033
Aquisição de Ativo Não Circulante		741.395	884.305
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		5.777	8.728
Outros Desembolsos de Investimentos		-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)		(745.114)	(890.615)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		305.524	150.055
Operações de Crédito		180.000	134.126
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		125.524	15.929
Outros Ingressos de Financiamentos		-	-
Desembolsos		246.038	313.172
Amortização/Refinanciamento da Dívida		246.038	313.172
Outros Desembolsos de Financiamentos		-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		59.485	(163.117)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I + II + III)	38	390.112	(114.064)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (V - IV)	38	390.112	(114.064)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial (IV)		2.029.357	2.143.421
Caixa e Equivalentes de Caixa Final (V)		2.419.469	2.029.357

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

De janeiro a dezembro de **2019** e de **2018**
Quadro de Receitas Derivadas e Originárias

Quadro das Receitas Derivadas e Originárias (R\$ mil)			
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	NE	2019	2018
Receita Tributária		3.569.641	3.336.347
Receita de Contribuições	36	924.736	1.897.182
Receita Patrimonial		46.590	49.048
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		229.802	202.709
Remuneração das Disponibilidades		134.997	110.349
Outras Receitas Derivadas e Originárias		470.849	550.626
Total das Receitas Derivadas e Originárias		5.376.616	6.146.261

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

De janeiro a dezembro de **2019** e de **2018**
Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas (R\$ mil)

Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas (R\$ mil)			
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS	NE	2019	2018
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Intergovernamentais		3.857.801	3.580.840
da União		3.857.792	3.569.628
de Estados e Distrito Federal		-	-
de Municípios		8	11.212
Intragovernamentais	36	11.568.929	10.550.333
Multigovernamentais		-	-
Outras Transferências Recebidas		727.356	677.770
Total das Transferências Recebidas		16.154.086	14.808.943
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais		227.237	184.345
a União		22.514	15.396
a Estados e Distrito Federal		-	-
a Municípios		204.723	168.950
Intragovernamentais	36	12.086.906	11.024.997
Outras Transferências Concedidas		1.857.343	1.877.925
Total das Transferências Concedidas		14.171.486	13.087.268

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De janeiro a dezembro de 2019 e de 2018

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função (R\$ mil)			
DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	NE	2019	2018
Legislativa		332.827	276.795
Judiciária		522.850	473.554
Essencial à Justiça		208.249	127.999
Administração		271.767	242.176
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		1.124.375	978.769
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		4.393	5.255
Previdência Social		1.526.219	1.848.759
Saúde		352.364	370.806
Trabalho		2.375	2.113
Educação		1.124.851	955.916
Cultura		3.464	2.991
Direitos da Cidadania		75.104	61.880
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		9.930	5.620
Ciência e Tecnologia		5.754	6.418
Agricultura		26.539	27.451
Organização Agrária		-	-
Indústria		4.034	3.217
Comércio e Serviços		5.509	4.816
Comunicações		6.010	5.856
Energia		-	-
Transporte		18.300	16.933
Desporto e Lazer		1.542	2.289
Encargos Especiais		90.991	848.611
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		5.717.446	6.268.224

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

De janeiro a dezembro de 2019 e de 2018

Quadro de Juros e Encargos da Dívida

Quadro de Juros e Encargos da Dívida (R\$ mil)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	NE	2019	2018
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		311.624	284.045
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		53.807	42.350
Total dos Juros e Encargos da Dívida		365.431	326.395

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

— Demonstração das **Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)**

Anexo 19 | Lei Federal nº 4.320/64
31 de dezembro de **2019** e de **2018**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (R\$ mil)						
ESPECIFICAÇÃO	NE	Pat. Social/Capital Social	Reserva de Capital	Demais Reservas	Resultados Acumulados	TOTAL
Saldos Iniciais		(2.257.151)	16.929	(48.157)	(262.326)	(2.550.706)
Ajustes de Exercícios Anteriores	39	-	-	-	(308.107)	(308.107)
Aumento de Capital		-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	1.044.640	1.044.640
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-
Incorporação de Reservas		-	-	-	-	-
Dividendos a Distribuir		-	-	-	-	-
Saldos Finais		(2.257.151)	16.929	(48.157)	474.207	(1.814.173)

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5



**NOTAS
EXPLICATIVAS**



NOTAS EXPLICATIVAS

O Governo do Estado de Alagoas é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 12.200.176/0001-76, tendo a sua sede administrativa situada em Maceió, no Palácio República dos Palmares, Rua Cincinato Pinto, S/N, Centro. Seguindo as premissas e competências estabelecidas pela Carta Magna, as atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2019 estão amparadas pela Lei Estadual nº 7.986, de 23 de janeiro de 2019 (Lei Orçamentária Anual) e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2019.

A elaboração do balanço anual seguiu as orientações dos dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Do mesmo modo segue as orientações dispostas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e demais normas aplicáveis.

As DCASP são compostas pelo Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). As notas integrantes dos demonstrativos visam detalhar informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social, desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas demonstrações. Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2019, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Os dados consolidados foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL) e têm como escopo todos os poderes e órgãos.

5.2. RELAÇÃO DAS EMPRESAS CONTROLADAS PELO ESTADO DE ALAGOAS

O Governo do Estado de Alagoas manteve em 2019 o controle acionário de oito empresas, sendo 3 de caráter dependente e 5 independentes, constituídas em sua maioria por sociedades anônimas. A classificação em relação ao ente controlador de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) é de que empresa dependente é a que recebe recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

EMPRESAS ESTATAIS	
ESTATAIS DEPENDENTES	EMPRESAS INDEPENDENTES
Serviço de Engenharia de Alagoas S/A (SERVEAL)	Gás de Alagoas S/A (ALGÁS)
Cia. de Adm. de Recursos Humanos e Patrimoniais S/A (CARHP)	Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL)
Agência de Fomento de Alagoas (DESENVOLVE)	Alagoas Ativos S/A
Companhia de Edição, Impressão e Publicação de Alagoas (CEPAL)	Laboratório Industrial Farmacêutico (LIFAL)

5.3. RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS SEGUNDO A LOA 2019

Esta nota contém a lista órgãos da administração pública estadual conforme a Lei Orçamentária Anual nº 7.986, de 23 de janeiro de 2019.

PODERES E ÓRGÃOS 2019	
PODER LEGISLATIVO	
01001	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL
01002	TRIBUNAL DE CONTAS
01500	FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
01503	ESCOLA DE CONTAS PUBLICAS CONSELHEIRO JOSÉ ALFREDO DE MENDONÇA
PODER JUDICIÁRIO	
02003	TRIBUNAL DE JUSTIÇA
02501	FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
02561	FUNDO ESPECIAL DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO	
03004	MINISTÉRIO PÚBLICO
03554	FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PODER EXECUTIVO	
11006	GABINETE CIVIL
11008	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
11009	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
11011	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
11013	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
11502	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO
11504	AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS
11564	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
13017	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO
13510	COMPANHIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E PATRIMONIAIS
13511	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
13548	AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS
13551	INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS
13569	ALAGOAS PREVIDÊNCIA
13570	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS
13571	FUNDO FINANCEIRO DO ESTADO DE ALAGOAS
13572	FUNDO DOS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS
14030	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AQUICULTURA
14528	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO DE ALAGOAS
14541	INSTITUTO DE TERRAS E REFORMA AGRÁRIA DE ALAGOAS
14555	AGÊNCIA DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA DE ALAGOAS
14566	INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - EMATER
15024	SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
15526	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
16026	SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO
16506	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO
16514	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS
16537	INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE
17010	SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO
17517	INSTITUTO ZUMBI DOS PALMARES
18021	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
18520	DIRETORIA DE TEATROS DO ESTADO DE ALAGOAS
18557	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES CULTURAIS
19033	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Continuação

PODERES E ÓRGÃOS 2019	
PODER EXECUTIVO	
19034	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS
19035	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE ALAGOAS
19036	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS
19047	PERÍCIA OFICIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
19049	COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL-CEDEC
19512	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS
19563	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
19565	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
20020	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
20516	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS
21018	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
21513	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO
23032	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HIDRICOS
23542	INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS
23543	FUNDO DE RECURSOS HÍDRICOS
24037	SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER E DOS DIREITOS HUMANOS
24547	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

5.4. CISÕES, FUSÕES, EXTINÇÕES, INCORPORAÇÕES, TRANSFORMAÇÕES E LIQUIDAÇÕES

Não houve no exercício cisão, fusão, extinção, incorporação, transformação ou liquidação de entidades controladas pelo Governo do Estado de Alagoas.

5.5. USO DE JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

O Governo do Estado no uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis não realizou no exercício quaisquer alterações com impactos substanciais nos montantes apresentados.

5.6. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em real brasileiro (BRL), moeda funcional do Governo do Estado. A depender da tabela ou gráfico, a disposição dos valores está em milhares ou milhões de reais, conforme indicado no título. Os valores em moeda estrangeira foram convertidos conforme o câmbio vigente.

b) Disponibilidades

As disponibilidades englobam o dinheiro em caixa, conta única, depósitos bancários e demais aplicações de curto prazo. Os valores são mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. Ao final de cada exercício, é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis.

d) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, estes bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

e) Investimentos

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

g) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

h) Depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da do Estado, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP e MCASP. As empresas controladas, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais. Sobretudo a depreciação, amortização e exaustão de bens adquiridos e postos em operação utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela definida na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.700/2018.

i) Restos a Pagar

Os restos a pagar não processados, quando liquidados, permanecem com o status de restos a pagar não processados até o final do período.

j) Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

k) Passivos

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência.

l) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa (base modificada), as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

m) Processo de Convergência

Conforme regulamentação da STN, o governo de Alagoas atua com um Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP), cujos prazos foram estabelecidos pela Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015. As diretrizes do plano buscam a convergência com as normas internacionais de contabilidade editadas pela *International Federation of Accountants* (IFAC).

Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Procedimentos Contábeis Patrimoniais	Prazo para Estados e DF	Alagoas
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receita tributária e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.	2020	Implantado parcialmente
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2020	Em estudos
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2018	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.	2015	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	2019	Implantado parcialmente
Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle em notas explicativas.	2019	Em estudos
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	2019	Implantado parcialmente
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura, respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	2022	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro, segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	2022	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	2019	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	2018	Implantado parcialmente
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	2015	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	2016	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	2020	Implantado parcialmente
Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução a valor recuperável.	2019	Implantado parcialmente
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	2021	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, nas NBC TSP e no MCASP	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado

— Balanço Patrimonial (BP)

— 5.7. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

É compreendido como o somatório dos recursos disponíveis sem restrições para utilização do ente. Representa a soma de todos os valores disponíveis tanto em caixa quanto em bancos. Esse grupo é composto no Estado de Alagoas pelos saldos da conta única do Tesouro Estadual, banco conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata. Consequentemente, os ativos de maior liquidez são os recursos alocados em caixa e equivalente de caixa.

Caixa e Equivalentes de Caixa (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Conta Única do Tesouro Estadual	271.332	10,83%	235.971	11,09%	14,99%
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	257.367	10,27%	201.033	9,44%	28,02%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	1.977.418	78,90%	1.691.693	79,47%	16,89%
TOTAL	2.506.118	100,00%	2.128.697	100,00%	17,73%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Observa-se que em 2019 o montante de Caixa e Equivalente de Caixa foi de R\$ 2.506.118 mil, valor este 17,73% (+R\$ 377.421 mil) superior ao obtido em 2018. Na sua composição as Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata correspondem a 78,90% do total em 2019 seguida por Conta Única do Tesouro Estadual (10,83%) e Bancos Conta Movimento – Demais Contas (10,27%).

Na análise horizontal destas contas percebe-se que as Aplicações Financeiras variaram 16,9% o que representa um valor de R\$ 285.725 mil em relação ao ano anterior, o que vale a pena ressaltar que equivale a 75,7% da variação total de Caixa e Equivalente de Caixa. As Demais contas, Banco Conta Movimento e Conta Única do Tesouro Estadual variação positivamente em 28,02% (R\$ 56.361 mil) e 14,99% (R\$ 35.361 mil) respectivamente.

Atentando-se para a conta de maior representatividade dentro do grupo de Caixa e Equivalente de caixa, temos que o montante aplicado é praticamente inteira responsabilidade do Poder Executivo.

Aplicações Financeiras por Poder e Órgão (R\$ mil)					
ESPECIFICAÇÃO	2019				TOTAL
	Poupança	Fundos de Investimento	CDB	Outras Aplicações	
Executivo	158.195	1.682.528	7.538	10	1.848.271
Legislativo (Tribunal de Contas)	1	604	9.505	-	10.109
Judiciário	-	68.270	-	-	68.270
Ministério Público	-	7.418	-	-	7.418
Defensoria Pública	-	2.197	41.154	-	43.351
TOTAL	158.196	1.761.016	58.197	10	1.977.418

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Do total correspondente a Aplicações Financeiras, 93,47% diz respeito a aplicações realizadas pelo Poder Executivo, tendo 3,45% para Judiciário, 2,19% para Defensoria Pública, 0,51% para o Legislativo e o Ministério Público com o percentual de 0,38%. Importante ressaltar ainda, que dos R\$ 1.977.418 mil aplicados R\$1.761.016 mil estão em Fundos de Investimentos com composição semelhante ao total, onde o Poder Executivo responde por praticamente todo este valor, ainda tem que R\$ 158.196 são aplicados na poupança e 58.197 em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), o qual por sua vez tem a Defensoria Pública com maior participação, com 70,71%.

5.8. CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Considera-se créditos a curto prazo aqueles ativos com prazo de até 12 meses após a publicação do Balanço.

Créditos a Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Créditos Tributários a Receber	71.076	54,04%	45.233	63,83%	57,14%
Clientes	60.451	45,96%	25.617	36,15%	135,98%
Empréstimos e Financiamentos concedidos	6	0,00%	14	0,02%	-58,92%
Dívida Ativa Não Tributária	1	0,00%	1	0,00%	0,00%
TOTAL	131.534	100,00%	70.865	100,00%	85,61%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

O total de créditos em 2019 foi de R\$ 131.534 mil frente a R\$ 70.865 mil de 2018, o que significa dizer que houve uma elevação de 85,61%. Tal crescimento foi ocasionado pelo crescimento de 57,14% de Créditos Tributários a Receber bem como o crescimento de 135,98% equivalente a Clientes. Por outro lado, tal crescimento não foi maior devido à queda de 58,92% de Empréstimos e Financiamentos Concedidos. A Dívida Ativa Não Tributária manteve-se constante.

NOTAS EXPLICATIVAS

Temos ainda o que chamamos de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, que é composto por Adiantamentos Concedidos, Créditos por Danos ao Patrimônio, Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo e Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Adiantamentos Concedidos	31.528	4,35%	30.385	4,37%	3,76%
Créditos por Danos ao Patrimônio	1.386	0,19%	1.386	0,20%	0,00%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	309.005	42,65%	255.413	36,72%	20,98%
Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo	185.977	25,67%	320.946	46,15%	-42,05%
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	196.608	27,14%	87.375	12,56%	125,02%
TOTAL	724.504	100,00%	695.504	100,00%	4,17%

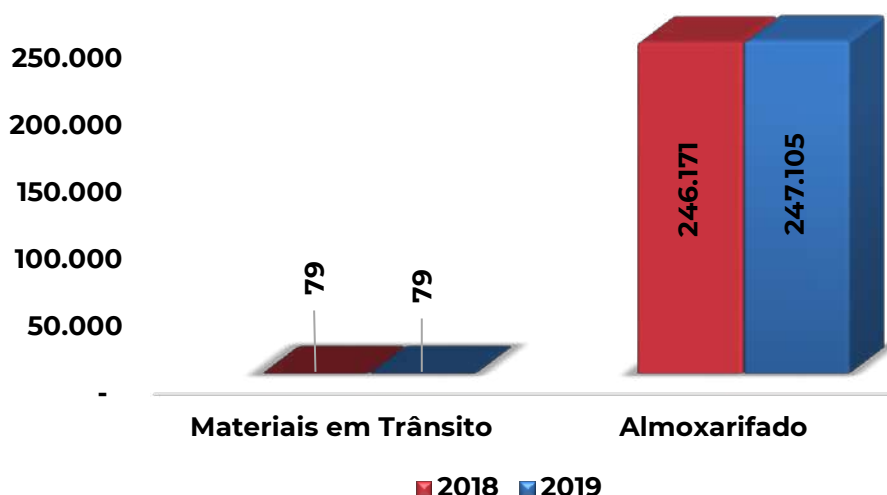
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Estes Demais Créditos somaram em 2019 o montante de R\$ 724.504 mil, valor este 4,17% maior que o observado em 2018. Deste total, 42,65% se refere a Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, que por sua vez avançou 20,98% em relação ao exercício de 2018. Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo representa 27,14% do valor total, porém vale ressaltar que este mais que dobrou em relação a 2018, uma vez que passou de R\$ 87.375 mil para R\$ 196.608 mil. Já os Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo possui uma participação do montante total de 25,67% só que apresenta comportamento inverso ao de Outros Créditos, uma vez que decaiu 42,05%. Por fim tem que Adiantamentos Concedidos corresponde a 4,35% e Créditos por Danos ao Patrimônio com 0,19%.

5.9. ESTOQUES

A conta de Estoques compreende o valor referente aos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pelo Ente no intuito de realização de venda desses bens ou apenas para o uso normal das atividades necessárias para o seu funcionamento.

Gráfico 1 – Estoques (2018-2019)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

No que se refere aos Materiais em Trânsito observa-se uma manutenção do valor entre os anos de 2018 e 2019, sendo este de R\$ 79 mil. Já em relação aos bens alocados em Almojarifado, houve um leve incremento de 0,38%, sendo em 2019 de R\$ 247.105 mil.

5.10. VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE

Varição Patrimoniais Diminutivas (VPD) antecipadas são os pagamentos cujos benefícios ou prestação de serviços à entidade ocorrerão no curto prazo. São elas no Estado de Alagoas: i) Prêmios de Seguros a Apropriar; ii) Assinaturas e Anuidades a Apropriar e iii) Demais VPD a Apropriar.

O total desta conta em 2019 foi R\$ 2.165 mil valor este bem superior aos R\$ 466 mil observados em 2018, o que significa dizer que apresentou um crescimento de 364,24%. Tal comportamento se deu sobretudo devido ao aumento em relação aos Prêmios de Seguros a Apropriar (474,06%) que são responsáveis por 86,98% do valor total da conta em 2019.

NOTAS EXPLICATIVAS

Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Prêmios de Seguros a Apropriar	1.883	86,98%	328	70,34%	474,06%
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	91	4,19%	88	18,77%	3,68%
Aluguéis Pagos a Apropriar	191	8,83%	51	10,89%	276,24%
TOTAL	2.165	100,00%	466	100,00%	364,24%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5.11. CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Neste Grupamento de Contas são considerados os créditos com prazo superior a 12 meses após a publicação do balanço, sendo estes divididos em Créditos Tributários a Receber, Clientes, Empréstimos e Financiamentos Concedidos, Dívida Ativa Tributária Líquida e Dívida Ativa Não Tributária.

Créditos a Longo Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Créditos Tributários a Receber	407.379	70,90%	461.286	73,62%	-11,69%
Clientes	94.299	16,41%	94.299	15,05%	0,00%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	47.935	8,34%	48.347	7,72%	-0,85%
Dívida Ativa Tributária Líquida	24.142	4,20%	20.186	3,22%	19,60%
Dívida Ativa Não Tributária	799	0,14%	2.416	0,39%	-66,91%
TOTAL	574.554	100,00%	626.535	100,00%	-8,30%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Em uma análise vertical, do valor total de R\$ 574.554 obtido em 2019 tem-se que 70,90% corresponde a Créditos Tributários a Receber, Clientes é o segundo item de maior representatividade com 16,41% seguido por Empréstimos e Financiamentos Concedidos com 8,34% tendo as Dívidas Ativas Tributária Líquida e Não Tributária com 4,20% e 0,14% respectivamente.

Os valores referentes a créditos tributários a receber são decorrentes dos programas de parcelamento tributário e de recuperação fiscal realizados durante o exercício.

Já a análise horizontal demonstra que em relação ao exercício de 2018 houve uma redução de 8,30%, puxado pelo comportamento dos Créditos Tributários a Receber que retraiu 11,69%, uma vez sendo a conta de maior participação percentual, isso foi um fator muito relevante para a queda do grupo de créditos a longo prazo. Ainda houve queda tanto na Dívida Ativa Não Tributária (66,91%) e nos Empréstimos e Financiamentos Concedidos (0,85%).

A Dívida Ativa Tributária é o crédito da fazenda pública proveniente da obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais, atualizações monetárias, encargos e multas tributárias. A provisão para perdas da dívida ativa é calculada considerando a média percentual de recebimentos passados.

Decompondo a Dívida Ativa Tributária Líquida observa-se que esta apresentou elevação de 19,60% em relação a 2018, totalizando ao final do exercício de 2009 uma Dívida Ativa Líquida de R\$ 24.142 mil.

Dívida Ativa Tributária (R\$ mil)			
DESCRIÇÃO	2019	2018	AH %
Estoque Anterior	5.767.461	3.833.121	50,46%
Inscrição	615.323	582.078	5,71%
(-) Recebimentos	(29.734)	(23.792)	24,98%
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	1.376.053	-100,00%
Estoque Final	6.353.050	5.767.461	10,15%
Média % de Recebimentos	0,38%	0,35%	8,57%
(-) Provisão para Perdas da Dívida Ativa	(6.328.908)	(5.747.275)	10,12%
Dívida Ativa Líquida	24.142	20.186	19,60%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Vale a pena ressaltar o crescimento de 50,46% de Estoque Anterior bem como a não necessidade de ajustes relacionadas ao exercício anterior. Desta forma o Estoque final apresentou elevação de 10,15%, mas devido ao crescimento no mesmo patamar da provisão de Perdas da Dívida Ativa, teve-se ao final o total já anteriormente mencionado.

Já para os Demais Créditos e Valores de Longo Prazo houve a manutenção do valor de R\$ 1.031 mil entre os anos de 2018 e 2019, e representam os depósitos restituíveis e valores vinculados.

5.12. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO

Os investimentos e aplicações temporárias a longo prazo compreendem os títulos e valores mobiliários e a aplicações em segmentos de imóveis. No fechamento do exercício de 2019 tais contas obtiveram montantes de R\$ 72.810 mil e R\$ 10.878 mil respectivamente, totalizando assim R\$ 83.688 mil.

5.13. INVESTIMENTOS

Ao realizar a análise dos investimentos percebe-se que se apresenta a segmentação em duas grandes contas, a Participação Avaliada pelo Método de Equivalência Patrimonial que diz respeito a investimentos em coligadas/controladas ou em outras sociedades que façam parte de um grande grupo, mas que estejam sob controle comum. A outra grande conta leva em consideração o custo de aquisição.

NOTAS EXPLICATIVAS

Investimentos (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	79.030	77,48%	74.284	76,38%	6,39%
Participações em Sociedades Controladas	50.775	49,78%	50.453	51,87%	0,64%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	28.254	27,70%	23.830	24,50%	18,56%
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	22.976	22,52%	22.976	23,62%	0,00%
Participações em Outras Sociedades	22.940	22,49%	22.940	23,59%	0,00%
Outras Participações	36	0,04%	36	0,04%	0,00%
TOTAL	102.006	100,00%	97.260	100,00%	4,88%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

As Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial possuem em sua composição a Participação em Sociedades Controladas que detém um montante de R\$ 50.775 mil, valor este levemente superior ao observado em 2018 e que representa quase metade (49,78%) do total dos investimentos do Estado de Alagoas. Outra conta deste grupo é o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com um valor em 2019 de R\$ 28.254 mil, superando os R\$ 23.830 mil do ano anterior.

Já para Participações Avaliadas pelo Método de Custo tem-se Participações em Outras Sociedades que representa quase a totalidade do grupo com R\$ 22.940 mil e apenas R\$ 36 mil se refere a Outras Participações.

No total dos investimentos, R\$ 102.006 mil tal valor foi superior em 4,88% ao constatado no exercício de 2018.

A composição das Participações em Sociedade Controladas tem que a Algás corresponde a 28,22% do total de R\$ 50.775 mil, seguida por Lifal com 23,46%, Outras Participações com 21,66%, Cepal com 18,13% e Produban e Alagoas Ativos com 4,51% e 4,02% respectivamente. A Casal por apresentar Patrimônio Líquido negativo, teve a sua participação reduzida a valor zero, conforme avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

Participações em Sociedades Controladas - Método da Equivalência Patrimonial (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Produban	2.292	4,51%	626	1,24%	266,34%
Casal	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cepal	9.205	18,13%	6.702	13,28%	37,35%
Algás	14.329	28,22%	14.565	28,87%	-1,62%
Lifal	11.910	23,46%	11.910	23,61%	0,00%
Alagoas Ativos	2.040	4,02%	5.651	11,20%	-63,89%
Outras Participações	11.000	21,66%	11.000	21,80%	0,00%
TOTAL	50.775	100,00%	50.453	100,00%	0,64%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5.14. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Os elementos do ativo imobilizado, quando tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. Já os ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Imobilizado (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Bens Móveis	1.049.959	19,87%	970.022	21,07%	8,24%
Bens Móveis	1.177.952	22,29%	1.084.211	23,55%	8,65%
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(127.993)	-2,42%	(114.189)	-2,48%	12,09%
Bens Imóveis	4.233.571	80,13%	3.633.530	78,93%	16,51%
Bens Imóveis	4.237.639	80,20%	3.636.860	79,00%	16,52%
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(4.067)	-0,08%	(3.330)	-0,07%	22,14%
TOTAL	5.283.530	100,00%	4.603.552	100,00%	14,77%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Por motivo da ausência de um sistema de controle patrimonial, nem todos os órgãos realizam a depreciação/amortização/exaustão de seus bens, tal como o inventário necessário para adequação ao valor justo. Sobretudo é reconhecido que a implantação de um processo informatizado de gerenciamento, com construção já em andamento trará muitos avanços para o controle patrimonial.

O valor final de Bens Moveis foi de R\$ 1.049.959 mil em 2019 ao passo que Bens Imóveis totalizaram R\$ 4.233.571 mil chegando assim a um total de R\$ 5.283.530 mil superando desta forma em 14,77% o valor total de 2018. Tal crescimento se deve a Bens Imóveis que além de ter avançado 16,51% em relação a 2018 este por sua vez corresponde a 80,13% do valor total do Imobilizado.

5.15. INTANGÍVEL

São considerados bens intangíveis aqueles não físicos, ou seja, softwares, marcas, direitos e patentes industriais. O Intangível do Estado de Alagoas se deve aos Softwares com um valor bruto de R\$ 75.350 mil. Marcas, Direitos e Patentes Industriais tem valor de R\$ 3.111. O valor total é de R\$ 74.023 mil devido a redução de R\$ 4.437 mil referente a amortização acumulada.

NOTAS EXPLICATIVAS

Intangível (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Softwares	75.350	101,79%	72.555	100,60%	3,85%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.111	4,20%	3.111	4,31%	0,00%
(-) Amortização Acumulada	(4.437)	-5,99%	(3.544)	-4,91%	25,20%
TOTAL	74.023	100,00%	72.121	100,00%	2,64%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5.16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios que o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Pessoal a Pagar	229.628	77,26%	241.119	54,52%	-4,77%
Benefícios Previdenciários a Pagar	16.422	5,53%	5.601	1,27%	193,21%
Encargos Sociais a Pagar	51.179	17,22%	195.572	44,22%	-73,83%
TOTAL	297.229	100,00%	442.292	100,00%	-32,80%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

No exercício de 2019, houve um decréscimo de 32,80% nesse item patrimonial decorrente, sobretudo do decréscimo de 73,83% na conta de Encargos Sociais a Pagar.

5.17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo. No exercício de 2019 as contas de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo Interno e Externo reduziram, 2,49% no saldo total

Vale ressaltar que no exercício de 2019 houve uma reclassificação dos saldos dos contratos "Financiamentos Internos" e "Financiamentos Externos" para "Empréstimos Internos" e "Empréstimos Externos", respectivamente, para atender o conceito previsto no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), em que o registro das dívidas reestruturadas deve ocorrer em empréstimos e não em financiamentos.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	269.555	76,25%	-	0,00%	-
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	83.944	23,75%	-	0,00%	-
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	-	0,00%	340.677	93,98%	-100,00%
Financiamentos a Curto Prazo - Externo	-	0,00%	21.834	6,02%	-100,00%
TOTAL	353.499	100,00%	362.511	100,00%	-2,49%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5.18. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Compreende as Obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. A análise horizontal demonstra que houve um acréscimo no item patrimonial de 37,74%.

Fornecedores e Contas a Pagar A Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	189.004	80,07%	164.237	95,84%	15,08%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Intra OFSS	46.410	19,66%	6.940	4,05%	568,76%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - União	145	0,06%	197	0,12%	-26,44%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - Estados	0	0,00%	-	0,00%	-
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - Municípios	486	0,21%	0	0,00%	306553,22%
TOTAL	236.045	100,00%	171.374	100,00%	37,74%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5.19. OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO

As obrigações fiscais a curto prazo compreendem as obrigações das entidades com o governo referente impostos, taxas e contribuições de vencimento no curto prazo. Em 2019 esse item patrimonial teve um acréscimo de 8,97% impulsionado pela conta de Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados no valor de R\$ 45,316 mil.

NOTAS EXPLICATIVAS

Obrigações Fiscais a Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	778	1,68%	838	1,98%	-7,15%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados	45.316	98,08%	41.500	97,88%	9,19%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	111	0,24%	63	0,15%	77,15%
TOTAL	46.205	100,00%	42.401	100,00%	8,97%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5.20. DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

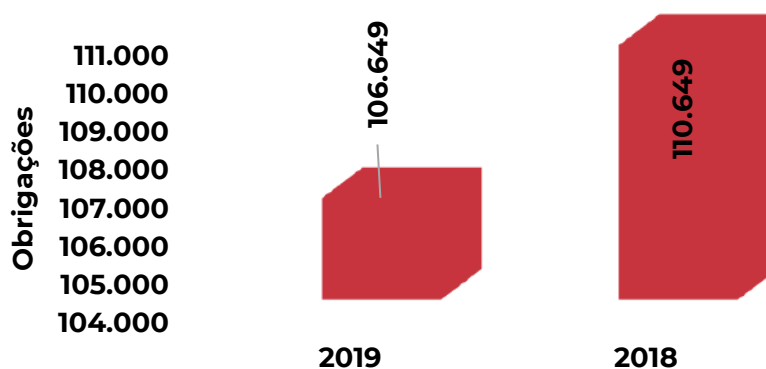
Corresponde às demais obrigações a curto prazo não evidenciados nas outras contas. Inclui o montante de valores restituíveis de consignações e depósitos. No exercício de 2019 esse item patrimonial teve um acréscimo de 40,30%, influenciado, sobretudo pelo incremento na conta de Obrigações de Repartição a Outros Entes - Inter OFSS - Município que cresceu 584,05% em relação ao exercício anterior.

Demais Obrigações a Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Obrigações de Repartição a Outros Entes - Inter OFSS - Município	141.700	28,30%	20.715	5,80%	584,05%
Valores Restituíveis - Consignações	216.918	43,33%	162.136	45,43%	33,79%
Valores Restituíveis - Depósitos	26.600	5,31%	36.747	10,30%	-27,61%
Outras Obrigações a Curto Prazo - Consolidação	23.617	4,72%	24.094	6,75%	-1,98%
Outras Obrigações a Curto Prazo - Intra OFSS	86.649	17,31%	103.328	28,96%	-16,14%
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	5.073	1,01%	9.779	2,74%	-48,13%
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	117	0,02%	58	0,02%	100,89%
TOTAL	500.671	100,00%	356.856	100,00%	40,30%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5.21. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios que o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Gráfico 2 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo (R\$ mil)

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Esse item patrimonial teve um decréscimo de 3,62% no exercício de 2019 em relação ao exercício anterior.

5.22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO

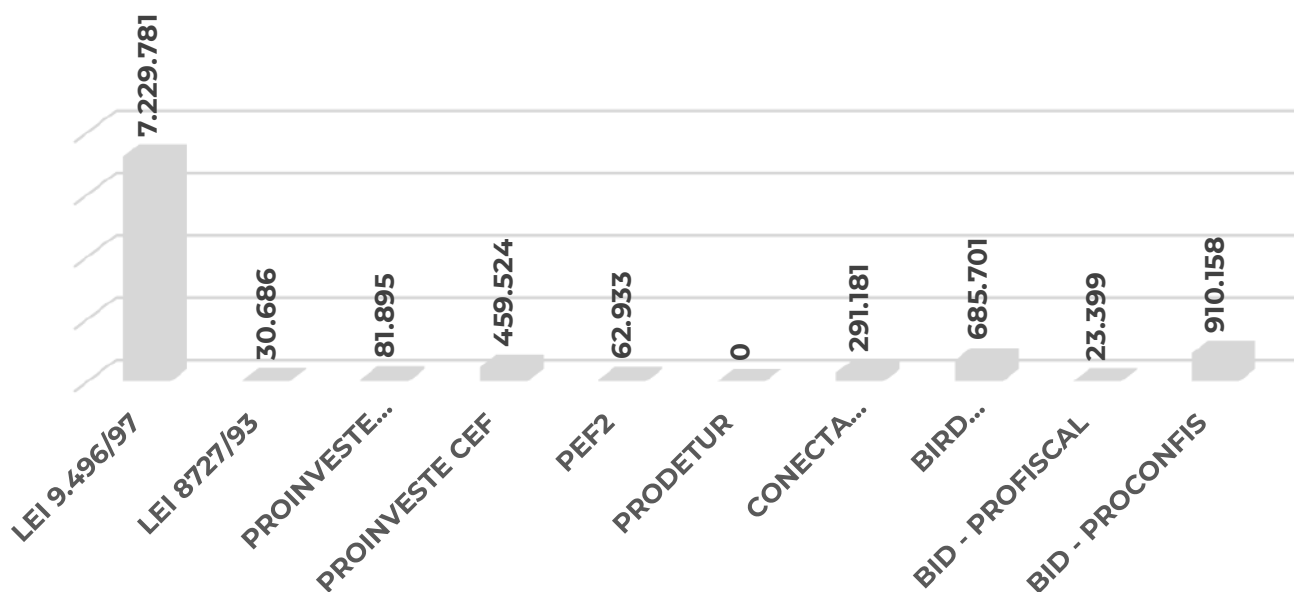
Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	7.886.445	83,70%	-	0,00%	-
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	1.535.314	16,30%	-	0,00%	-
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	-	0,00%	7.586.439	82,41%	-100,00%
Financiamentos a Longo Prazo - Externo	-	0,00%	1.619.803	17,59%	-100,00%
TOTAL	9.421.760	100,00%	9.206.242	100,00%	2,34%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Os Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos somados totalizam um estoque da dívida de R\$ 9.775.259 mil (vide nota de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo).

Gráfico 3 - Estoque da Dívida de Curto Prazo e Longo Prazo por Contrato (R\$ mil)

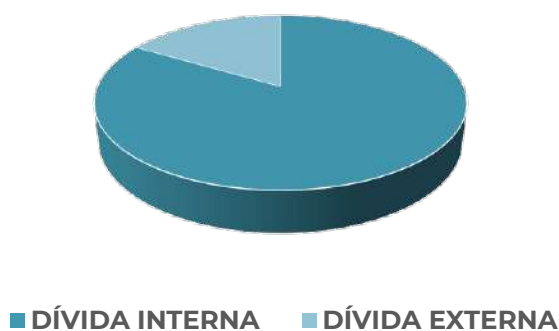


Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Vale destacar, que o maior Contrato de Dívida Contratual Interna do estado de Alagoas é com a União no âmbito da Lei 9.496/97, representando cerca de 74% do estoque total. Com relação a essa dívida, no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – RGF 3º quadrimestre 2019, o Estado de Alagoas em virtude da decisão judicial exarada pelo STF nos autos da ACO 1726 desconsiderou o montante de R\$1.082.818 mil.

O estoque da dívida é fracionado também por sua domesticidade, sendo separado por estoque da dívida interno e externo. Os valores em moeda estrangeira foram convertidos em reais brasileiros (BRL) na data de apresentação do balanço.

Gráfico 3 - Estoque da Dívida de Curto Prazo e Longo Prazo por Domesticidade (R\$ mil)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Ademais, houve no exercício financeiro de 2019 houve reclassificação dos saldos dos contratos derivados das Leis 8.727/1993 e 9.496/1997 de "Financiamentos Internos" para "Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios" e dos saldos dos contratos "Financiamentos Internos" e "Financiamentos Externos" para "Empréstimos Internos" e "Empréstimos Externos", para atender o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

5.23. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo. No exercício de 2019 este item patrimonial teve saldo no montante de R\$ 103.289 mil.

5.24. OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo. No exercício de 2019 este item patrimonial teve saldo no montante de R\$ 1.053 mil, variando 0,85% em relação ao exercício anterior.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	964	91,56%	975	93,34%	-1,07%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios	89	8,44%	70	6,66%	27,77%
TOTAL	1.053	100,00%	1.044	100,00%	0,85%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5.25. PROVISÕES A LONGO PRAZO

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo. As Provisões de Longo Prazo em 2019 tiveram um acréscimo de 31,13% decorrente, principalmente do incremento na conta de Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário.

NOTAS EXPLICATIVAS

DESCRIÇÃO	Provisões a Longo Prazo (R\$ mil)				
	2019	AV %	2018	AV %	AH %
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	413.219	100,00%	315.127	100,00%	31,13%
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	38.881	9,41%	22.084	7,01%	76,06%
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder	-	0,00%	-	0,00%	-
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	18.038	4,37%	75.711	24,03%	-76,18%
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	165.516	40,06%	172.202	54,65%	-3,88%
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário	190.784	46,17%	45.130	14,32%	322,74%
TOTAL	413.219	100,00%	315.127	100,00%	31,13%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

5.26. DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

No caso do Estado de Alagoas, as demais obrigações a longo prazo compreendem os adiantamentos de clientes a longo prazo. No exercício de 2019 este item patrimonial teve saldo no valor de R\$ 64.889 mil.

5.27. PASSIVO FINANCEIRO

Com a implantação do novo Sistema de Administração Financeira do Estado – SIAFE/AL houve uma mudança no Procedimento de Registro da Folha de Pagamento que passou a ser descentralizado. Com isso, a baixa do passivo financeiro referente ao pagamento da segunda faixa salarial é realizada no mês subsequente ao da competência da Folha de Pagamento.

5.28. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

As obrigações Contratuais são atos do passivo a executar que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. No exercício de 2019 houve uma variação de R\$ 433.875 mil em relação ao exercício anterior.

— Balanço Orçamentário (BO)

— 5.29. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário do período foi superavitário em R\$ 567.239 mil e é obtido por meio da diferença entre a receita arrecadada no período (9,875 bilhões) e a despesa empenhada (9,308 bilhões).

— Balanço Financeiro (BF)

— 5.30. INGRESSOS E DESEMBOLSOS

A diferença apresentada no Balanço Financeiro, no quadro de Ingressos e Desembolsos, em Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS e Transferências Recebidas/-Concedidas Independentes de Execução Orçamentária, é resultante que, a partir do exercício de 2019, o Estado de Alagoas passou a adotar a forma de contabilização do aporte para cobertura de insuficiência financeira para previdência como repasse financeiro, conforme definido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN em seus Manuais. Até o exercício de 2018, essa despesa era executada por meio de execução intra-orçamentária.

— 5.31. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi positivo em R\$ 390.112 mil e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 2,419 bilhões) e no início do ano (R\$ 2,029 bilhões).

— Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

— 5.32. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

A redução das variações patrimoniais financeiras no exercício de 2019 em Juros e Encargos de Mora e Desvalorização e Perdas de Ativos e Passivos é decorrente de atualização no saldo da Dívida Ativa Tributária, resultante de multas e juros exercício de 2018.

— 5.33. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS E DIMINUTIVAS

A diferença apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, em Outras Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas Participações e Contribuições é resultante da contabilização das Provisões Matemáticas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos de Alagoas - RPPS.

— 5.34. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS

A redução das Variações Monetárias e Cambiais no exercício de 2019 foi decorrente de atualização monetária do Contrato de Dívida com a União no âmbito Lei 9.496/97 em virtude do Coeficiente de Atualização Monetária – CAM em 2018 ter sido superior ao de 2019, saindo de 4,3% para 2,02%, respectivamente.

5.35. RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial consolidado do exercício de 2019 foi de R\$ 1.044.640 mil, frente ao resultado apresentado em 2018 de R\$ 3.515 mil. A variação decorre principalmente da redução da conta Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos resultante da Provisão para Perdas da Dívida Ativa.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

5.36. TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS, RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS, PESSOAL E DEMAIS DESPESAS

A Redução apresentada em transferências recebidas e concedidas, em receitas de contribuições e em Pessoal e Demais Despesas é resultante que, a partir do exercício de 2019, o Estado de Alagoas passou a adotar a forma de contabilização do aporte para cobertura de insuficiência financeira para previdência como repasse financeiro, conforme definido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN em seus Manuais. Até o exercício de 2018, essa despesa era executada por meio de execução intra-orçamentária.

5.37. OUTROS INGRESSOS E DESEMBOLSOS OPERACIONAIS

Em decorrência da implantação do novo Sistema de Administração Financeira e Contábil – Siafe o Estado de Alagoas automatizou e modernizou os processos de programação financeira, dentre os quais a liberação de recursos aos órgãos por meio do Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. Em 2018, primeiro ano de balanço no novo sistema essa conta contábil não estava integrada à configuração operacional dos anexos das demonstrações contábeis. Por se tratar do primeiro exercício de operacionalização do Siafe/AL, essa inconsistência foi tratada na transição de 2018 para 2019. Dessa forma, o acréscimo apresentado no exercício de 2019 em Outros Ingressos e Outros Desembolsos Operacionais ocorreu em virtude da inclusão das contas contábeis de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento e Recursos Liberados por Vinculação de Pagamento, contas de Ativo e Passivo respectivamente, no montante de 4. 649.712, 36 (R\$ mil).

5.38. GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício de 2019, conforme a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), foi positiva em R\$ 390.112 mil.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

5.39. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No exercício de 2019 foram realizados ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido, os quais corresponderam a reconhecimento de despesas de exercícios anteriores (DEA).

6



**ANÁLISE DAS
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**



ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

É útil distinguir que a Contabilidade é um instrumento de controle social e transparência. Quando aplicada ao Setor Público, ela é extremamente útil a execução do orçamento, a gestão fiscal e patrimonial tendo essas a serem mais eficientes e dando origem nessa medida, as políticas públicas.

Nesse tocante, as Demonstrações Contábeis são importantes instrumentos para retratar adequadamente a realidade econômica, financeira, física e patrimonial das entidades, enquanto a análise dessas demonstrações contábeis a partir da decomposição, comparação e interpretação dos demonstrativos contábeis é relevante a tomada de decisão do gestor público. A partir da análise das demonstrações contábeis em seus formatos de demonstrações ou relatórios é possível transformar dados em informações imprescindíveis ao processo decisório.

Apesar das diversas possibilidades de análise dos demonstrativos contábeis, há algumas particularidades no que tange ao setor público. Para as DCASP os índices escolhidos devem obter como produto um resultado condizente com a legislação e que retrate a dinâmica governamental. Segue-se aqui, nessa medida, metodologia indicada pelo Manual de Contabilidade ao Setor Público (MDCASP) para compreender os números do exercício de 2019.

Destaca-se ainda que alguns dos indicadores constantes nas análises foram elaborados com base no livro “Entendendo as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público” de Feijó et al (2017), bem como em alguns indicadores pode ocorrer a inversão do sinal por conter na base valores negativos.

— Análise das Demonstrações Contábeis

— Análise do Balanço Patrimonial (BP)

Situação Financeira

Indicador	Metodologia	2019		2018		ΔH%
Situação Financeira	Ativo Financeiro	3.038.689		2.502.331		
	÷	÷	2,86	÷	2,46	16,32%
	Passivo Financeiro	1.062.358		1.017.590		

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Indicador	Análise
Situação Financeira	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro. > 1 Há superávit financeiro. < 1 Há déficit financeiro. = 1 Há o equilíbrio da situação financeira.

Liquidez

Indicador	Metodologia	2019		2018		ΔH%
Liquidez Geral	Ativo Circulante					
	+ Ativo Realizável a Longo Prazo	4.270.777	0,37	3.853.037	0,34	7,31%
	÷ Passivo Circulante	11.544.509		11.176.675		
Liquidez Corrente	+ Passivo Não Circulante					
	÷ Ativo Circulante	3.611.504	2,52	3.141.783	2,28	10,28%
	÷ Passivo Circulante	1.433.649		1.375.434		
Liquidez Seca	+ Disponibilidade	3.364.320	2,35	2.895.532	2,11	11,47%
	÷ Créditos a Curto Prazo	1.433.649		1.375.434		
	÷ Passivo Circulante					
Liquidez Imediata	÷ Disponibilidade	2.506.118	1,75	2.128.697	1,55	12,95%
	÷ Passivo Circulante	1.433.649		1.375.434		

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Indicador	Análise
Liquidez Geral	Indica a capacidade de cumprir as obrigações no médio e longo prazo. > 1 Há suficiência de ativos para honrar as obrigações no médio e longo prazo. < 1 Há insuficiência de ativos para honrar as obrigações no médio e longo prazo. = 1 Há equilíbrio entre os ativos e as obrigações no médio e longo prazo.
Liquidez Corrente	Indica a capacidade de cumprir as obrigações no curto prazo. > 1 Há suficiência de ativos para honrar as obrigações no curto prazo. < 1 Há insuficiência de ativos para honrar as obrigações no curto prazo. = 1 Há equilíbrio entre os ativos e as obrigações no curto prazo.
Liquidez Seca	Indica a capacidade de cumprir as obrigações no curto prazo, excetuando-se estoques e despesas antecipadas. > 1 Há suficiência de ativos de maior liquidez para honrar as obrigações no curto prazo. < 1 Há insuficiência de ativos de maior liquidez para honrar as obrigações no curto prazo. = 1 Há equilíbrio entre os ativos de maior liquidez e as obrigações no curto prazo.
Liquidez Imediata	Indica a capacidade de cumprir as obrigações no curtíssimo prazo. > 1 Há suficiência de ativos para honrar as obrigações no curtíssimo prazo. < 1 Há insuficiência de ativos para honrar as obrigações no curtíssimo prazo. = 1 Há equilíbrio entre os ativos e as obrigações no curtíssimo prazo.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Endividamento

Indicador	Metodologia	2019		2018		ΔH%
Índice de Solvência	Ativo Circulante+Ativo Não Circulante	9.730.336	0,84	8.625.969	0,77	9,21%
	÷	÷		÷		
Endividamento Geral	Passivo Circulante+Passivo Não Circulante	11.544.509	1,19	11.176.675	1,30	-
	÷	÷		÷		
	Ativo Total	9.730.336		8.625.969		
Composição do Endividamento	Passivo Circulante	1.433.649	0,12	1.375.434	0,12	0,91%
	÷	÷		÷		
Endividamento Oneroso Sobre o Ativo Total	Passivo Circulante+Passivo Não Circulante	11.544.509	1,00	11.176.675	1,11	-
	÷	÷		÷		
	Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo	9.775.259		9.568.753		
Dívida Onerosa Líquida	÷	÷	0,26	÷	0,22	15,24%
	Ativo Total Disponível	2.506.118		2.128.697		
	Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo	9.775.259		9.568.753		

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Indicador	Análise
Solvência Geral	Indica o grau de garantia disponível para honrar as exigibilidades. > 1 Ativo total maior do que as exigibilidades. < 1 Ativo total menor do que as exigibilidades. = 1 Ativo total equilibrado com as exigibilidades.
Endividamento Geral	Indica o quanto do ativo total está comprometido com exigibilidades. > 1 Exigibilidades maiores do que o ativo total. < 1 Parcela do ativo que está comprometida com exigibilidades. = 1 Todo ativo está comprometido com exigibilidades.
Composição do Endividamento	Indica o quanto da dívida é exigível no próximo exercício financeiro. < 1 Parcela da dívida exigível no próximo exercício financeiro. = 1 Toda dívida é exigível no próximo exercício financeiro.
Endividamento Oneroso sobre Ativo Total	Indica o quanto do ativo total está comprometido com dívidas onerosas. > 1 Dívidas onerosas maiores do que o ativo total. < 1 Parcela do ativo que está comprometida com dívidas onerosas. = 1 Todo ativo está comprometido com dívidas onerosas.
Dívida Onerosa Líquida	Indica a quantidade de disponibilidades em relação a dívida onerosa. > 1 Sobra de disponibilidades para honrar a dívida onerosa. < 1 Falta de disponibilidades para honrar a dívida onerosa. = 1 Há equilíbrio entre as disponibilidades e a dívida onerosa.

Análise do Balanço Orçamentário (BO)

Indicador	Metodologia	2019		2018		ΔH%
Quociente Equilíbrio Orçamentário	Previsão Inicial da Receita	9.802.390		10.214.925		
	÷		1,00	÷	1,00	0,00%
Quociente da Execução da Receita	Dotação Inicial da Despesa	9.802.370		10.214.925		
	÷		1,01	÷	0,93	8,6%
Quociente Desempenho da Arrecadação	Receita Realizada	9.875.069		10.084.489		
	÷		1,01	÷	0,99	2,04%
Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação	Previsão Atualizada da Receita	9.812.849		10.885.549		
	÷		9,90	÷	-5,15	-292,40%
Quociente da Utilização do Superávit Financeiro	Receita Realizada	9.875.069		10.084.489		
	÷		0,14	÷	0,35	-59,64%
Quociente de Execução da Despesa	Créditos Adicionais (Excesso de Arrecadação)	719.470		671.128		
	÷		0,86	÷	0,91	-5,45%
Quociente de Execução Orçamentária Corrente	Excesso de Arrecadação	72.679		(130.437)		
	÷		1,17	÷	1,09	7,53%
Quociente de Execução Orçamentária de Capital	Créditos Adicionais (Superávit Financeiro)	282.683		526.245		
	÷		0,27	÷	0,12	126,62%
Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Superávit Financeiro	1.976.331		1.484.741		
	÷		1,16	÷	1,04	11,41%
	Despesa Executada	9.307.830		10.398.455		
	÷			÷		
	Dotação Atualizada da Despesa	10.804.524		11.412.299		
	÷			÷		
	Receita Realizada	9.875.069		10.084.489		
	÷			÷		
	Despesa Empenhada	9.307.830		10.398.455		
	÷			÷		
	Receita Realizada Corrente	9.567.488		9.932.016		
	÷			÷		
	Despesa Empenhada Corrente	8.156.535		9.105.082		
	÷			÷		
	Receita Realizada de Capital	307.581		152.473		
	÷			÷		
	Despesa Empenhada de Capital	1.151.295		1.293.374		
	÷			÷		

Nota¹: Os indicadores constantes nas análises foram elaborados com base no livro “Entendendo as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público” (Feijó et al, 2018).

Nota²: Em alguns indicadores pode ocorrer a inversão do sinal por conter na base valores negativos.

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Indicador	Análise
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	Indica se há equilíbrio na previsão e fixação constantes na LOA. > 1 Há desequilíbrio em favor das receitas. < 1 Há desequilíbrio em favor das despesas. = 1 Há o equilíbrio entre a receita e a despesa iniciais.
Quociente de Execução da Receita	Indica a existência de excesso ou falta de arrecadação para cobertura de despesas. > 1 Há excesso de arrecadação. < 1 Há insuficiência de arrecadação. = 1 Há equilíbrio entre a previsão atualizada e receita realizada.
Quociente de Desempenho da Arrecadação	Indica a existência de excesso ou falta de arrecadação para cobertura de despesas, excluídos os créditos adicionais. > 1 Há excesso de arrecadação. < 1 Há insuficiência de arrecadação. = 1 Há equilíbrio entre a previsão inicial e receita realizada.
Quociente de Utilização do Superávit Financeiro	Indica os créditos adicionais abertos por meio de superávit financeiro e o total do superávit financeiro apurado no exercício anterior. A análise mais interessante acontece quando o quociente é desdobrado por fonte/destinação. > 1 Crédito aberto maior do que o superávit financeiro. < 1 Crédito aberto menor do que o superávit financeiro. = 1 Crédito aberto no limite do superávit financeiro.
Quociente de Execução da Despesa	Indica o quanto da despesa fixada foi executada, sendo portanto uma referência para o processo de planejamento-execução. > 1 Realização maior que a autorização da LOA. < 1 Realização menor que a autorização da LOA. = 1 Realização da despesa no limite da autorização da LOA.
Quociente do Resultado Orçamentário	Indica a relação do resultado orçamentário. > 1 Resultado superavitário. < 1 Resultado deficitário. = 1 Receita realizada igual ao montante da despesa empenhada.
Quociente da Execução Orçamentária Corrente	Indica a relação do resultado orçamentário corrente. > 1 Resultado corrente superavitário. < 1 Resultado corrente deficitário. = 1 Receita corrente realizada igual ao montante da despesa corrente empenhada.
Quociente da Execução Orçamentária de Capital	Indica a relação do resultado orçamentário de capital. > 1 Resultado de capital superavitário. < 1 Resultado de capital deficitário. = 1 Receita corrente realizada igual ao montante da despesa corrente empenhada.
Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Indica a relação das receitas e despesas pelo regime de caixa. > 1 A arrecadação superou os pagamentos < 1 A arrecadação foi inferior aos pagamentos. Provável utilização de recursos arrecadados em exercícios anteriores. = 1 Toda arrecadação foi utilizada em pagamentos.

— Análise do Balanço Financeiro (BF)

Indicador	Metodologia	2019		2018		ΔH%
Quociente Orçamentária do Resultado Financeiro	Resultado Orçamentário	567.239		(313.967)		
	÷	÷	1,45	÷	2,75	-47,17%
Resultado dos Saldos Financeiros	Variação do Saldo em Espécie	390.112		(114.064)		
	Saldo que passa para o Exercício Seguinte	2.419.469		2.029.357		
	÷	÷	1,19	÷	0,95	25,92%
Execução Extra-orçamentária	Saldo do Exercício Anterior	2.029.357		2.143.421		
	Recebimentos Extraorçamentários	6.164.499		6.652.374		
	÷	÷	0,99	÷	1,03	-3,87%
	Pagamentos Extraorçamentários	6.217.935		6.450.663		

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

— Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Indicador	Metodologia	2019		2018		ΔH%
Resultado das Variações Patrimoniais	Variações Patrimoniais Aumentativas	75.840.379	1,01	30.487.009	1,00	1,38%
	÷	÷		÷		
	Variações Patrimoniais Diminutivas	74.795.739		30.483.494		

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Indicador	Análise
Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais	Indica a relação entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas > 1 Há superávit patrimonial no exercício. < 1 Há déficit patrimonial no exercício. = 1 Há equilíbrio entre as VPA e VPD.

— Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Indicador	Metodologia	2019		2018		ΔH%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em Relação ao Resultado Patrimonial	Caixa Líquido Gerado nas Operações	1.075.741	1,03	939.668	267,31	-99,61%
	÷	÷		÷		
	Resultado Patrimonial	1.044.640		3.515		
Capacidade de Amortização da Dívida	Caixa Líquido Gerado nas Operações	1.075.741	0,09	939.668	0,08	10,83%
	÷	÷		÷		
	Total do Passivo	11.544.509		÷ 11.176.675		
Atividade Operacional	Caixa Líquido Gerado nas Operações	1.075.741	2,76	939.668	-8,24	-133,47%
	÷	÷		÷		
	Total da Geração Líquida de Caixa	390.112		(114.064)		

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE/AL)

Indicador	Análise
Quociente do Impacto Patrimonial pelas Atividades Operacionais	Indica a dispersão entre o fluxo de caixa operacional gerado e o resultado patrimonial do exercício. → Requer análise detalhada do resultado patrimonial.
Quociente da Capacidade de Amortização da Dívida	Indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida. → Quanto maior, melhor.
Quociente das Atividades Operacionais	Indica quanto da parcela da geração líquida de caixa pela entidade foi atribuída às atividades operacionais. → Quanto maior, melhor.

2019



BALANÇO GERAL



GOVERNO DO ESTADO
ALAGOAS
TRABALHAR MAIS PARA FAZER MAIS

Secretaria da
Fazenda
(SEFAZ)